

JUCIANO MARTINS RODRIGUES

POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO: TEMPO DE URBANIZAÇÃO EM GOIÁS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE/IBGE) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social – População Sociedade e Território.

Orientadora: Prof^a Dr^a Neide Lopes Patarra

Rio de Janeiro, Junho de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Banca Examinadora

Prof. Dra. Neide Lopes Patarra

Prof. Dr. Aristides Moysés

Prof. Dr. Cesar Ajara

Rio de Janeiro, Junho de 2006

*"A vida
Há tantas definições na vida
Bonitas, tristes, expressivas, inexpressivas
A vida.
Alguns já definiram a vida como um mar
Um mar revoltado, encapelado
De ondas violentas
De naufrágios e tempestades
Um mar tempestuoso.
Outros definiram a vida um rio
O rio é a minha definição da vida
O rio imenso, farto,
Com as suas corredeiras e as suas margens.
A sua corredeira, sobretudo
E sobretudo os seus remansos.
Porque todo rio tem a sua veia corrente
O seu veio de corredeiras e tem seus remansos
E toda corredeira lança tudo para o remanso
O remanso aproxima-se da margem.
Da correnteza ao remanso, uma eternidade
Do remanso à margem, um pulo.
A ânsia dos moços que vão pela correnteza
A compreensão, a filosofia dos velhos lançados no remanso
E passados para as margens.
Eu fiz a travessia da minha vida
Do rio da minha vida
Na correnteza, como todos fazem
Passam os barcos, os grandes transatlânticos
Cantando, dançando
Mesa farta, música
Gente moça, gente despreocupada
Gente que acha o prato feito
E que tem apenas o trabalho de levar à boca aquilo que os outros fizeram
Que os outros acumularam
Que os outros prepararam.
São aqueles que recebem,
Por mercê de nascimento,
Todos os dons da vida.
Vão nos transatlânticos, despreocupados.
Depois seguem os barcos motorizados
Com um bom motorneiro na direção
A família amparada,
A família alegre, festiva
Mulher, crianças, noivos, sonhadores.
Sem pensar bem, vão acompanhando as classes
Um homem bem colocado na vida e que leva seu barco com segurança
Mulher, filhos à sua dependência
Vai guiando pelo espelho d'água pelo veio da correnteza
Com sua máquina, seu mundo
Aqueles paisagens todas, encantado com o panorama
Todos felizes, alegres, a família bem constituída
A família alheia às dificuldades do cotidiano
Vai esse barquinho.
Depois vem um barco menor,
Um barquinho menor,
Com um motor de popa que já pertenceu a outros barcos que já foram desmontados
Vai fazendo a sua forcinha,
Vai fazendo a sua diligência
Passa também com seu esforço o grande rio da vida.
Depois um barco a remo, o remador.*

Mulher, mãe pobre, pai, filhos, ilhos, ilhos.
 Lá vai ele remando.
 É um trabalhador, pai de família
 Vai levando.
 Depois descem os barquinhos fazendo água.
 O homem no remo, a mulher com uma latinha para tirar a água.
 Joga a água.
 Vai fazendo água a ponto de afundar
 Quem é o dono do barquinho?
 É aquele pobrezinho
 Mas ainda não é o último.
 E ele vai levando o seu barquinho
 Vai fazendo água, mas ele vai levando.
 Aí passa eu, bracejando
 Água pelo queixo, e eu bracejava, bracejava
 Quatro crianças no meu dorso
 Agarradas nos meus cabelos, nas minhas orelhas
 Nos meus ombros, nas minhas carnes
 Quatro crianças que eu levava comigo e que devia levar até o porto
 E eu bracejava, bracejava
 Fui a última? Não
 Não fui a última
 Porque bracejando,
 Com aquelas crianças no meu dorso
 Eu vi passar náufragos, pedaços de barcos destróçados
 Náufragos agarrados numa tábua
 Corpos mortos de famílias desajustadas, destróçadas
 E um dia,
 Um dia a correnteza
 Depois de muita luta, muito esforço
 A correnteza me jogou no remanso
 E o remanso me jogou para a margem
 Senti uma solidez para os meus pés. Levantei
 Saí da água escorrendo com a dor
 Corridos, molhados, ainda sentindo no dorso aquelas quatro crianças
 Depois pisei a terra firme da margem
 As crianças saltaram do meu dorso
 E o que eu vi nesta hora...
 Esta hora foi a hora do deslumbramento
 Eu havia carregado quatro crianças? Não
 Quatro gigantes haviam me carregado.
 Eu não carreguei meus filhos
 Quatro gigantes me carregaram
 Saltaram de meus ombros quatro gigantes
 Eu vi
 E compreendi que aquelas crianças que eu pensava que estava carregando
 Agarradas aos meus cabelos, às minhas orelhas
 Eram quatro gigantes que me carregavam.
 Daí saiu de um canto um jovem e disse a uma das filhas:
 Vamos fazer o nosso barco?"

Poema da Vida, Cora Coralina

Dedicatória

Dedico esta Dissertação às pessoas que, mesmo longe, apoiaram a elaboração do trabalho, mas que, por outro lado, acompanharam de perto o caminho que percorri para até aqui chegar:

Aos meus pais, Hélio e Eleir;

Aos meus irmãos: Juliano e Júlio;

Aos Meus avós, João Raposo, Vovó Fia e Vovó Aparecida.

Todos os tios e primos; e

Especialmente às minhas tias queridas, Ione, Iolí e Cleonice.

Agradecimentos

À minha Família, por todo o apoio e carinho.

À querida professora orientadora Neide Patarra, por todo o carinho e apoio durante todo o curso no que tange ao plano pessoal, mas, principalmente, no plano intelectual.

A Samanta, por tudo e mais um pouco.

Ao Léo, em especial, que compartilhou comigo a orientadora, as angústias e as despesas.

Aos pesquisadores da equipe de Goiânia do Observatório das Metrôpoles, nas pessoas dos professores Aristides Moysés e Eduardo Rodrigues, mestres e amigos.

À Débora pela amizade e pelo apoio imprescindível na impressão.

Aos colegas e amigos em especial: Gustavo, Maria Cristina, Luciano, Vanderson, Edilma, Taiana, Salomão e Érica.

Aos amigos das outras turmas do mestrado, nas pessoas dos amigos, Osvaldo Sebastião, Carlos “gajo”, Rita, Sheila Rebeca e Patrick.

Aos companheiros mais presentes, Heberth, Montanha, Vitor Pieri e Arthur.

Ao Cezar Augustus pelas leituras e pertinência dos apontamentos.

À ENCE/IBGE pelo apoio materializado na Bolsa de Monitoria do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social.

À Sueli e Marilene, imprescindíveis para que o mestrado da ENCE funcione.

À toda nação esmeraldina!

Resumo

O presente estudo teve como objetivo reconstruir a configuração urbana no Estado de Goiás, com suas especificidades, sua diversidade e seu papel na rede urbana nacional. Para tanto adotou-se um procedimento metodológico de reconstrução histórica da urbanização da Região Centro Oeste; o processo de urbanização experimentado pela Região e, nesta, do estado de Goiás, apresenta, ao mesmo tempo, características temporais e espaciais: diversos fatos marcaram o processo de urbanização dessa parte do Brasil, a exemplo das construções de Goiânia e Brasília.

Por outro lado, o estudo ressalta o papel das atividades agrícolas e da modernização da agricultura como suporte da urbanização acelerada, o que, entre outras características, a distingue do processo ocorrido em outras Regiões do Brasil. Nesse sentido dialoga-se com as principais contribuições a respeito do processo de urbanização no país nas quais, muitas vezes, a região Centro Oeste não comparece, ou comparece como região apartada do processo dominantes, com seu dinamismo próprio.

Na configuração urbana em questão, o estudo ressalta, além das peculiaridades da produção agrícola, o papel dos movimentos migratórios, intra e inter-regionais e retoma o papel das frentes de expansão agrícola como fixação urbana de trabalhadores agrícolas.

O estudo, portanto, desenvolve-se em diferentes escalas - regional, estadual até a análise da estrutura ocupacional e social de três espaços urbanos selecionados por representarem a diversidade da configuração atual do urbano no Estado de Goiás. Assim, completa-se a articulação espaço-tempo como recurso metodológico para o entendimento da relação população-território e sociedade numa situação concreta.

Sumário

CAPÍTULO I – Transformações urbanas na região Centro Oeste.....	17
1.1 O que é o Centro Oeste.....	17
1.2 Centro-Oeste: A Urbanização Pretérita.....	20
1.2.1 A Gênese da Urbanização do Centro Oeste.....	22
1.2.2 A Urbanização do Pós-30.....	34
1.2.3 A transferência da capital.....	38
1.2.4 A Construção de Brasília.....	40
1.3 Tendência de Concentração Populacional.....	42
1.4 Urbanização da Fronteira: Crescimento econômico e concentração populacional..	45
1.4.1 Crescimento agrícola nas áreas de Cerrado.....	45
1.4.2 Crescimento urbano.....	49
CAPÍTULO II – Tempo de Urbanização em Goiás: 1970-2000.....	54
2.1 Crescimento Urbano.....	56
2.2 O papel das Migrações.....	58
2.2.1 As forças da migração.....	59
2.3 Crescimento urbano e imigração.....	64
2.4 Urbanização dos municípios: uma generalização do fenômeno?.....	69

CAPÍTULO III - Configurações do Urbano em Goiás e Desigualdades Regionais...78

3.1 Estudos Básicos para a caracterização da Rede Urbana.....	78
3.2 Dimensão da Rede Urbana, segundo IPEA, IBGE e NESUR/UNICAMP.....	82
3.3 A visão alternativa de José Eli da Veiga.....	87
3.4 Breve caracterização da configuração urbana de Goiás.....	91
3.5 Desigualdades regionais: Mosaico produtivo e demográfico.....	95

CAPÍTULO IV - Espaços Urbanos em Goiás: mercado de trabalho e estrutura social.....105

4.1 Aspectos Gerais das Mudanças no Mercado de Trabalho estadual.....	105
4.2 Espaços Urbanos de Goiás: três espaços e a heterogeneidade da rede urbana.....	110
4.3.1 Espaço Metropolitano: Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia.....	117
4.3.2 Rio Verde: a força urbanizadora do Agronegócio.....	118
4.3.3 O urbano periférico de uma metrópole nacional: o caso de Águas Linda de Goiás.....	119
4.3.4 Perfil sócio-ocupacional dos Espaços Urbanos de Goiás.....	121
Considerações Finais.....	125
Bibliografia.....	129

Índice de Tabelas

Capítulo 1

Tabela 1.1 - Brasil: População por Estados - 1872, 1890, 1900 e 1910.

Tabela 1.2 - Brasil: População das Capitais de Estado – 1872

Tabela 1.3 - Centro-Oeste: Municípios mais populosos – 1910

Tabela 1.4 - Centro Oeste: População, segundo classes de população de municípios – 1910.

Tabela 1.5 - Centro Oeste, Goiás e Mato Grosso: Atividade Principal da população de fato de 10 anos e mais de idade – 1940.

Tabela 1.6 - Goiânia: População - 1940 a 1970

Tabela 1.7 - Brasil: Taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões — 1950-1980.

Tabela 1.9 - Centro Oeste: População das Cidades segundo os grupos de habitantes - 1940 – 1960

Tabela 1.11 - Centro Oeste: Participação das classes de população no crescimento total da população - 1970 – 2000

Capítulo 2

Tabela 2.1 - Estado de Goiás: População segundo a situação do domicílio - 1970 1980,1991 e 2000.

Tabela 2.11 Goiás: Número de municípios segundo o Grau de Urbanização - 1970 - 2000

2.12 Goiás: Estatísticas Básicas da Urbanização - 1970-2000

Capítulo 3

Tabela 3.1 - Estado de Goiás: População residente - 1991 e 2000

Tabela 3.2 - Estado de Goiás: Produto Interno Bruto (PIB) 1970,1975,1980, 1985, 1996, 1996, 1999, 2000

Tabela 3.3 - Estado de Goiás: População, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, segundo as Microrregiões – 2000.

Tabela 3.4 - Estado de Goiás: Participação da população residente e pessoas de 10 anos de idade e mais ocupadas na semana de referência do Censo, por faixas de salário mínimo, segundo as microrregiões – 2000.

Tabela 3.5 - Estado de Goiás: População residente e pessoas de 10 anos de idade e mais ocupadas na semana de referência do Censo, por faixas de salário mínimo, segundo as microrregiões – 2000.

Tabela 3.6 - Estado de Goiás: Domicílios particulares permanentes, segundo as microrregiões e a condição de saneamento – 2000.

Capítulo IV

Tabela 4.1 - Goiás: População ocupada, segundo setor de atividade -1970.

Tabela 4.2 Estado de Goiás: População Economicamente Ativa, de 10 anos e mais, por sexo e setor de atividade – 2000

4.3 - AMG: População residente e taxa de crescimento da população, segundo os municípios - 1980 a 2000

4.4 - Águas Lindas de Goiás: População de 5 anos ou mais, volume e percentual da migração, saldo e taxa migratória – 2000

4.5 - Águas Lindas de Goiás: População segundo o local de trabalho ou estudo – 2000

4.6 - Estruturas sociais dos espaços urbanos selecionados, Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás, 2000

Índice de Gráficos

Capítulo I

Gráfico 1.2 – Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, por situação do domicílio na Região Centro- Oeste - 1940/2000

Gráfico 1.3 - Taxa de crescimento geométrico da população urbana, do Brasil de das Regiões Geográficas - 1940-2000.

Capítulo II

Gráfico 2.1 - Estado de Goiás: População Urbana e Rural – 1970 a 2000

Gráfico 2.2 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1940/1950

Gráfico 2.3 - Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1950

Gráfico 2.4 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1950/1960

Gráfico 2.5 - Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1960

Gráfico 2.6 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1960/1970

Gráfico 2.7- Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1970

Gráfico 2.8 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1970/1980

Gráfico 2.9 - Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1980

Gráfico 2.10 - Taxas líquidas de migração quinquenais por unidades da federação – população de cinco anos ou mais de idade, 1975-1980

Índice de Cartogramas

Capítulo I

Cartograma 1.1 – Centro Oeste, Unidades da Federação e cidades com mais de 100 mil habitantes – 2000

Cartograma 1.2 – Centro Oeste: Municípios com população acima de 20 mil habitantes – 1960.

Cartograma 1.3 – Centro Oeste : Municípios segundo o tamanho da população urbana – 1970

Cartograma 1.4 – Centro Oeste : Municípios segundo o tamanho da população urbana – 1980

Cartograma 1.5 – Centro Oeste : Municípios segundo o tamanho da população urbana – 1991

Cartograma 1.6 – Centro Oeste : Municípios segundo o tamanho da população urbana - 2000

Capítulo II

Cartograma 2.1 – Estado de Goiás: Grau de urbanização, segundo os municípios – 1970

Cartograma 2.2 – Estado de Goiás: Grau de urbanização, segundo os municípios - 1980

Cartograma 2.2 – Estado de Goiás: Grau de urbanização, segundo os municípios - 1991

Cartograma 2.2 – Estado de Goiás: Grau de urbanização, segundo os municípios - 2000

Capítulo III

Cartograma 3.1 – Goiânia – Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação

Cartograma 3.2 – Classificação dos Centros Urbanos segundo a Pesquisa Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana

Cartograma 3.3 – Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia

Cartograma 3.4 – Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília e Região de Desenvolvimento do Distrito Federal

Cartograma 3.5 – Configuração do Urbano em Goiás – 2000

Cartograma 3.6 – Estado de Goiás: Proporção de domicílios particulares permanentes, com saneamento não adequado, com responsáveis com menos de 4 anos de estudo e com rendimento mensal de até 2 salários mínimos

Índice de Figuras

Capítulo I

Figura 1.1 – Dinâmica da evolução político-administrativa do Centro Oeste – 1940-2000

Figura 1.2 – Goiás, capital do estado – 1892

Figura 1.3 – Entrada da Cidade de Formosa, 1892

Figura 1.4 – Vista de Catalão, 1892

Capítulo III

Figura 3.1 – Centralidade na Rede Urbana do Brasil

Introdução

A passagem de país agrário a urbano talvez seja a mais importante e marcante transformação ocorrida no Brasil ao longo do século XX. Assim, as transformações econômicas e sociais alteraram a configuração do território brasileiro, a partir do momento em que, indiscutivelmente, a maioria da população passou a viver em áreas urbanas.

Da mesma maneira que o crescimento do produto econômico, a urbanização também não ocorre em tempos e espaços simultâneos. Neste contexto, a urbanização de regiões como a Centro Oeste possui peculiaridades temporais e espaciais no contexto do processo de urbanização brasileiro.

Nesse sentido, o objetivo geral desta dissertação é captar a dinâmica do sistema urbano de Goiás e o resultado desse processo num tempo específico (1970-2000). Simultaneamente, procura-se entender a dinâmica histórica, populacional e territorial desta urbanização, observando se múltiplas escalas, diante das transformações econômicas e sociais.

Neste contexto, parte-se do pressuposto de que no estado de Goiás, nas últimas três décadas do século XX, o urbano se consolida em rede, com um conjunto de cidades heterogêneo, dando a essa rede características diferentes, no que tange ao tamanho, ritmo de crescimento e funções distintas.

O primeiro capítulo destina-se a resumir os principais aspectos da urbanização experimentada pelo Centro Oeste, principalmente a partir da década de 1930. Procura

destacar, ao mesmo tempo, as especificidades espaciais e temporais da urbanização da região e diversos fatos marcantes para o processo de urbanização, a exemplo das construções de Goiânia e Brasília.

No segundo capítulo apresenta-se um panorama das profundas mudanças experimentadas no espaço goiano nos últimos 30 anos do século XX. O objetivo fundamental deste capítulo é analisar as características do desenvolvimento de um sistema urbano em Goiás e suas especificidades, tais como o ritmo de sua progressão, o papel dos movimentos migratórios e a conformação da rede de cidades.

No terceiro capítulo expõem-se os principais esforços de pesquisa que procuram entender e clarificar a configuração do urbano no país. Desde os que mapeiam a rede urbana brasileira com o objetivo de subsidiar a formulação e aplicações das políticas públicas urbanas, passando pelos trabalhos que subsidiam essa delimitação, e, ainda, aqueles que procuram questionar a classificação do IBGE e suas implicações no que diz respeito ao desenvolvimento das áreas rurais.

No quarto e último capítulo analisa-se a sociedade urbana forjada a partir da urbanização experimentada pelo estado de Goiás, no contexto das transformações na economia estadual. Tal análise será feita a partir de uma categorização sócio-ocupacional, que permite entender as relações que definem as posições no mercado de trabalho e na estrutura produtiva das cidades. Está análise da sociedade urbana compreende a aplicação desta categorização à população ocupada de três espaços distintos, que de certa forma, sintetizam e exemplificam a diversidade da urbanização experimentada por Goiás no período de 1970 a 2000. São eles: Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia (AMG), Rio Verde e Águas Lindas de Goiás.

Capítulo I

Transformações urbanas na região Centro Oeste

1.1 O que é o Centro Oeste

O atual território da macrorregião Centro-Oeste é composto pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. Tal composição respeita a divisão do Brasil em macrorregiões estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1942.

O território da região foi alvo de subdivisões ao longo de sua história. Em 1960 com a construção de Brasília, criou-se o Distrito Federal recortando parte do território de Goiás. Nos finais das décadas de 70 e 80 a subdivisão dos estados de Mato Grosso e Goiás, respectivamente, alteraram mais uma vez o contorno da região, sendo que o estado de Tocantins, fruto da subdivisão de Goiás, foi incorporado à Região Norte.

Nos últimos 50 anos do século XX a região Centro-Oeste experimentou elevados níveis de crescimento econômico, desencadeando profundas transformações na sua estrutura produtiva e no sistema urbano da região, com uma intensa migração campo cidade a partir da década de 1970. Sob certo aspecto assistiu-se a um constante aumento dos níveis de urbanização, na verdade uma

quase generalização do fenômeno.

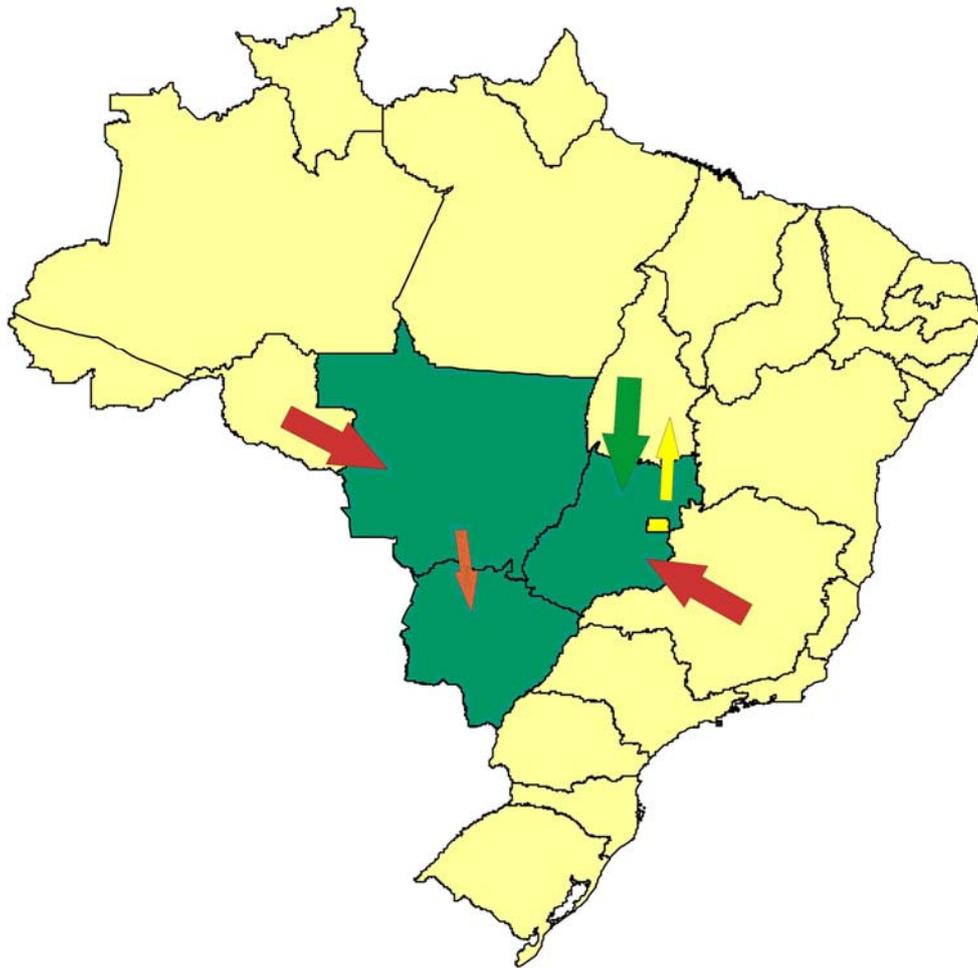
A partir de 1960 houve certa acomodação das atividades econômicas no território brasileiro, destacadamente as atividades industriais, o que, aliado aos esforços estatais no desenvolvimento de uma infra-estrutura no interior do país, levou ao crescimento de importantes núcleos urbanos nesses lugares.

Até então, não se pode descartar que, de certa forma a região já contava com uma rede urbana de dimensões consideráveis. Essa rede se estruturou a partir da construção de duas cidades capitais, Goiânia (década de 1930) e Brasília (década de 1960), que, junto com outras importantes cidades, compõem atualmente um conjunto importante de aglomerações com mais de 100 mil habitantes (Cartograma 1.1).

Cartograma 1.1



Figura 1.1
Dinâmica da evolução político-administrativa do Centro
Oeste - 1940-2000



→ Até 1989

→ Até 1942

■ Atual Região Centro Oeste

↑ Criado em 1989

↓ Criado em 1977

■ Criado em 1960

Tabela 1.1 - Região Centro Oeste: População total, segundo as unidades da Federação - 1991 e 2000

Unidade da Federação	1991	2000
Distrito Federal	1.601.094	2.051.146
Goiás	4.018.903	5.003.228
Mato Grosso	2.027.231	2.504.353
Mato Grosso do Sul	1.780.373	2.078.001
Centro Oeste	9.427.601	11.636.728

Fonte: IBGE

Em 2000 a região atingiu uma população total superior a 11 milhões de habitantes. O estado de Goiás é o mais populoso, com população acima de habitantes, porém na última década cresceu menos do que as outras unidades da federação que compõem a região (tabela 1.1).

1.2 Centro-Oeste: A Urbanização Pretérita

Mesmo antes de 1970, quando a população urbana definida pelo IBGE superou em termos absolutos a população rural, a região Centro-Oeste já contava com importantes núcleos populacionais. Esses núcleos, embora desarticulados e dispersos pelo território, tornaram-se importantes centros urbanos.

Os núcleos a que neste momento se faz referência, dizem respeito, na sua dimensão conceitual, a uma situação empírica próxima da forma urbana descrita por Nelson Goulart Reis, no seu livro *Evolução Urbana do Brasil*. De acordo com o mesmo autor, para se entender o processo de urbanização, do ponto de vista

espacial pode-se abstrair dois níveis: “O nível mais amplo, a rede, como o conjunto ordenado dos elementos espaciais e o nível mais restrito, o núcleo, como parcela ordenada e a unidade daquele conjunto” (1968, p. 15).

A unidade, o núcleo, parece estar também bem próxima do que Milton Santos trata como cidade, quando afirma:

Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (Santos, 1996, p. 20).

Essa talvez seja a síntese do que o mesmo autor chama de urbanização pretérita (Santos, 1996) e que Passos (2000) explica bem:

A formação de cidades é lenta e elas estão longe de constituírem unidades produtivas e comerciais autônomas. À medida que as fazendas se reforçam como unidade de produção, criando excedentes que circulam pelas cidades, surge, aí, uma classe comercial, fazendo despontar alguns centros urbanos já com milhares de habitantes. Estes centros continuam, no entanto, dependentes da produção agrária. Vale dizer que entramos no último século como uma sociedade agrária sob todos os aspectos: produção econômica, distribuição demográfica e processos culturais (Passos., 2000, pág. 121).

Assim, se o índice de urbanização pouco se alterou no Brasil até o final do século XIX, como afirma Milton Santos, é complicado falar em um processo de urbanização. Tratava-se mesmo da geração de cidades, ou seja, como afirma Reis Filho, um processo social que “provoca o aparecimento e a transformação de

núcleos, como consequência das interações humanas em que implica” (Reis Filho, 1968, p. 21).

Como a relação entre os lugares era fraca, o processo de urbanização fica restrito ao surgimento de povoações que se assentava sobre um local determinado e que dependia da natureza do solo, relevo, fontes de água para o consumo, cursos ou massas de água, etc. (Reis Filho, 1968).

Sendo que, como afirma Martine (1987, p. 17), o sistema de cidades - se se pode chamar assim - estava voltado para fora, cada ciclo econômico, ao deslocar o eixo geográfico da atividade exportadora mais dinâmica, ocupou novos territórios e provocou a aparição de novos núcleos de assentamento. Desta forma, a ocupação territorial se deu pontualmente acompanhando as várias economias regionais que surgiram, dentre elas a atividade mineratória¹.

1.2.1 A Gênese da Urbanização do Centro Oeste

O início da ocupação e exploração do território que atualmente se configura como a região Centro Oeste data das duas primeiras décadas do século XVIII, quando descobertas as primeiras minas de ouro².

¹ Neste mesmo texto, autor faz referência a Cano (1989), afirmando que a constituição de cidades, na colônia e no império, obedecia aos interesses do colonizador.

² Em 1718, foram descobertas as minas de Cuiabá, iniciando-se o povoamento de Mato Grosso. No caso de Goiás, a bandeira saiu de São Paulo a 3 de julho de 1722, retornando em 21 de outubro de 1825, propalando que tinha descoberto em cinco córregos auríferos, minas tão ricas como as de Cuiabá, iniciando-se o povoamento de Goiás. A primeira região ocupada foi a do rio Vermelho, onde

Na explicação de Palacín e Moraes (2001), o povoamento determinado pela mineração de ouro era irregular e mais instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece o ouro surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece.

A partir deste momento já era possível notar o desenvolvimento dos primeiros núcleos de concentração populacional, e, sendo assim, de nenhuma forma é correto afirmar que o território constituía uma área totalmente desocupada. Na ótica de Guimarães e Leme (2001, p. 27), o Centro-Oeste desde o início da exploração das minas de ouro já dispunha de núcleos e experiências de vida urbanas importantes, ainda que dispersas, expressão de uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória.

Dos núcleos que surgiam aqui e acolá, Cuiabá - Vila Bela, no Mato Grosso e Vila Boa, em Goiás - que viria a ser a futura capital do estado - desde o início da ocupação já exerciam certa centralidade. No que se refere à organização espacial do restante do território, Guimarães e Leme (2001, p. 22) esclarecem:

No processo de pioneira integração do Centro-Oeste, centro-norte de Goiás – que, recentemente, teve grande parte de sua área desmembrada para formar o Estado do Tocantins – e, de outro lado, a porção sul do antigo Mato Grosso – atual Mato Grosso do Sul – vivenciaram experiências particulares. O primeiro, seja pelas rotas de navegação das bacias do Araguaia-Tocantins, seja pela expansão da pecuária nordestina, apresentou uma ocupação social e econômica distinta e relativamente

se fundou o arraial de Sant'Ana, a futura Vila Boa, capital do território por 200 anos (Palacín e Moraes, 2001).

isolada da experiência do centro-sul, interligada aos estímulos e submetida à rarefeita influência dos núcleos econômicos de Belém (PA) e São Luiz (MA). O segundo, relativamente à margem da ocupação mineratória, teve sua posterior ocupação associada à expansão da economia Paulista, e, portanto, basicamente relacionada ao período de formação do mercado interno, neste século.

No quinquênio 1750-1754 Goiás e Mato Grosso atingiram o auge na produção de ouro. A partir de então a produção do metal precioso caiu constantemente, provocando impactos econômicos, sociais e demográficos nos territórios dos dois estados.

Com a derrocada da produção de ouro, a pecuária e uma agricultura de subsistência propiciaram a fixação da população nas poucas vilas e nos muitos arraiais que surgiram no período áureo da exploração das minas de ouro e que tenderiam a definharem-se com a decadência econômica³.

Desta forma,

[...] o próprio governo, com o desaparecimento do ouro, incentivou a atividade agropecuária com isenção de dízimos, suspensão de medidas que proibiam a navegação fluvial e revogação do alvará que não permitia a instalação de manufaturas na capitania (Estevam, 1997, p. 53).

Nesse sentido, Guimarães e Leme, lembrando Roberto Simonsen, afirmam que a criação de gado foi “um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no

³ Para se ter um exemplo, segundo Palacín e Moraes (2001, p. 31) em Goiás no final do século XVIII havia em Goiás aproximadamente 60.000 habitantes, enquanto o censo de 1804 indicou 50.000 habitantes. Tudo parecia reflexo da decadência da mineração à medida que não mais se importava escravos para suprir as mortes e muitos brancos e livres emigravam para outros territórios.

interior e objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país” (Guimarães e Leme, 2001, p. 23 *apud* Simonsen, 1978, p. 150). Desta forma, no caso de Goiás,

[...] a vida urbana, em pelo menos dois conglomerados, não foi arruinada com a ruralização demográfica. Vila Boa, na condição de centro administrativo e sede do funcionalismo, reteve grande parte de seus cidadãos e sustentou algumas atividades comerciais locais. Meia Ponte, por sua vez, gozava de posição privilegiada no entroncamento das vias de comunicação inter-regionais (Estevam, 1997, p. 29).

No caso do Mato Grosso, a decadência da mineração foi mais rápida, e de acordo com Estevam (1997, p. 58), na capitania restaram apenas dois centros de alguma expressão: Cuiabá, com 19.731 habitantes e Vila Bela, 7.105 habitantes, lembrando que outras localidades vivenciaram experiências particulares no que diz respeito à maneira como foram ocupados. É, por exemplo, o caso de Corumbá⁴, no então Mato Grosso, que cresceu a partir da navegação fluvial do Rio Paraguai desde os primórdios do século XVIII, quando “experimentou certo florescimento populacional e comercial, inicialmente sustentando pela extração mineral e depois pela extração de madeira e mate nativo” (Guimarães e Leme 2001, p. 22).

Todavia, neste contexto, vale ressaltar, como lembra Milton Santos:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém tinham entre si escassa relação, não sendo

⁴ Hoje município do Mato Grosso do Sul

interdependentes (Santos, 1996, p. 26).

Na visão do mesmo autor, o quadro muda a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o pólo dinâmico da economia brasileira. As constantes transformações promoveram o desenvolvimento dos sistemas de engenharia (materialidade) e nos sistemas sociais. Deste modo, a implantação de estradas de ferro, a melhoria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial ao território, também se instalam sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo que vão tornar efetiva aquela fluidez. (Santos, 1996, p. 26).

No Centro Oeste, o maior adensamento dos primeiros núcleos populacionais - que surgiram com a mineração e se fixaram com a pecuária, mesmo com a decadência da mineração - a partir da metade do século XIX, mantém estreita ligação com a expansão da cafeicultura paulista, como afirmam alguns autores, entre eles Estevam (1997) e Moysés (2001). A final a dinâmica da economia cafeeira teve de fato influência sobre a formação da economia do Centro-Oeste. É uma atividade por demais dinâmica, com evidentes efeitos multiplicadores e que conta com dois componentes indispensáveis para sua expansão: as próprias máquinas para o beneficiamento e as ferrovias.

Tabela 1.2 - Brasil: População por Estados - 1872, 1890, 1900 e 1910

Estados	População					
	1872		1890		1900	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Alagoas	348.009	3,4	511.440	3,6	649.273	3,7
Amazonas	57.610	0,6	147.915	1,0	249.756	1,4
Bahia	1.379.616	13,6	1.919.802	13,4	2.117.956	12,2
Ceará	721.686	7,1	805.687	5,6	849.127	4,9
Distrito Federal	274.972	2,7	522.651	3,6	691.565	4,0
Espírito Santo	82.137	0,8	135.997	0,9	209.783	1,2
Goiás	160.395	1,6	227.572	1,6	255.284	1,5
Maranhão	360.640	3,6	430.854	3,0	499.308	2,9
Mato Grosso	60.417	0,6	92.827	0,6	118.025	0,7
Minas Gerais	2.102.689	20,8	3.184.099	22,2	3.594.471	20,8
Pará	275.237	2,7	328.455	2,3	445.356	2,6
Paraíba do Norte	376.226	3,7	457.232	3,2	490.784	2,8
Paraná	126.722	1,3	249.491	1,7	327.136	1,9
Pernambuco	841.539	8,3	1.030.224	7,2	1.178.150	6,8
Piauí	211.822	2,1	267.609	1,9	334.328	1,9
Rio de Janeiro	819.604	8,1	876.884	6,1	926.035	5,3
Rio Grande do Norte	233.979	2,3	268.273	1,9	274.317	1,6
Rio Grande do Sul	446.962	4,4	897.455	6,3	1.149.070	6,6
Santa Catharina	159.802	1,6	283.769	2,0	320.289	1,8
São Paulo	837.354	8,3	1.384.753	9,7	2.282.279	13,2
Sergipe	234.643	2,3	310.926	2,2	356.264	2,1
Brasil	10.112.061	100,0	14.333.915	100,0	17.318.556	100,0

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Nesse período, enquanto no plano interno a pecuária se consolidava como a principal atividade econômica, com a produção sendo destinada a São Paulo, o Centro Oeste contava com pouco mais de 370.000 habitantes. Sendo que o Brasil já havia ultrapassado a marca de 10 milhões de pessoas⁵.

No Centro-Oeste, ao fim do século XIX, os municípios mais populosos continuavam sendo as duas capitais (Cuiabá e Goiás). Segundo o Censo de 1872, Goiás, antiga Vila Boa e capital do estado de mesmo nome, possuía uma população

⁵ Segundo as Estatísticas do Século XX (IBGE, 2003) em 1872, foram recenseadas nos Estados de Goiás e Mato Grosso 222.684 habitantes; 322.289, em 1890 e 375.209 habitantes em 1900.

de 19.159 habitantes (figura 1.2). Já Cuiabá, capital de Mato Grosso tinha uma população de 35.987, era a 8ª capital mais populosa, com população bem próxima a Fortaleza e Porto Alegre (tabela 1.2). Nessa mesma época o Rio de Janeiro, então capital federal, já contava com uma população de pouco mais de 270 mil habitantes e São Paulo, no que diz respeito à população, era menor que a capital do Mato Grosso, apresentando uma população de 31.385.

Figura 1.2



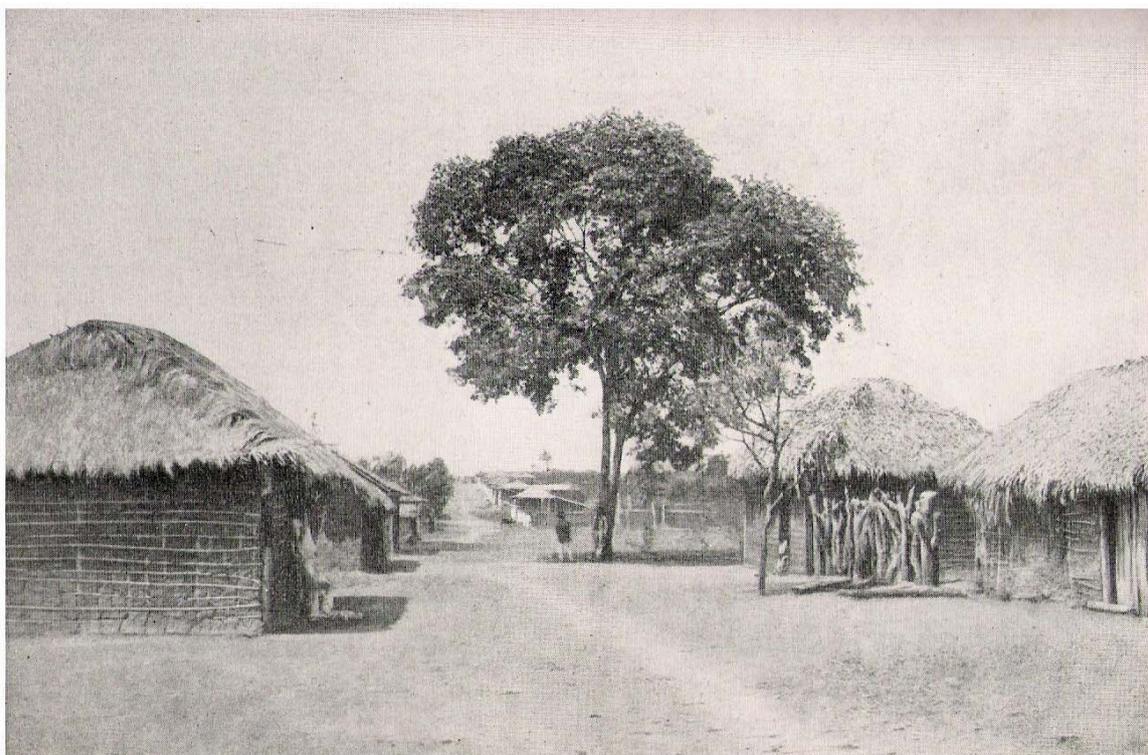
Goiás, capital do estado – 1892

Fonte: Cruls, 1957

No final desse século, os núcleos populacionais surgidos ali e acolá, apresentam uma estrutura de ocupação e construção e que provavelmente era bastante diferente das aglomerações que já se espalhavam pelo litoral brasileiro nessa época. Havia as cidades arruadas, os moldes portugueses, com construções de adobe e madeira, como é o caso, até hoje, das cidades de Goiás e de Meia Ponte

(atualmente Pirenópolis). Por outro lado havia lugares em que as construções eram de pau-a-pique, onde o conjunto de habitações se assemelha muito mais a uma aldeia indígena. Este é o caso do que Luis Cruls⁶, nas suas “voltas por Goiás”, identificou como sendo uma cidade, neste caso a cidade e Formosa.

Figura 1.3



Entrada da Cidade de Formosa, 1892

Fonte: Cruls, 1957

⁶A missão Cruls foi uma expedição comandada por Luiz Cruls, cientista belga radicado no Brasil, em 1892, com o objetivo de elaborar um relatório sobre o planalto central, visando a escolha de uma área que fosse propícia para a futura instalação da capital federal. Sob a liderança de Cruls a comissão realizou um rigoroso levantamento sobre topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, recursos minerais e geologia existentes no planalto central do Brasil.

Tabela 1.3 - Brasil: População das Capitais de Estado - 1872

Capitais	População
Rio de Janeiro (Distrito Federal)	274.972
São Salvador	129.109
Recife	116.671
Belém	61.997
Niterói	47.548
Porto Alegre	43.998
Fortaleza	42.458
Cuiabá	35.987
São Luiz	31.604
São Paulo	31.385
Manaus	29.334
Maceió	27.703
Florianópolis	25.709
Paraíba	24.714
Teresina	21.692
Natal	20.392
Goiás	19.159
Victoria	16.157
Curitiba	12.651
Aracajú	9.559

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Como consequência da expansão do complexo cafeeiro, os trilhos da estrada de ferro se aproximou do Centro Oeste, mais especificamente do Sul de Goiás e Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), e, como resume Estevam:

A inauguração de estações ferroviárias no Triângulo permitiu a irradiação de um espírito mercantil, o estabelecimento de maior freqüência nos negócios – dada a facilidade e rapidez nos transportes – e o surgimento de financiadores da produção agropecuária na área de influência da ferrovia (Estevam, 1997, p. 84)

No fim da primeira década do século XX Cuiabá já não era o município mais populoso do Centro-Oeste (Tabela 1.3). Nesse momento Catalão, no sudeste de

Goiás, se beneficiava dos efeitos multiplicadores da expansão da estrada de ferro, que até então não havia chegando ao território goiano, nesta ocasião chegava até Araguari, no Triangulo Mineiro (figura 1.4).

Tabela 1.4 - Centro-Oeste: Municípios mais populosos - 1910

Municípios	População
Catalão	34.525
Cuiabá	30.691
Santo Antonio do Rio Abaixo	28.690
Boa Vista do Tocantins	23.196
Livramento	20.358
Santa Rita do Paranaíba	18.843
Jaraguá	18.477
Goiás	15.815
Morrinhos.	14.894
Corumbá	14.542

Fonte: **Fonte:** Estatísticas do Século XX.
IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Vale ressaltar que a instalação da estrada de ferro passa a impactar de forma mais incisiva somente a partir de 1930. Entretanto, Borges (1990) procura mostrar o papel da Estrada de Ferro de Goiás na transformação das estruturas regionais antes de 30. Segundo o autor, em 1916, Goiás exportou, pela estrada de ferro, quase seis mil toneladas de arroz e em 1918, auge das exportações, exportou algo próximo a sete mil toneladas⁷.

⁷ Para melhor entender a implantação da ferrovia no em Goiás, ver melhor (Borges, 1990) e Estevam (1997).

Figura 1.4



Vista de Catalão, 1892

Assim, os municípios servidos diretamente pela via férrea ou a ela ligados por estrada de rodagem, contavam no período, com fazendas modernas servidas por alguns instrumentos de trabalho, considerados avançados para a época embora em número pequeno. Entretanto isto contribuiu para colocar alguns municípios como Ipameri e Catalão, em posição privilegiada no desenvolvimento das forças produtivas do estado (Borges, 1990, p. 95).

No que se refere à urbanização,

[...] com a implantação da Estrada de Ferro, vários núcleos populacionais apareceram e dentro de poucos anos adquiriram características de centros urbanos. As cidades goianas servidas pela linha se reurbanizaram e passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalistas, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo, etc. (Borges, 1990, p 22).

De antemão convém ressaltar que, até períodos anteriores a 1940, não era possível apurar a quantidade da população urbana, pois os censos não destacavam essa característica. Segundo Oliveira (2003, p.26):

A introdução de tal quesito foi precedida pela aprovação do decreto 311 de 2/2/1938 que obrigava os municípios a elaborarem mapas referentes à suas áreas de jurisdição, com a especificação dos limites municipais e interdistritais e com a demarcação dos quadros urbano, suburbano e rural. Desde a origem, portanto, foi um critério eminentemente jurídico-administrativo que prevaleceu na definição de categorias rural, suburbano e urbano para fins censitários, dando margem a questionamentos e polêmicas que se sustentam até hoje.

Os questionamentos sobre a definição de tais categorias não serão feitos agora, mas sim nos próximos capítulos, porém, estimativas dão conta que em 1872 a população urbana no Brasil não passava de 5,9% do total da população sendo que, em 1900, esse número ainda não chegava a 10%⁸. Desta forma, não era de se esperar que Goiás e Mato Grosso experimentassem, a partir da mineração, da pecuária e da agricultura de subsistência, uma urbanização robusta e parecida com aquela ocorrida do litoral. Ainda mais se tratando de espaços ocupados com certo déficit temporal e que não tiveram fôlego para manter a pujança experimentada durante o período da mineração.

Nesse sentido, diante da insuficiência dos dados e com base nos censos anteriores a 1940, no máximo pode-se ter uma noção da concentração populacional em alguns municípios. Isto pode ou não indicar a tendência de concentração da

⁸ (Santos, 1996)

população em suas sedes, já que não se fazia o levantamento dessa distinção em nível intramunicipal.

Em 1910, por exemplo, os municípios com população entre 20 mil e 35 mil habitantes, concentravam 41,5% da população do Centro Oeste, enquanto a classe inferior (até 5 mil) somava apenas 6,3% da população. As classes intermediárias (5.001 a 10.000 e 10.001 a 20.000) contavam cada uma com aproximadamente um quarto da população.

Tabela 1.5 - Centro Oeste: População, segundo classes de população de municípios - 1910

Classes	Número de Municípios	% da população
Até 5000	12	6,3
5001 a 10000	26	24,9
10.000 a 20.000	16	27,3
20.000 a 35.000	18	41,5
Centro Oeste	72	100,0

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

1.2.2 A Urbanização do Pós-30

Como já se conhece, desde o início da ocupação colonial até as primeiras três décadas do século passado, a economia brasileira sustentou-se nos ciclos de atividades primário-exportadoras: pau-brasil, açúcar, pecuária, mineração, café e borracha.

Assim, no início do século XX, paralelamente à exportação de café - que se estende como atividade primaz até 1930 - iniciava-se um processo de industrialização no Brasil. Neste período já parecia haver uma tendência à

decadência econômica das atividades agro-exportadoras e conseqüentemente um enfraquecimento político dos coronéis⁹.

Em 1930 a ascensão de Vargas indicava uma forte tendência à centralização política mediante a manipulação clientelística das estruturas políticas estaduais e municipais (Selcher, 1989). Segundo Pereira (2000) a Revolução de 1930 marcou de fato o fim da dominação exercida pela aliança das elites patrimonialistas e cafeeiras, uma nova aliança dominante formada por representantes dos setores voltados para o mercado interno do latifúndio mercantil, pela nova burguesia industrial e pela moderna burocracia.

O advento do Estado Novo confirmou a tendência centralizadora quando foi suprimida a oposição, o Legislativo, os Partidos políticos e as eleições. Nesse momento o Poder Executivo dominava todo o sistema federal, com a concentração dos tributos, dos recursos financeiros, dos recursos humanos e das prerrogativas constitucionais (competências).

Foi justamente após 1930 que a Região Centro Oeste passou por mudanças bem mais significativas, mudanças essas decorrentes, sobretudo, da integração do mercado nacional consubstanciado no movimento “Marcha para o Oeste” definiu novos rumos à estrutura sócio-econômica da região.

Neste contexto, o Centro Oeste, já como parte integrante do complexo

⁹ Nessa época as oligarquias locais desempenhavam um importante papel no sistema político nacional e conseqüentemente na organização do poder estatal. Nesse contexto é extremamente importante a figura de um personagem, representante máximo dessas oligarquias, o coronel. O coronelismo, por sua vez, segundo José Murilo de Carvalho, com referência em Victor Nunes Leal, deve ser entendido como um sistema político que tem a sua gênese a partir da política dos estados implantada por Campos Sales em 1898.

econômico primário exportador, não deixa de sentir os reflexos das mudanças por que passava o país. Abre-se a fronteira agrícola rumo a Goiás e Mato Grosso que com seus imensos territórios, passam a redefinir suas posições na divisão territorial do trabalho quando, além de exportar somente gado, especializam na produção e exportação de produtos agrícolas básicos para os mercados do Sudeste. Isso quer dizer que,

[...] a crise do complexo cafeeiro no final da década de 20 não interrompera a expansão da fronteira agrícola de São Paulo. Pelo contrário, intensificou-a nos anos seguintes em direção a outros estados da federação, em face do aumento da demanda por gêneros alimentícios no mercado interno. O desenvolvimento urbano-industrial do Sudeste reorientou a distribuição espacial das atividades econômicas no país, e reestruturou o espaço agrário nacional (Borges, 2000, p. 16).

Na “onda” da Revolução de 30, ocorrem no Centro-Oeste algumas mudanças fundamentais na estruturação do sistema urbano da região. Algumas decisões de caráter político contribuíram para que tais mudanças ocorressem. Alguns foram decisivos nessa mudança de rumo, principalmente a evolução dos meios de transporte (leia-se chegada da linha ferroviária), a edificação de Goiânia (década de 40) e de Brasília, que propiciaram o surgimento de centros comerciais, com uma concentração imigratória no centro-sul do estado, provocando futuramente uma acelerada urbanização, processo característico da segunda metade do século.

Tabela 1.5 - Centro Oeste, Goiás e Mato Grosso: Atividade Principal da população de fato de 10 anos e mais de idade - 1940

Atividades Principais	Mato Grosso	Goiás	Centro Oeste	%
Agricultura, pecuária, sicultura	84.500	215.372	299.872	34,7
Indústrias extrativas	19.185	5.626	24.811	2,9
Indústrias de transformação	9.329	18.640	27.969	3,2
Comércio de mercadorias	6.301	6.535	12.836	1,5
Com. de imóv. e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	327	162	489	0,1
Transportes e comunicações	5.160	2.977	8.137	0,9
Administração pública, justiça, ensino público	2.559	3.106	5.665	0,7
Defesa nacional, segurança pública	6.355	1.348	7.703	0,9
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	1.162	1.372	2.534	0,3
Serviços atividades sociais	8.691	10.290	18.981	2,2
Atividades domésticas, atividades escolares	126.258	235.531	361.789	41,9
Outras ou atividades mal definidas ou não declaradas	30.761	62.303	93.064	10,8
Total	300.588	563.262	863.850	100,0

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Nessa época, grande parte da população com idade superior a dez anos estava empregada em atividades primárias, como pode-se ver na Tabela 1.5. A participação dos trabalhadores nesse setor era dez vezes maior que a participação dos trabalhadores da Indústria. Ou seja, essas mudanças já indicavam a tendência de um processo de urbanização não tradicional, que não estava ligado diretamente à industrialização dos lugares. Como afirma Moysés (2001 p. 69):

É certo que a ausência de relações capitalistas na economia goiana dificultou uma maior inserção na economia nacional. Entretanto, não se pode condicionar o processo de urbanização somente a esse dinamismo exógeno e tampouco à industrialização, já que a história registra a existência de muitos centros urbanos que se desenvolveram sem que houvesse um parque industrial expressivo.

Isso se comprova a partir da urbanização do Centro Oeste que desde as primeiras décadas do Século XX, já experimentava certa concentração populacional em alguns municípios; verificou-se também uma concentração urbana cada vez mais acelerada a partir da segunda metade do século.

A construção de Goiânia, como afirma alguns autores, entre eles Estevam (1997), Moysés (2001) e Moraes (2003), foi um dos vetores dessa peculiar urbanização do Centro Oeste. Em outro tempo, a construção de Brasília impulsiona de vez a migração com destino urbano para a região, complementando, com mais força, o papel que tiveram a construção dessas duas cidades para o desenvolvimento urbano da região.

1.2.3 A transferência da capital

A construção de Goiânia - cidade planejada na década de 1930 - foi concebida como parte integrante da “Marcha para o Oeste” e constituiu o fato mais importante do período de modernização implementada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, (Chaul, 2001).

Internamente, a construção da nova capital representava uma estratégia de poder de Pedro Ludovico e dos grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste do Estado (Chaul, 2001). No plano nacional representava um projeto inserido no processo de interiorização e expansão da economia capitalista no Brasil, criando um espaço

urbano moderno e pioneiro que viabilizava essa expansão. Nesse sentido, segundo Moraes (2003, 119):

A construção da cidade de Goiânia, com base no plano urbano que apresenta a simbologia do modernismo, passa a constituir o vetor da urbanização moderna do espaço rural no Planalto Central a partir da década de 1930, reforçado pela fundação de Brasília na década de 1960, e mais recentemente, de Palmas em 1990.

Na ótica de Estevam (1997, p. 119), o avanço da urbanização sobre os espaços rurais criava e ampliava novas possibilidades econômicas, a partir do momento que:

[...] a construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma “possibilidade geográfica” futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócio, investimento públicos com seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional.

A Capital do estado de Goiás constituía um espaço pujante no que diz respeito à atração de imigrantes, o que propiciou à cidade um crescimento rápido, difundindo elementos que viriam a criar possibilidades para a transformação da estrutura sócio-econômica do centro-sul do Estado.

A cidade, idealizada e planejada para 50.000 habitantes, três anos após a transferência, que se deu em 1937, já contava com 48.166 habitantes. Em 1950 quando a população atingiu 53.389 rompia-se a barreira da população estimada. De 1960 para 1970 a população mais que dobrou, passando de 151.013 habitantes para

380.773.

Tabela 1.7 - Goiânia: População - 1940 a 1970

Anos	População	Cresc. Efetivo (%)
1940	48.166	-
1950	53.389	10,8
1960	151.013	182,9
1970	380.773	152,1

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Goiás passa então, após a construção e o rápido crescimento de Goiânia, a contar de fato com um espaço urbano moderno; o terreno estava preparado para que futuramente surgisse no cerrado uma metrópole com mais de 1,5 milhão de pessoas e com um considerável papel na rede urbana regional e nacional.

1.2.4 A Construção de Brasília

A construção de Brasília, na década de 1960 é outro fator importante, no que tange à urbanização do Centro Oeste, pois impulsionou de vez a migração com destino urbano para a região. A cidade veio a se localizar em um espaço geográfico praticamente vazio, numa região desprovida de comunicação viária e sem aporte energético necessário para a execução das atividades governamentais que para lá se deslocariam. Desta forma, a decisão de se trazer para o centro do país a capital nacional teria de ser acompanhada da determinação de se implantar infra-estruturas,

tais como energia e transporte, indispensáveis para tal propósito (Silva, 2002).

De acordo com o mesmo autor (2002, p. 17),

Com uma população total em torno de 140 mil habitantes, basicamente de migrantes, tanto para consolidar sua construção (os “Candangos”) quanto para operar a máquina administrativa e burocrática (os “Barnabés”), sendo mais da metade urbana, o DF já nasceu com alta taxa de urbanização, aproximadamente 63%, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (78,9%), resultando numa densidade demográfica de 24,1 hab/Km².

Sobre a construção da nova capital e seus impactos sobre o seu entorno regional, Moraes (2003) discorre:

A fundação de Brasília ocorreu concomitantemente com a implantação de medidas de caráter econômico do Plano de Metas do governo Kubitschek, cujo carro-chefe foi a indústria automobilística. Brasília consolidou, de maneira irreversível, o transporte rodoviário no país, uma vez que as ligações necessárias estabelecidas com estados e regiões foram feitas por meio de rodovias. É uma cidade que trem proporcionado desenvolvimento ao interior brasileiro como um todo, redirecionando a corrente migratória com uma efetiva ocupação das regiões Centro Oeste e Norte. O Distrito Federal é um centro de convergência e crescimento potencial para a sua região geoeconômica e para o Planalto Central. Com a construção e consolidação da nova capital na região do Centro Oeste, instaurava-se também um novo tempo para o Planalto Central, o qual viria promover a urbanização e o desenvolvimento das regiões citadas.

Brasília compreende hoje um grande espaço urbano que vai além do plano piloto planejado, engloba as cidades satélites e transborda os limites do Distrito Federal, atingido os municípios do estado de Goiás.

1.3 Tendência de Concentração Populacional

Como já mencionado, a partir de 1940 o Censo Demográfico passa a considerar em seus levantamentos a diferenciação entre população urbana e rural no nível intramunicipal. Assim, pode-se observar na tabela 1.8, a evolução das taxas de urbanização da Região comparada com as demais.

Tabela 1.8 - Brasil: Taxa de urbanização, segundo as Grandes Regiões — 1950-1980

Grandes Regiões	Taxa de Urbanização		
	1940	1950	1960
Norte	27,8	31,5	37,8
Nordeste	23,4	26,4	34,2
Sudeste	39,4	47,6	57,4
Sul	27,7	29,5	37,6
Centro-Oeste	21,5	24,4	35,0

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Em 1940 a região se apresentava – se adotarmos a definição do IBGE – como a menos urbana entre todas as outras, com um percentual de 21,5% de população considerada urbana. Todavia, vale ressaltar que, comparando com os dias atuais, nenhuma das cinco grandes regiões era urbana, como se observa na tabela 1.8.

Em 1940 o Centro Oeste tinha 80 municípios que somavam pouco mais de 1,25 milhões de habitantes. Do total desta população, 80% residiam em municípios com população entre mais de 10 mil e 50 mil habitantes, sendo que esses 80% se dividiam da maneira que se vê na tabela 1.9.

Até 1960 houve o aumento no número total de municípios na região. Esse

aumento foi significativo nos municípios com mais de 10.000 habitantes, com isso a população ficou mais bem distribuída entre os municípios de diferentes tamanhos.

Tabela 1.9 - Centro Oeste: População dos Municípios segundo os grupos de habitantes - 1940 - 1960

Participação na população e número de Municípios														
Anos	Total		até 5.000		De 5.001 a 10.000		De 10.001 a 20.000		De 20.001 a 50.000		De 50.001 a 100.000		De 100.001 e Mais	
	Pop.	Nº Cid	% Pop	Nº Mun.	% Pop	Nº Mun.	% Pop	Nº Mun.	% Pop	Nº Mun.	% Pop	Nº Mun.	% Pop	Nº Mun.
1940	1.258.679	80	2	6	2	18	40,2	37	43,1	18	4,3	1	0	0
1950	1.736.965	112	2,2	11	2,2	41	30,8	36	29,7	19	12,5	4	7,2	1
1960	3.006.866	244	8,2	74	7,7	75	29,3	63	23,7	25	11,5	5	9,8	2

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

A partir de 1940 os levantamentos censitários também apresentam a população municipal separada em níveis urbanos e suburbanos dos distritos das sedes municipais. Com isso pode-se analisar a conformação do sistema urbano destacando a população considerada urbana de cada município como mostra a tabela 1.10.

Tabela 1.10 - Centro Oeste: População das Cidades segundo os grupos de habitantes - 1940 - 1960

Participação na população e número de Municípios														
Anos	Total		Até 1000		De 1001 a 2000		De 2001 a 5000		De 5001 a 10000		De 10001 a 20000		De 20001 e mais	
	Pop.	Nº Cid	% Pop	Nº Cid	% Pop	Nº Cid	% Pop	Nº Cid	% Pop	Nº Cid	% Pop	Nº Cid	% Pop	Nº Cid
1940	210.786	80	7,4	25	20,3	30	21,1	15	17,9	6	22,4	3	10,9	1
1950	345.942	112	6,9	35	16,8	40	20,9	23	17,0	9	10,7	2	27,6	3
1960	981.587	244	5,7	89	8,8	59	21,7	67	12,7	16	8,8	7	42,3	6

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE: Rio de Janeiro, 2003

Nota-se, na tabela 1.11, que nas décadas de 40 e 50 houve uma crescente concentração da população urbana nas localidades com mais de 20.000 habitantes.

Nesse momento, quando o Centro Oeste passava por profundas mudanças na sua estrutura produtiva, verifica-se uma clara tendência à concentração nas cidades de maior porte, embora a população rural também crescesse. Neste caso, os quadros urbanos e suburbanos dos distritos das sedes de 6 municípios, em 1960, concentravam mais de 40% da população urbana da região.

**Tabela 1.11 - Centro Oeste:
Municípios com população urbana
acima de 20 mil habitantes - 1960**

Municípios	População
Goiânia	133.462
Brasília	89.698
Campo Grande	64.934
Anápolis	51.169
Cuiabá	45.875
Corumbá	38.841
Total	423.979

Fonte: Estatísticas do Século XX. IBGE:
Rio de Janeiro, 2003

Ao final da década de 1950, o Centro Oeste já contava com importantes centros urbanos, sendo as mais expressivas as duas capitais construídas no Planalto Central: Goiânia e Brasília, que já concentravam juntas quase 10% da população do Centro Oeste (cartograma 1.2).

5,2%. De acordo com os mesmo autores,

[...] o intenso crescimento regional do período foi devido, em sua maior parte, à atuação do Estado na destinação direta de grandes volumes de recursos para a criação de infra-estrutura econômica e social, e na expansão de gastos correntes, que influenciam *indiretamente* o crescimento ao expandir a demanda agregada e, portanto, induzir o investimento privado (Gomes e Monteiro Neto, 2000, p. 13).

Nesse mesmo sentido, “o Estado, buscando garantir ampliação acelerada do mercado, implementou um conjunto de políticas incentivando a aquisição dos produtos industriais e promovendo incorporação de modernas tecnologias no campo” (Estevam, 1997, p. 158).

Nesse período o crescimento econômico regional seguiu articulado e centrado na integração do mercado nacional. A partir da economia urbano-industrial paulista a economia nacional ainda se beneficiava dos anos de rápido e robusto crescimento econômico do período do milagre. Neste contexto, mais do que nunca, as distintas economias regionais formadas durante o período agro-exportador se articulavam sob a égide da economia urbano-industrial paulista, em um processo de unificação do espaço econômico.

Todavia, a partir de 1960, verifica-se os primeiros sinais de desconcentração espacial das atividades econômicas em nível nacional, principalmente a atividade industrial.

Além disso, a partir desse momento pode-se dizer que, com um projeto ambicioso, pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola da

região. Esse projeto, que se baseava principalmente na tecnificação da produção agrícola, abriu caminhos para transformar profundamente a estrutura de produção agrícola tradicional do Centro-Oeste e “trouxo efeitos positivos para indústria, tendo em vista o aumento significativo da demanda por máquinas e insumos que passaram a ser produzidos pelo parque industrial instalado no país” (Martine, 1987, p. 10).

É importante ressaltar, que

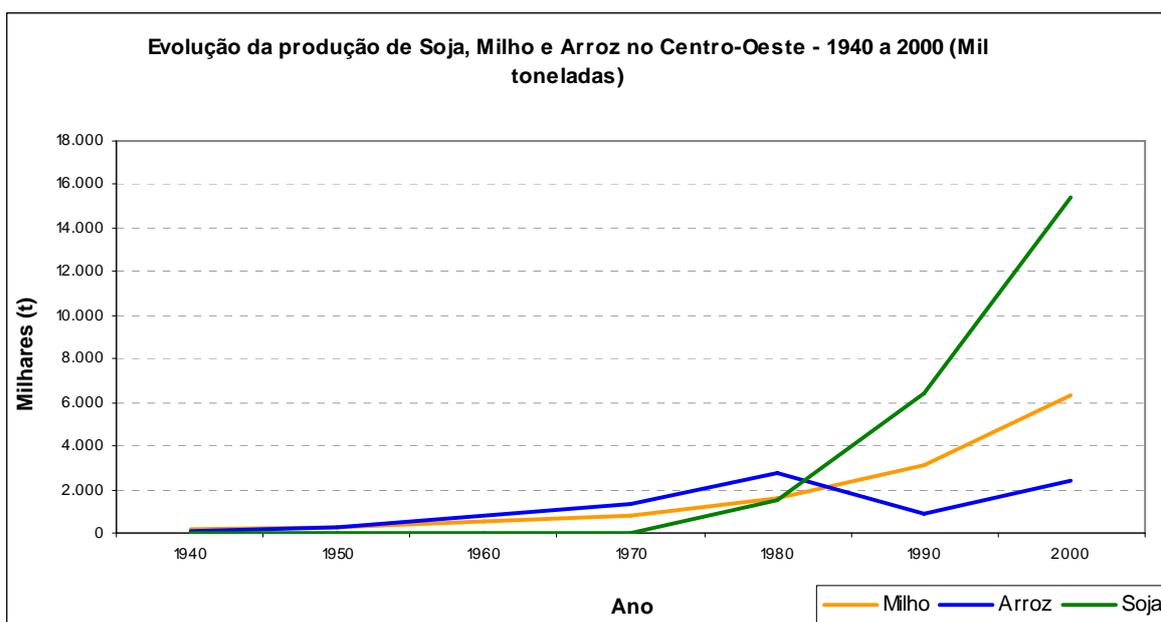
A efetivação desse novo modelo agrícola foi também propiciada pela internacionalização de um pacote tecnológico popularmente chamado de “Revolução Verde”, em meados da década de 60. Em essência, esse pacote prometia a elevação da produtividade média através de sementes melhoradas ou de “alto rendimento”; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e de insumos químicos (Martine, 1987, p. 10).

Desta forma há um aumento extraordinário da produção dos principais produtos agrícolas (Gráfico 1). Nos primeiros momentos da modernização das unidades produtivas da região verifica-se o aumento da produção de milho e arroz. Entretanto, desde a introdução da produção de soja na década de 1960, a quantidade produzida deste grão veio crescendo abruptamente, tornando-se o principal produto agrícola do Centro Oeste a partir de 1980.

Segundo Diniz (1996), “a experiência agrícola acumulada pelos imigrantes sulistas (alemães, italianos e japoneses) foi decisiva para a expansão agrícola recente do Centro-Oeste quanto dos cerrados em geral”, o mesmo autor ainda explica:

[...] as mudanças tecnológicas que viabilizaram a incorporação produtiva dos cerrados, a existência de terras planas e mais baratas, o avanço da infra-estrutura, especialmente transportes, e maior produtividade física por área dinamizaram a fronteira do Centro-Oeste, transformando-a na grande alternativa para expansão produtiva nos próximos anos (Diniz, 1996, p. 14).

Gráfico 1.1



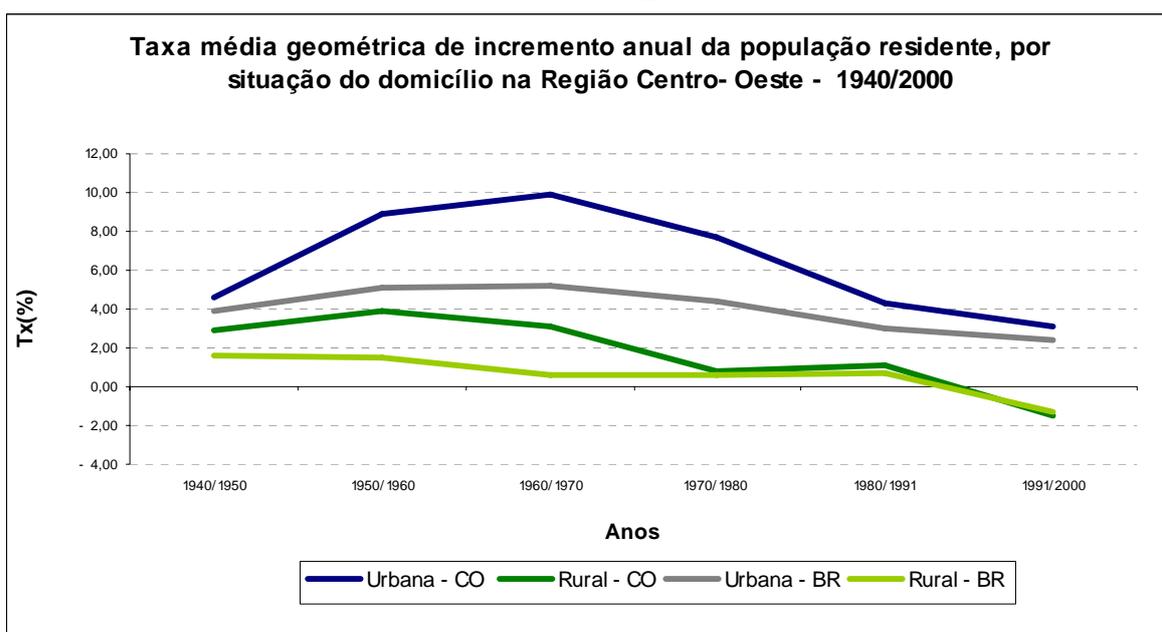
Fonte: IBGE, Pesquisa Agropecuária Municipal.

Observando a série histórica, os números da produção de soja no Centro-Oeste realmente impressionam e evidenciam a velocidade da ocupação econômica dos espaços de cerrado através das atividades agrícolas destinadas à exportação. A região, que segundo as informações do Censo Agropecuário, não produzia soja na década 1940, no final da década de 1990 passou a ter a primazia na produção dessa lavoura em nível nacional.

1.4.2 Crescimento urbano

Quanto ao ritmo de crescimento da população urbana observa-se que o Centro Oeste vinha apresentando um crescimento considerável desde 1940. Assim, é extraordinária a velocidade com que cresce a população urbana centroestina nas décadas de 50 e 60, (Gráfico 1.2). Enquanto a população urbana do Brasil crescia a taxas que variavam entre um número próximo a 4% e 6% ao ano nas décadas de 50 e 60, a região Centro Oeste cresceu a taxas entre 8% e 10%, nessas mesmas décadas.

Gráfico 1.2

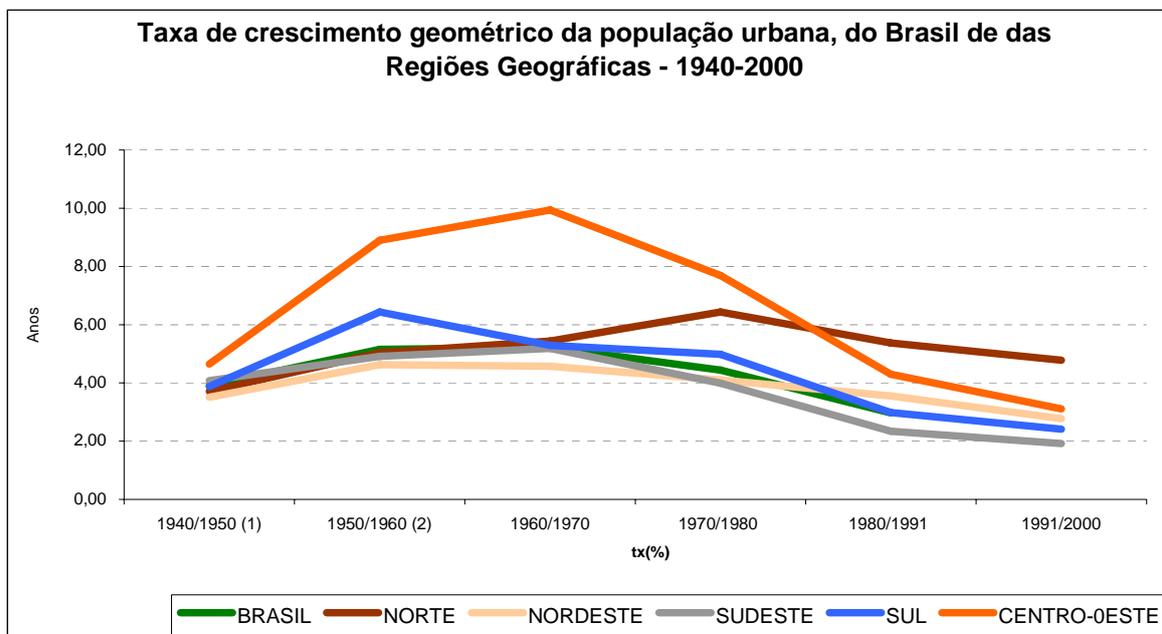


Fonte: IBGE

Até a década de 1970 a população rural do Centro Oeste também manteve taxas de crescimento mais elevadas em comparação ao Brasil, porém a taxa de crescimento anual da população rural, que na década de 1990 chega a patamares

negativos, tanto no Brasil, como no Centro Oeste, mantém o mesmo ritmo desde década de 1970.

Gráfico 1.3



Fonte: IBGE

Os municípios maiores também são os que mais contribuem para o crescimento da população da região, (tabela 1.12). Esses municípios constituem, portanto (entre 1970 e 2000) lugares com maior capacidade de atração de fluxos migratórios, que são responsáveis por grande parcela do incremento da população total da região, principalmente a partir de 1970.

Como se pode notar, mais de 50% da população acrescida ao total da região na década de 1970, somou-se aos municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes. Já nas décadas de 1980 e 1990 os municípios com mais de 500 mil habitantes passam a concentrar um contingente de população expressivo e

consequentemente contribuem para o crescimento total da população.

Tabela 1.12- Centro Oeste: Participação das classes de população no crescimento total da população - 1970 - 2000

Classes de População	1970-1980	1980-1991	1991-2000
até 5.000	6,3	9,2	7,9
5.000 a 20.000	20,0	17,1	14,0
20.000 a 50.000	10,4	16,8	10,7
50.000 a 100.000	11,6	3,3	17,0
100.000 a 500.000	51,7	24,7	19,3
mais de 500.000	-	28,9	31,1
Total	100,0	100,0	100,0

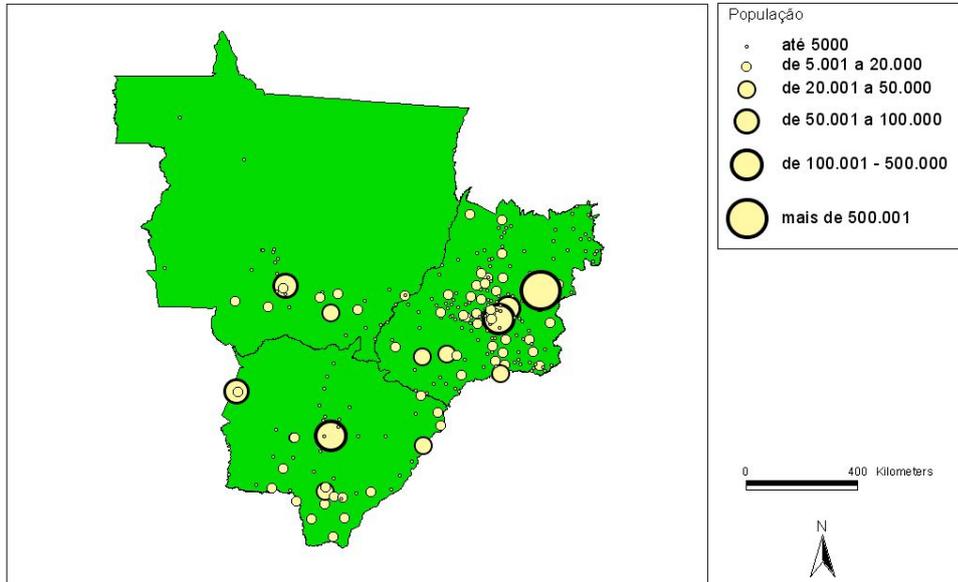
Fonte: IBGE

Observando os cartogramas que se seguem percebe-se de fato o caráter concentrado da população urbana da Região Centro Oeste (cartogramas 1.4,1.5,1.6 e 1.7). Em linhas gerais, estes cartogramas, que trazem a evolução da população urbana dos municípios por classes de tamanho da população urbana, evidenciam dois aspectos gerais, porém marcantes, da urbanização da região. O primeiro é a capacidade de polarização de Goiânia e Brasília e, em menor escala, de Cuiabá e Campo Grande. O segundo diz respeito ao aparecimento de relevantes aglomerações nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a partir da década de 1980. Isto evidencia o quanto a expansão territorial da fronteira agrícola foi um fenômeno crescentemente urbano.

Em resumo, essas representações cartográficas nos dão uma dimensão da evolução do sistema urbano do Centro Oeste nas últimas três décadas do século XX e sua consubstancial relação com as transformações as quais a região passou nesse período, principalmente no que tange à sua estrutura produtiva.

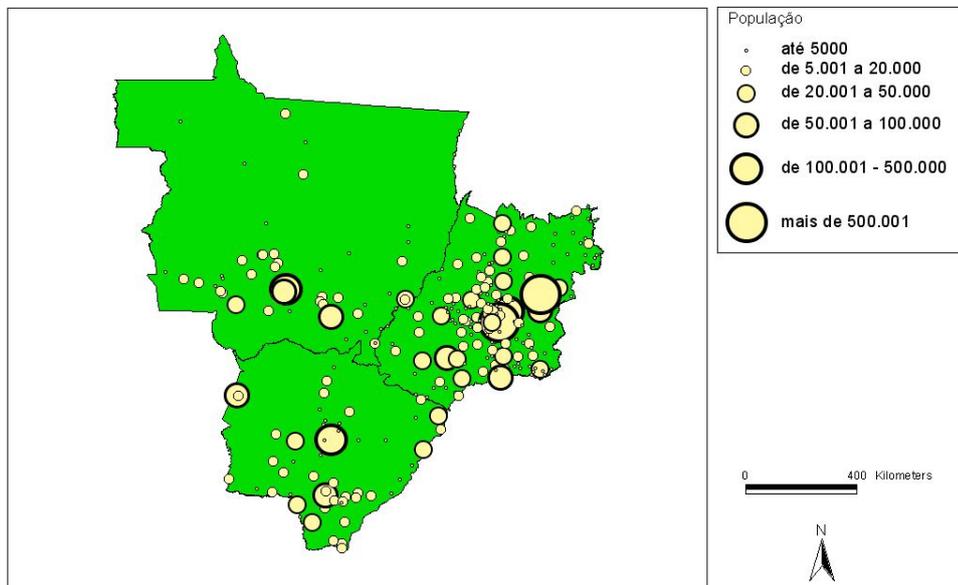
Cartograma 1.4

Centro Oeste - Municípios segundo o tamanho da população urbana - 1970



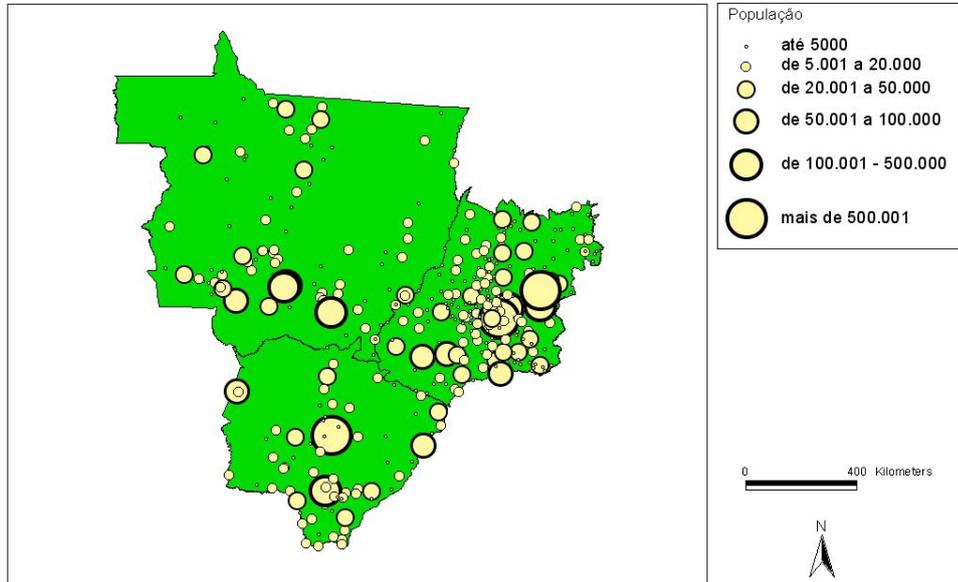
Cartograma 1.5

Centro Oeste - Municípios segundo o tamanho da população urbana - 1980



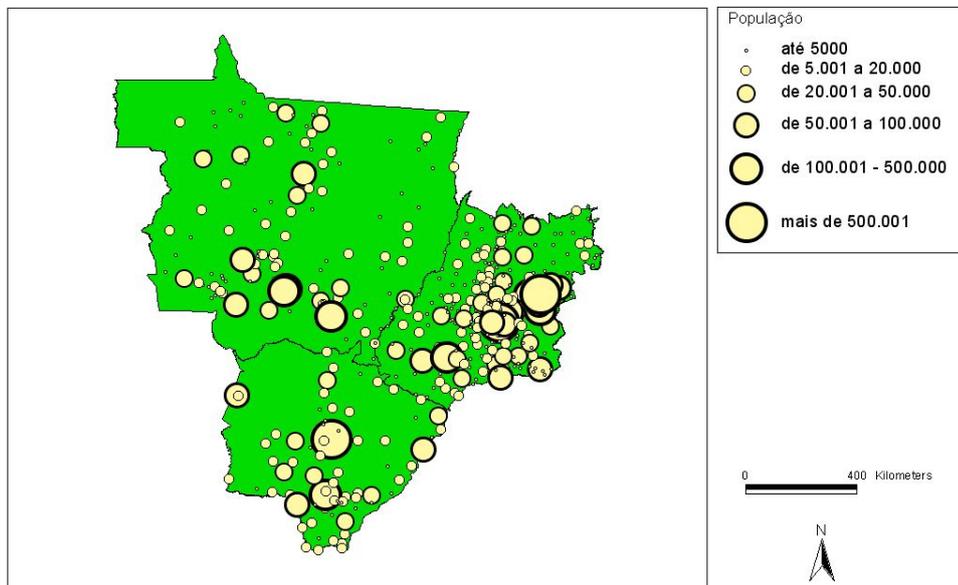
Cartograma 1.6

Centro Oeste - Municípios segundo o tamanho da população urbana - 1991



Cartograma 1.7

Centro Oeste - Municípios segundo o tamanho da população urbana - 2000



CAPITULO II

Tempo de Urbanização em Goiás: 1970-2000

Ao longo do último século o estado de Goiás passou por importantes transformações na sua estrutura produtiva. Desde os anos 30 essas mudanças ocorreram em maior intensidade a partir dos estímulos do governo federal em ocupar os “vazios” do território brasileiro (Marcha para o Oeste) e da decisão do governo estadual em transferir a capital, o que resultou na construção de Goiânia. Além disso, outros fatores como a construção de Brasília, o empenho estatal em promover mudanças no campo com a conseqüente implantação de uma infra-estrutura material no Centro Oeste (a expansão da malha rodoviária, por exemplo) influenciou a *transformação das estruturas*¹ em Goiás, sobretudo a partir da década de 60.

Como reflexo dessas transformações, a organização socioespacial sofreu consideráveis modificações, principalmente a partir da década de 1970, quando a população urbana superou, em termos absolutos, a população rural. Goiânia, a capital construída na década de 1930, já possuía 380.773 habitantes e, embora tivesse sido construída com uma função primordialmente administrativa, diversificou suas atividades econômicas.

Portanto, o estado de Goiás, na segunda metade do século XX, passou por significativas mudanças, pois durante muito tempo foi, do ponto de vista da produção, um verdadeiro espaço natural, onde uma agricultura e uma pecuária

extensivas foram praticadas, ao lado de uma atividade elementar de mineração (Santos, 1993). Assim, o novo urbano

[...] chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes e do País. Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científico-técnica, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, graças, também, ao equipamento moderno do País e à construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno (Santos, 1996, p. 62).

Nesse contexto, o crescimento urbano em Goiás, como no Centro Oeste, ocorreu de maneira acelerada. Crescimento esse consubstanciado no processo de modernização agrícola, implantado a partir da década de 1960.

Segundo Faria (1989):

[...] entre 1945 a 1980 a sociedade brasileira conheceu taxas bastante elevadas de crescimento econômico e sofreu profundas transformações estruturais. Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial.

No Centro Oeste e em Goiás o tempo destas transformações foi outro. É por esse “outro tempo” e por aspectos da especificidade da urbanização experimentada no Centro Oeste brasileiro, que essa urbanização não pode ser tratada como mera desconcentração da urbanização ou interiorização desse fenômeno² historicamente localizado em nosso litoral atlântico, pois o fenômeno se processa não somente em

¹ Termo sacramentado por Estevam (1997).

² FERNANDES, Ana Cristina, NEGREIROS, Rovená. Desenvolvimento Econômico, Divisão de Trabalho e Mudanças na Rede Urbana Brasileira: Do desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, Edésio, VALENÇA, Marcio Moraes. Brasil Urbano. Maud:Rio de Janeiro, 2004.

um tempo próprio, mas também em formas, funções e tamanhos distintos. Nos últimos trinta anos (1970 a 2000) a população, a sociedade e o território do estado se urbanizaram. O grau de urbanização do estado passa de 46% em 1970 para 68% em 1980, em 1991 atinge 81% e chega a 88% em 2000. O número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, que era de 60,5% em 1970, caiu para 15%³ em 2000. No início da década de 70, somente Goiânia e Anápolis possuíam mais de 100 mil habitantes, em 2000 o número de municípios com contingente populacional maior que esse era de 6; estes concentravam 47% da população do estado.

2.1 Crescimento Urbano

No início da década de 1970 a população goiana somava pouco mais de 4,1 milhões de habitantes, dos quais 1,3 milhões ainda viviam na zona rural. Nessa época, a capital, Goiânia, tinha uma população de 380.773 habitantes, quase todos urbanos, enquanto nenhum outro município do estado passava de pouco mais de 100 mil habitantes⁴.

No que diz respeito à urbanização de Goiás e às questões populacionais que envolvem esse fenômeno, as mudanças mais radicais ocorreram no decorrer da década de 70. Como já mencionado, o grau de urbanização, que no início da década era de 46%, passa a 68% em 1980. O contingente populacional rural, que crescia até 70, diminui consideravelmente em 290 mil pessoas nessa década. Essa retração,

³ Porcentagem calculada sobre a população de dez anos de idade e mais

que em termos relativos representa 22,5%, se deve principalmente ao movimento migratório, pois a mortalidade vinha caindo desde a metade do século XX o que fez o crescimento demográfico se beneficiasse, pois, devido às medidas de saneamento básico e do controle das doenças edêmicas, as taxas de mortalidade reduziram-se consideravelmente⁵ até mesmo nas áreas rurais.

O aumento da população urbana, que passa de 1,1 milhões para 2,1 milhões de habitantes, resultou no aumento da taxa de urbanização na maioria dos municípios.

Tabela 2.1 - Estado de Goiás: População segundo a situação do domicílio - 1970, 1980, 1991 e 2000

Ano	Situação do Domicílio		Total
	Urbano	Rural	
1970	1.109.501	1.307.389	2.416.890
1980	2.107.923	1.013.202	3.121.125
1991	3.247.676	771.227	4.018.903
2000	4.393.549	609.679	5.003.228

Fonte: IBGE

Enquanto a população urbana de Goiás nesta década cresceu a 7% ao ano e a população rural arrefecia a um ritmo de 2% a cada ano, podemos afirmar que do ponto de vista demográfico Goiás começa a se desruralizar⁶, pois o resultado foi uma redução de quase 300 mil pessoas no campo goiano na década de 70. Tal movimento tem relação, ao que tudo indica, com o processo de mecanização do campo, pois, como aponta a literatura, o padrão de migração rural-urbano a partir da

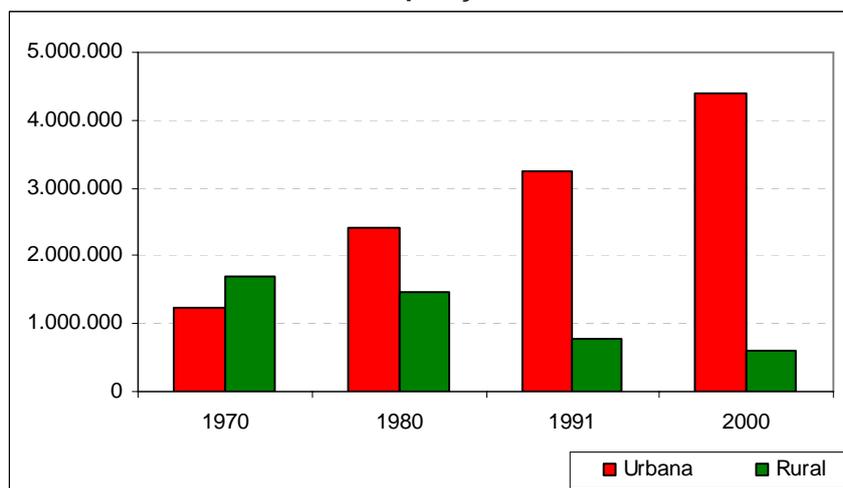
⁴ Goiânia possuía um Grau de urbanização de 95%, Anápolis, em termos de população, era o segundo maior município, com população de 105.029 habitantes, segundo dados do IBGE.

⁵ Segundo Martine “novas e importantes melhorias nas condições de saneamento e saúde elevaram o crescimento vegetativo da população aos níveis mais altos já alcançados na história brasileira” (1987, p. 60).

⁶ O segundo Abramovay e Camarano (1999) a saída do meio rural não significa necessariamente o acesso às condições mínimas de vida urbana: desruralização nem sempre é sinônimo, neste sentido, de urbanização, os autores recomendam para maiores detalhes ver Abramovay e Sachs (1996).

década 1970 sofreu uma mudança, pois se verifica o êxodo rural em tradicionais estados de fronteira⁷ como Paraná e Goiás (Sawyer, 1984).

Gráfico 2.1 - Estado de Goiás: População Urbana e Rural – 1970 a 2000



Fonte: IBGE

2.2 O papel das Migrações

A população de Goiás cresceu de maneira significativa ao longo do século XX, em boa parte devido ao crescimento vegetativo, mas principalmente impulsionado pelas migrações. No que diz respeito ao crescimento vegetativo vale dizer que, até 1960, a fecundidade no Brasil era considerada alta, quando o número médio de filhos

⁷ Sawyer (1984, p. 4), define a fronteira agrícola como “os limites não da nação, mas da ocupação econômica e demográfica de seu território, o limiar entre o “sertão” e a “civilização”. No caso do Brasil, porém, o caráter intermitente e disperso da ocupação do vasto interior, que contrasta com a suposta uniformidade e unilinearidade da ocupação do Oeste norte-americano, sugere a conveniência de dispensar noções implícitas de contiguidade espacial e de ocupação progressiva. Seria preferível pensar mais em termos de espaços distribuídos como manchas móveis do que uma linha divisória que se desloca progressivamente” SAWYER, D. R. *Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, n. 1/2, Campinas, 1984.

por mulher em idade fértil⁸ atingiu 6,28%, o nível mais alto registrado na segunda metade do século XX. Ressalta-se que esse índice vinha aumentando desde o início do século e em Goiás, como em outros lugares, isso não foi diferente. A partir de 60, a taxa de fecundidade recua em todas as regiões brasileiras, exceto no Nordeste, onde aumenta até 1970, quando atingiu 7,53%. Em Goiás a queda é relativamente pequena até 70, porém nessa década cai abruptamente, passando de 6,46 filhos em 70 para 4,73 em 80.

Além das altas taxas de fecundidade verificadas para esses períodos e a sua importância no crescimento vegetativo da população, é importante destacarmos o papel dos movimentos migratórios no crescimento populacional de Goiás. Acredita-se que, tanto a migração interna, caracterizada pelo chamado êxodo rural, quanto a imigração interestadual, que caracterizou Goiás como um dos principais estados de destino de migrantes, são importantes para entender o crescimento urbano no estado.

2.2.1 As forças da migração

Singer (1978), em uma abordagem clássica, apresenta dois conceitos importantes para o entendimento dos movimentos migratórios dos países que se industrializaram a partir das primeiras décadas do século XX. Segundo esse autor os fatores de expulsão que levam às migrações, principalmente as de sentido rural-urbano, são de duas ordens:

⁸ Usualmente utiliza-se a faixa etária que vai de 15 a 49 anos

[...] *fatores de mudança*, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego. [...] *fatores de estagnação*, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física da terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (Singer, 1973, p. 38)

Sendo que, pela ótica deste autor, tais fatores de expulsão provocam efeitos preponderantes sobre a migração em países como o Brasil, onde tais fatores, ao contrário dos países desenvolvidos, geram fluxos migratórios consideráveis, que se dirigem geralmente às cidades. Lembrando que, *os fatores de estagnação* também podem gerar fluxos migratórios com destino rural, pois, em países que possuem amplas reservas de terra cultivável ou aproveitável como pasto, a exemplo do Brasil os fatores de estagnação podem gerar fluxos migratórios que se dirigem de zonas rurais mais antigas para outras mais novas.

No caso de Goiás é mais provável que o movimento “rural-rural” ou mesmo o “urbano de outros estados-rural de Goiás” tenha acontecido nas décadas de 40 e 50. Naquele momento a população rural ainda crescia, embora seja importante assinalar que o crescimento da fronteira foi um processo crescentemente urbano.

Nesse contexto, acompanhando o raciocínio de Martine (1984), pode-se afirmar que os deslocamentos populacionais sobre o espaço correspondem a uma reordenação de oportunidades econômicas e sociais. Em Goiás, enquanto a economia continuava a se transformar, essa reordenação aconteceu no contexto das

mudanças no próprio “modelo de desenvolvimento” brasileiro e dos “esforços” de desenvolvimento regional.

Desta forma, as colonizações na fronteira, consubstanciadas ao processo de modernização agrícola, são processos chaves ao entendimento das mudanças na estrutura sócio-econômica de Goiás na segunda metade do século XX. O pilar da colonização agrícola de Goiás e do Centro-Oeste e o conseqüente surgimento de novos espaços urbanos, sem dúvida, é o empenho estatal no “desenvolvimento regional”, mais especificamente, os programas federais de ocupação das áreas de fronteira que permitiram aumentos substanciais na produção agrícola com o uso intensivo de capitais. Neste contexto, a produção agropecuária, bem mais capitalizada, criava poucas oportunidades de emprego rural “permanente”, devido à utilização de alta tecnologia e ao mesmo tempo essa “maior capitalização do processo de produção levou a uma redução do espaço físico e social disponível para o pequeno produtor”.

Em 1967, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), o centro-sul do estado foi incorporado aos programas federais associados ao 1º PND : PROTERRA e PRODOESTE, que se resumiram quase que exclusivamente à implantação de rodovias.

Já os programas de intervenção regional do II PND (POLOCENTRO, POLOAMAZÔNIA e Região Geoeconômica de Brasília) foram mais abrangentes e causaram maiores impactos econômicos e sociais no Centro-Oeste e em Goiás.

Neste contexto, merece destaque o POLOCENTRO, implantado no sentido de incentivar a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Este projeto tinha natureza tipicamente setorial, priorizava a pesquisa

agropecuária (leia-se atuação da EMBRAPA), a concessão de linhas de financiamento, além da criação de infra-estrutura, via construção de estradas, locais de armazenamento de grão e implementação de redes de energia. Neste caso, não se deve deixar de mencionar a importância específica do crédito rural, que fortaleceu o processo de capitalização do campo, e que, com a seletividade na concessão de financiamento, não contemplou pequenos produtores.

Sobre o POLOCENTRO e seu caráter de seletividade, Estevam esclarece que:

Ao alterar a estrutura de exploração agrícola fomentou níveis de concentração de propriedade fundiária ampliando e gerando seqüelas sociais negativas. Não fosse o peso da intervenção estatal dificilmente se projetaria com tamanha rapidez o processo capitalista de ocupação da fronteira (1997, p. 168).

Verifica-se, diante de tais circunstâncias, o papel decisivo do Estado como o principal veículo de implantação e generalização das relações capitalistas no campo goiano (Estevam, 1997). Disso resultou também o extraordinário êxodo rural verificado no estado durante a década de 1970.

É justamente nesse momento que se verifica o crescimento da produção de alguns produtos como soja, milho e cana-de-açúcar no estado, produtos com melhores perspectivas de exportação e mecanização. Se há um produto que simboliza bem o processo profundo de mudanças no campo brasileiro este é a soja, que em Goiás teve a sua expansão, segundo Estevam (1997, p. 175) “associada à mobilidade espacial de imigrantes do sul do país, ‘empurrados’ da origem – pela concentração de terra – rumo às regiões de fronteira”.

Embora o divisor de águas possa ser considerado a década de 1970, vale

lembrar que a população urbana de Goiás crescia de maneira acelerada desde a década de 40, como podemos ver nos gráficos. Na década de 40 o crescimento se deve à expansão da fronteira agrícola e pela recente construção de Goiânia, efeitos da Marcha para o Oeste.

Como mencionado anteriormente, os fatores de estagnação podem gerar fluxos migratórios que tem como destino as cidades. Neste caso o deslocamento se dá pelo esgotamento das terras cultiváveis ou pela monopolização das terras por latifundiários. No caso de Goiás, pelo menos após 1970, a migração parece pouco relacionada a esses fatores de estagnação, não que não existam, mas porque talvez os fatores de mudança façam-se sentir mais presentes, pois estes estão relacionados, neste caso, sobretudo a mudanças nas relações de produção. Neste caso especificamente, Sawyer explica:

[...] a introdução de relações de produção capitalistas libera mão-de-obra inserida em outras relações. Percebemos que, por trás das mudanças nas relações, ou ate mesmo independentemente delas, ocorrem mudanças nas forças produtivas que modificam a necessidade de força de trabalho. (1984, p. 9)

Neste caso, o descompasso entre o ritmo de reprodução da força de trabalho e a expansão da oferta de emprego no campo resulta num significativo êxodo rural, como o verificado em Goiás na década de 70. Essas mudanças se referem também à desestruturação da produção familiar presente em áreas como estas, pois como afirma Martine:

[...] não há dúvidas de que a pequena produção familiar era, de longe, a maior fonte de emprego e renda para a população rural. Assim, a desestruturação sistemática dessa categoria pela capitalização do campo provocou um descompasso entre o ritmo

de força de trabalho rural e o crescimento das oportunidades de trabalho no campo (Martine, 1987., p. 62 e 63).

No caso de Goiás, Estevam (2000), utiliza a expressão “dissolução da fazenda tradicional” para explicar esse processo, esclarecendo que:

O número de agregados de fazendas foi reduzido drasticamente assim como o de lavradores sem terra que cultivavam glebas alheias. Antigos meeiros tornaram-se diaristas, da mesma forma que proprietários passaram a fornecer trabalho acessório em propriedades alheias, sazonalmente, como assalariados. Enfim, as relações no campo em Goiás tornaram-se monetizadas e contratuais (Estevam, 2001, p. 458 e 459).

O que vale salientar, nesse momento, é que a partir da segunda metade do século XX, as migrações desempenham um papel preponderante no crescimento do urbano em Goiás.

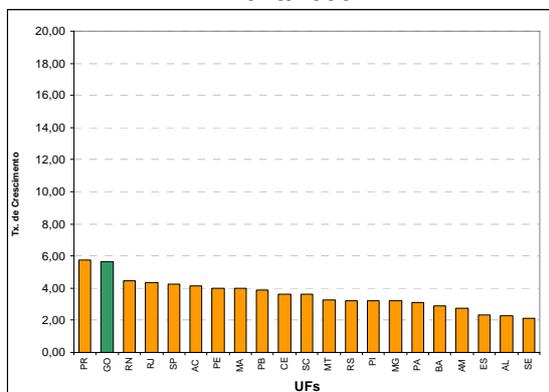
2.3 Crescimento urbano e imigração

O peso da imigração já era importante, pois na década de 40 a população urbana de Goiás cresceu a uma taxa de 6% ano. Ao final da década a taxa de imigração líquida para Goiás superava os 20%⁹ e o saldo migratório passa de 300 mil pessoas¹⁰ (Gráfico 2.2).

⁹ Parcela da população não natural residente na Unidade de Federação no momento daquele censo

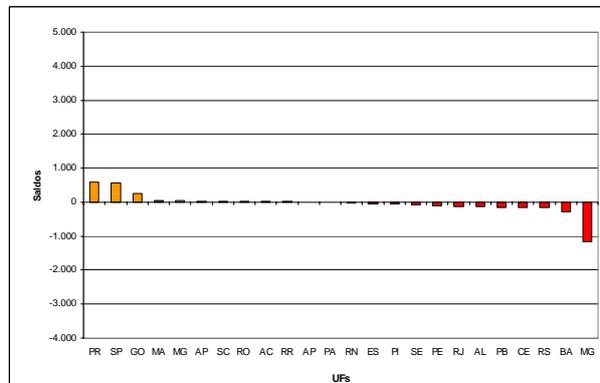
¹⁰ Neste momento, vale uma ressalva: a forma utilizada para calcular essa taxa não é a mesma utilizada nos estudos mais recentes sobre migração, porém foram os únicos dados encontrados para expressar esse movimento para as épocas analisadas neste instante. Nos levantamentos censitários mais recentes, a migração é captada de duas formas. Em determinadas ocasiões se trabalha com a

Gráfico 2.2 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1940/1950



Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Gráfico 2.3 - Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1950 (em 1 mil habitantes)



FONTES — IBGE, Diretoria Técnica, Departamento de Estudos da População. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983.

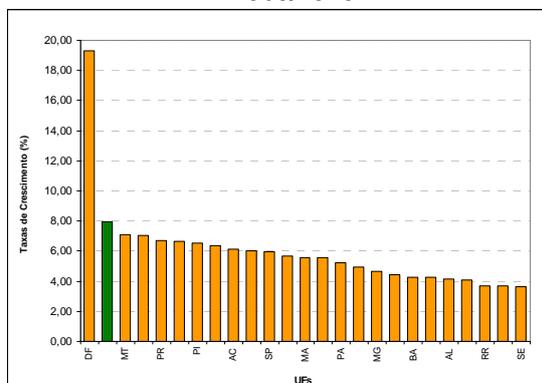
NOTAS: 1 - Para o cálculo da imigração foi considerado o número de não naturais residentes na Unidade da Federação indicada.

2 - Para cálculo da emigração foi considerado o número de naturais não residentes na Unidade da Federação indicada.

Na década de 50, a taxa de crescimento foi maior em comparação à década anterior. Embora tenha crescido a ritmos menores que outras unidades da federação, como Amapá, Paraná e Roraima, a população urbana de Goiás cresceu a uma taxa próxima a 9% ao ano (Gráfico 2.3). Verifica-se também um aumento na imigração, sendo que a taxa de imigração líquida calculada a partir dos dados do Censo de 60 aproxima-se dos 30%. Tal fato pode estar fortemente vinculado à expansão da fronteira agrícola e aos projetos de colonização inseridos nesse processo, já que o saldo migratório em 1960 aproxima-se das 500 mil pessoas, sendo superado nesse

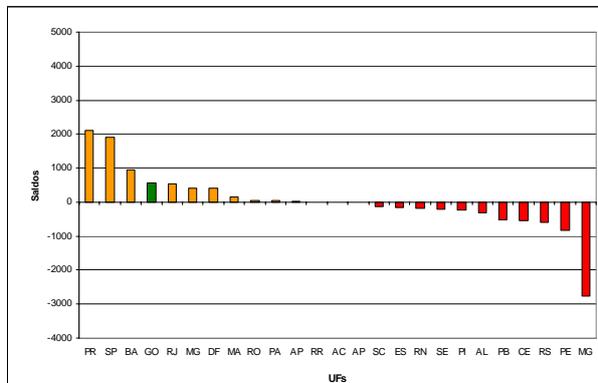
forma de captar a migração no Censo demográfico do IBGE denominada *data fixa*, isso passou a ocorrer a partir do Censo de 1991. Neste caso, é realizado o levantamento dos migrantes que residiam em local (UF, município ou país estrangeiro) diferente do qual está sendo recenseando, geralmente essa data fixa corresponde a 5 anos antes. Outra forma utilizada para captar o movimento migratório é aquela que levanta os migrantes a partir da quantidade de anos em que reside na atual localidade (seja UF ou município), denominada *migração de última etapa*, inquiri-se há quanto tempo o morador reside no local; neste caso, geralmente se considera migrante aquele que reside na localidade a menos de 10 anos.

Gráfico 2.6 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1960/1970



Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Gráfico 2.7- Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1970 (em 1 mil habitantes)



FONTES — IBGE, Diretoria Técnica, Departamento de Estudos da População. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983.

NOTAS: 1 - Para o cálculo da imigração foi considerado o número de não naturais residentes na Unidade da Federação indicada.

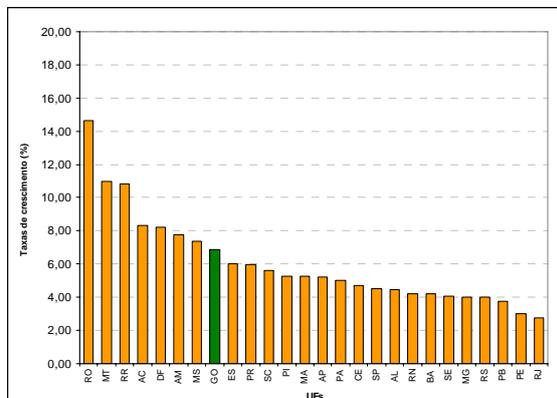
2 - Para cálculo da emigração foi considerado o número de naturais não residentes na Unidade da Federação indicada.

A década de 1970 é o recorte temporal chave para se entender as mudanças na configuração da rede urbana em Goiás. Nessa década o crescimento urbano continuou acelerado, porém em ritmos inferiores às duas décadas anteriores. Nesse momento, em nível nacional, já apareciam sinais do deslocamento da fronteira agrícola, pois estados como Rondônia, Roraima e Mato Grosso¹² cresceram acima dos 10% anuais. Vale ressaltar que, no último quinquênio da década de 70, Goiás apresenta taxa de migração líquida negativa (Gráfico 2.10). Portanto, constata-se que além da queda brusca da fecundidade, o balanço negativo das trocas migratórias foi outro fator que contribuiu para a pequena redução do ritmo de crescimento da população urbana no estado nessa década.

¹¹ Segundo Sawyer (1987), apesar de ter pouca relação com a dinâmica da fronteira agrícola, a construção de Brasília contribuiu para o crescimento acelerado da população urbana da Região Centro Oeste.

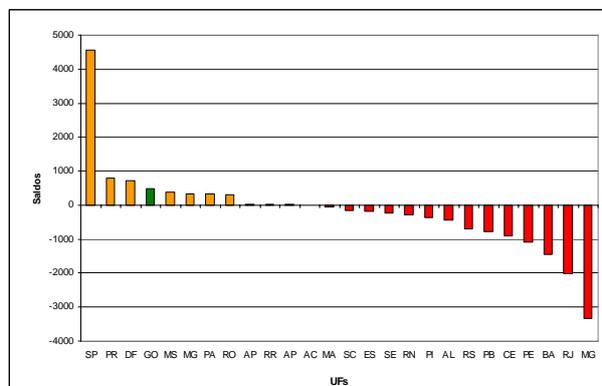
¹² Esses estados compõem o que Sawyer e Pinheiro (1984) chamam de “fronteira de expansão”, quando analisam a dinâmica demográfica das áreas de fronteira. Já Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal fazem parte do que os autores preferem chamar de “fronteira consolidada”.

Gráfico 2.8 - Brasil: Taxa média geométrica de incremento anual da população residente urbana, segundo as Unidades da Federação – 1970/1980



Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Gráfico 2.9 - Brasil: Saldo Migratório¹, segundo as Unidades da Federação – 1980 (em 1 mil habitantes)

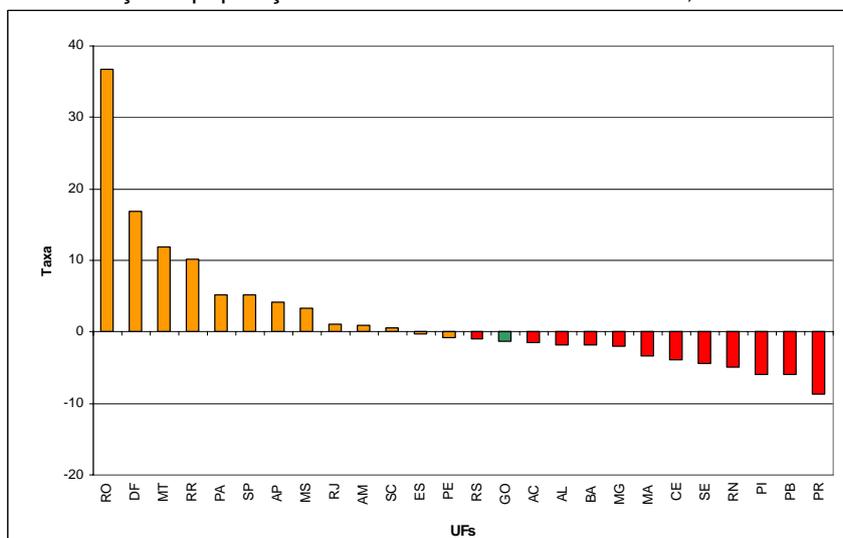


FONTES — IBGE, Diretoria Técnica, Departamento de Estudos da População. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1982. Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, 1983.

NOTAS: 1 - Para o cálculo da imigração foi considerado o número de não naturais residentes na Unidade da Federação indicada.

2 - Para cálculo da emigração foi considerado o número de naturais não residentes na Unidade da Federação indicada.

Gráfico 2.10 - Taxas líquidas de migração quinquenais por unidades da federação – população de cinco anos ou mais de idade, 1975-1980



Fonte: IPEA. Brasil: o estado de uma nação. IPEA: Rio de Janeiro, 2005.

Nota: Saldo migratório do quinquênio dividido pela população enumerada no final do quinquênio (população de 5 e mais anos de idade).

Observando o gráfico 2.10, nota-se que Mato Grosso, Pará e Rondônia estão entre as Unidades de Federação que apresentaram os maiores saldos migratórios ao final da década de 1970 (Gráfico 2.9) o que reforça a tendência de crescimento

urbano nestes estados. O caso de Rondônia exemplifica muito bem o papel dos movimentos migratórios na ocupação desses territórios, pois apresenta um taxa quinquenal de migração líquida bem acima das outras Unidades da Federação, como se pode ver no Gráfico 2.10.

Foi, portanto, preponderante o papel da migração para a urbanização de Goiás. Principalmente mineiros, maranhenses, e baianos até 1970, também paulistas e cearenses a partir de então, são personagens importantes na história da urbanização de do estado¹³.

2.4 Urbanização dos municípios: uma generalização do fenômeno?

É inquestionável o fato de que desde a década 70, quando a população considerada urbana superou em termos numéricos a população rural, viu-se no estado de Goiás, um aumento gradativo no número de municípios com alto grau de urbanização¹⁴. Isso poderia indicar que, sob certo aspecto, houve uma generalização do fenômeno urbano em Goiás¹⁵.

Em 1970, quando a população rural ainda era maior, mais de 50% dos municípios apresentavam Grau de Urbanização inferior a 30% (tabela 2.2), enquanto

¹³ Dos migrantes computados pelos levantamentos estatísticos em 1970, 50% eram originários de Minas Gerais, 15% do Maranhão, 13% da Bahia e o restante se dividiam entre outras unidades da federação, como Piauí, Ceará, São Paulo, etc. Por outro lado, Goiás perdia população principalmente para o Distrito Federal e Mato Grosso.

¹⁴ É o índice correspondente à porcentagem da população que vive em áreas urbanas. São caracterizadas como zonas urbanas todas as sedes dos municípios (cidades) e todas as sedes dos distritos (vilas), independentemente do número de seus habitantes. Para calcular o grau de urbanização contam-se todos os moradores dessas áreas.

apenas 20% destes apresentavam Grau de Urbanização maior que 50%. Nesse momento apenas Goiânia tinha mais de 90% da população residindo dentro dos limites da área urbana do município.

Tabela 2.2 Goiás: Número de municípios segundo o Grau de Urbanização - 1970 - 2000

Grau de Urbanização	1970		1980		1991		2000	
	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
até 10	6	3,6	1	0,6	0	0,0	0	0,0
10 a 30	82	48,5	29	17,0	14	6,6	3	1,2
30 a 50	53	31,4	55	32,2	35	16,6	26	10,7
50 a 75	22	13,0	69	40,4	103	48,8	105	43,4
75 a 90	5	3,0	13	7,6	48	22,7	78	32,2
+ de 90	1	0,6	4	2,3	11	5,2	30	12,4
Total	169	100	171	100	211	100	242	100

Fonte: IBGE

Em 1980, exatamente a metade dos municípios de Goiás já possuía Grau de Urbanização superior a 50%, sendo que em 69 municípios (aproximadamente 40 %) tinham entre 50% e 75% de população considerada urbana. Essa faixa de urbanização predomina a partir daí, assim o número de municípios nessa faixa sobe para 49% em 1991 e cai para 44% em 2000. Essa diminuição resultou do aumento no número de municípios com Grau de Urbanização elevado, ou seja, aqueles em que mais 90% da população reside nos limites urbanos definidos pela lei municipal de cada um deles. É este o caso dos municípios de Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, onde, segundo os dados do Censo 2000, verifica-se uma urbanização total, com 100% da população sendo considerada urbana.

Medidas básicas da Estatística, como as apresentadas na tabela acima ajudam a entender a urbanização de Goiás, quando se toma como parâmetro o grau

¹⁵ Expressão utilizada por Castello Branco (2003)

de urbanização dos municípios. O grau de urbanização mínimo em 1970 era 5%, passando a 8% em 1980, 17% em 1991 e 25% em 2000.

Tabela 2.3 Goiás: Estatísticas Básicas da Urbanização* - 1970-2000

Estatísticas	1970	1980	1991	2000
MÍNIMO	5	8	17	26
MÁXIMO	95	98	99	100
MÉDIA	33	51	63	72

* Análise do Grau de Urbanização

Em 1970, o grau de urbanização máximo encontrado em Goiás era 95%¹⁶. Verifica-se também que a média do grau de urbanização dá um importante salto a partir de 70, como era de se esperar, passando de 33% para 51% em 80, atingindo 63 % em 1991. Segundo os dados do Censo demográfico 2000, essa média atinge 72%, um número bem abaixo do grau de urbanização do estado como um todo, que é de 88%, o que nos faz concluir que existe ainda um grande número de municípios com baixo grau de urbanização, o que evidência mais uma vez o aspecto da¹⁷ urbanização concentrada.

Todavia, vale ressaltar, que o Grau de urbanização, além de ser apenas uma variável para analisar o complexo processo de urbanização, também é questionável do ponto de vista da construção do próprio indicador. Tal cálculo se baseia na tradicional dicotomia intramunicipal entre rural e urbano, onde os limites entre campo e cidade ficam a critério das administrações municipais, que na maioria das vezes prioriza a questão fiscal à do planejamento territorial.

A observação da evolução do grau de urbanização por municípios de fato indica o que poderia se chamar de uma generalização do urbano em Goiás, já que

¹⁶ É o caso exclusivo de Goiânia.

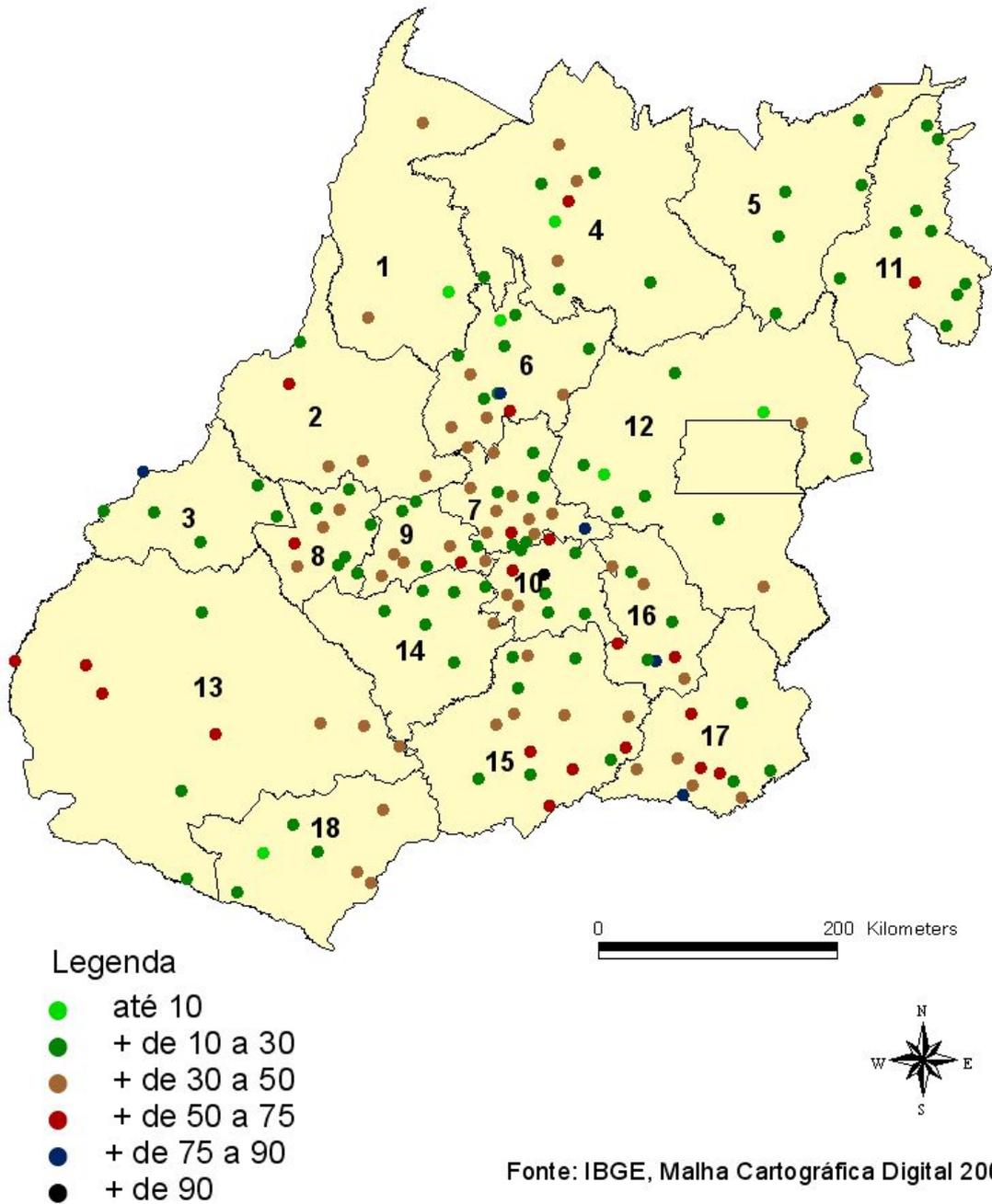
boa parte destes apresenta Grau de urbanização acima de 50% em 2000, ao contrário do que ocorria em 1970. Entretanto, consubstanciado à própria complexidade da rede urbana brasileira, o crescimento urbano acelerado em Goiás nos faz revisar algumas outras formas de captar a dimensão do urbano no estado, já que tal generalização é questionada por outros estudiosos, que adotam outros indicadores para a captação do processo de urbanização.

Podemos ver nos cartogramas que se seguem como é nítido o aumento gradual do Grau de Urbanização na maioria dos municípios, porém, esse aumento não acontece nos mesmos níveis em todas as regiões do estado, o que evidencia a concentração espacial da urbanização, pois os municípios que atingiram os maiores níveis de grau de urbanização estão localizados em poucas microrregiões do estado

¹⁷ O Grau de Urbanização é calculado dividindo a população urbana pelo total.

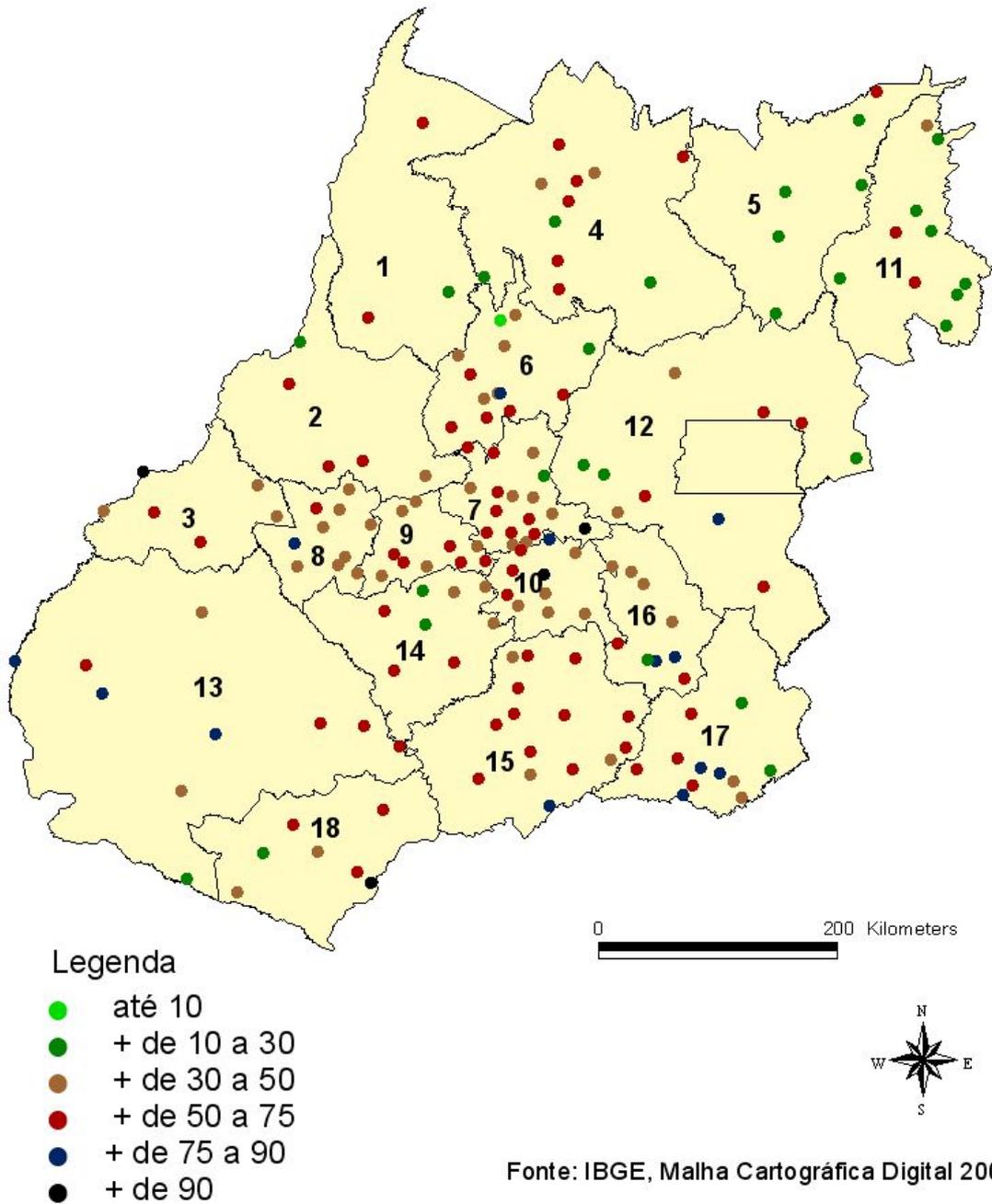
Cartograma 2.1

Estado de Goiás: Grau de Urbanização, segundo os municípios - 1970



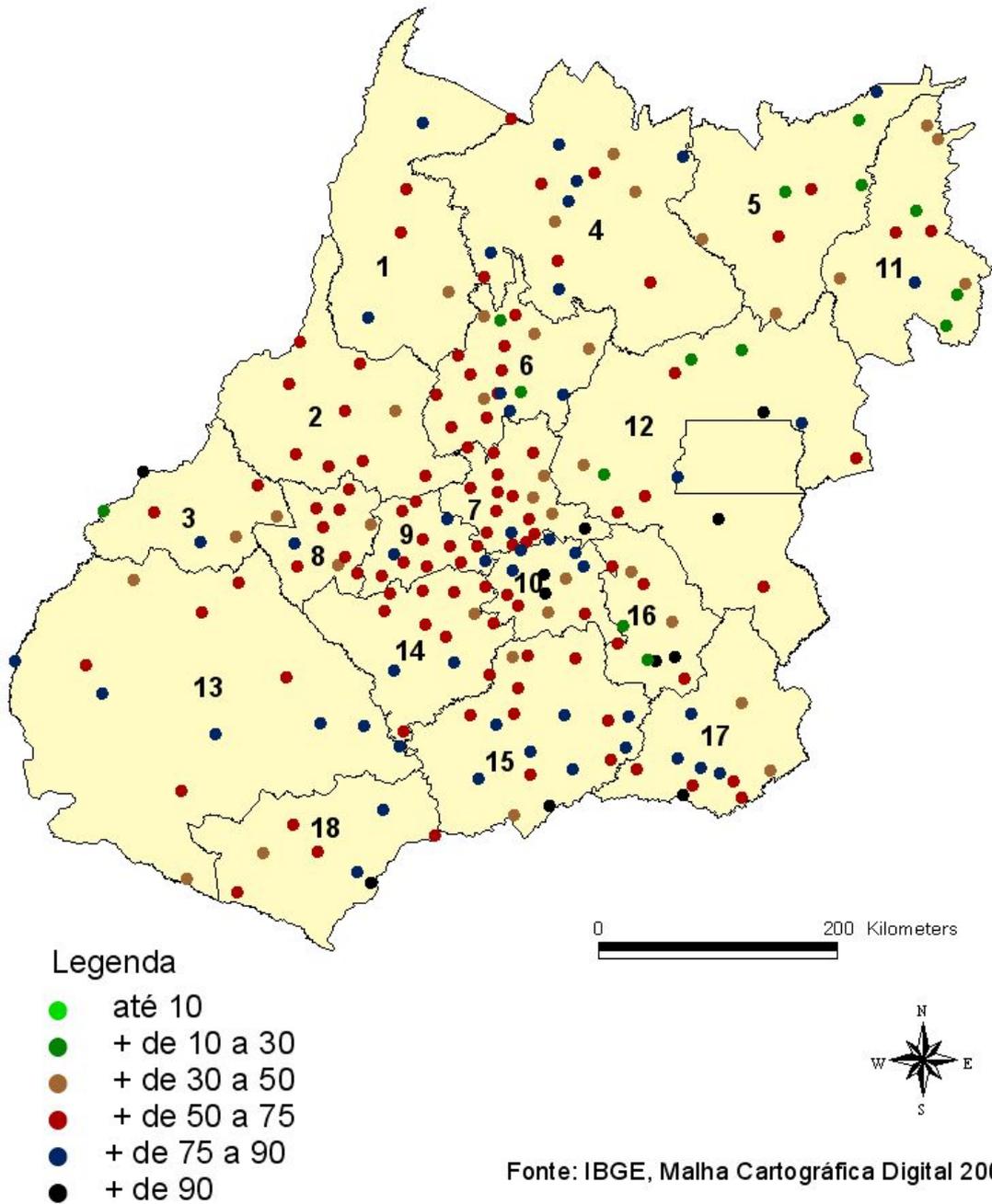
Cartograma 2.2

Estado de Goiás: Grau de Urbanização, segundo os municípios - 1980



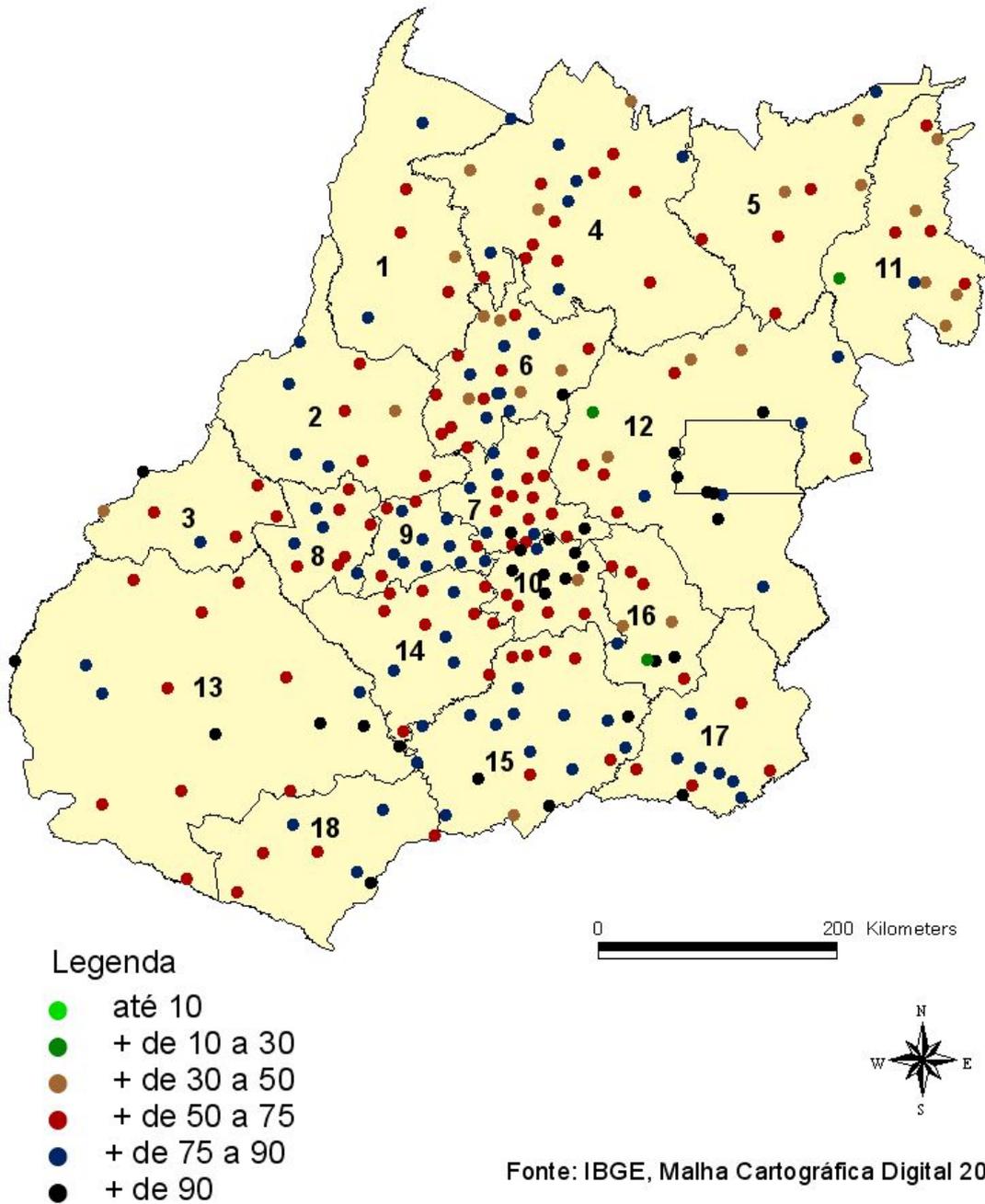
Cartograma 2.3

Estado de Goiás: Grau de Urbanização, segundo os municípios - 1991



Cartograma 2.4

Estado de Goiás: Grau de Urbanização, segundo os municípios - 2000



Ao contrário da urbanização experimentada em outros lugares, principalmente a região Sudeste do Brasil, em Goiás, a urbanização não ocorreu paralela à industrialização. Esta constatação reforça o papel da modernização agrícola, do êxodo rural e da imigração no processo de urbanização acelerada experimentada pelo estado nos últimos 50 anos. Ressalta-se que o desenvolvimento das duas cidades planejadas do planalto central (Goiânia e Brasília) provocou efeitos multiplicadores importantes em suas áreas de influência, a partir do setor de serviços, principalmente a administração pública, cria-se um mercado consumidor robusto e logo uma economia diversificada, porém com pouco peso da indústria. Portanto não faz sentido, pelo menos para o caso de Goiás, afirmar que, a partir das transformações ocorridas no estado emergiu uma sociedade urbano-industrial, como afirmar Faria (1989) no caso nacional, embora a “industrialização da agricultura” tenha impulsionado a urbanização. Torna-se um desafio entender que sociedade urbana emergiria então, a partir do crescimento econômico e das “transformações das estruturas” neste estado e nos distintos pontos da rede urbana estadual.

CAPITULO III

Configurações do Urbano em Goiás e Desigualdades Regionais

3.1 Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana

Para a caracterização da rede urbana brasileira o IBGE desenvolve estudos importantes, dentre estes a Região de Influência das Cidades (REGIC) e aglomerações urbanas para fins estatísticos.

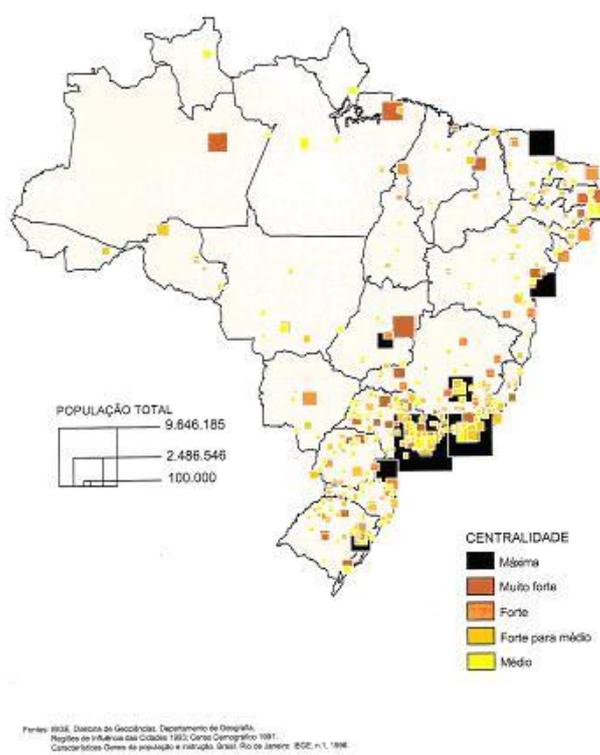
Desde 1972, com a publicação do estudo *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, o IBGE vem desenvolvendo importantes pesquisas que tratam das redes de relações espaciais, das hierarquias dos centros urbanos pertinentes a tais redes e das áreas de influência ou de atuação destes centros.

Com revisões de cunho metodológico, o IBGE publicou em 1987 a primeira edição do estudo *Regiões de Influência das Cidades*, era na verdade uma revisão da publicação de 1972, com base em dados de 1978.

A última edição desta importante publicação que subsidia o entendimento da rede urbana do Brasil foi elaborada com dados de 1993. Tal estudo parte de alguns pressupostos teóricos relevantes, onde o principal deles é o da teoria dos lugares centrais de Christaller (1966), que fornece importantes subsídios para a classificação hierárquica dos espaços urbanos.

O projeto Regic estabelece parâmetros para a inclusão das cidades nas pesquisas, pois alguns não são dotados de centralidade mínima, capaz de justificar fluxos de busca de bens e serviços oriundos de outros centros (IPEA, IBGE, UNICAMP, 1999). Os critérios empregados para a seleção das cidades foram: Municípios que possuíam pelos menos três características: ser sede de comarca, contar com agência bancária, dispor de médico residente na cidade e/ou dispor de emissora de rádio AM; Municípios por esses critérios acima, mas que possuísem uma população acima de 20 mil habitantes (em 1991).

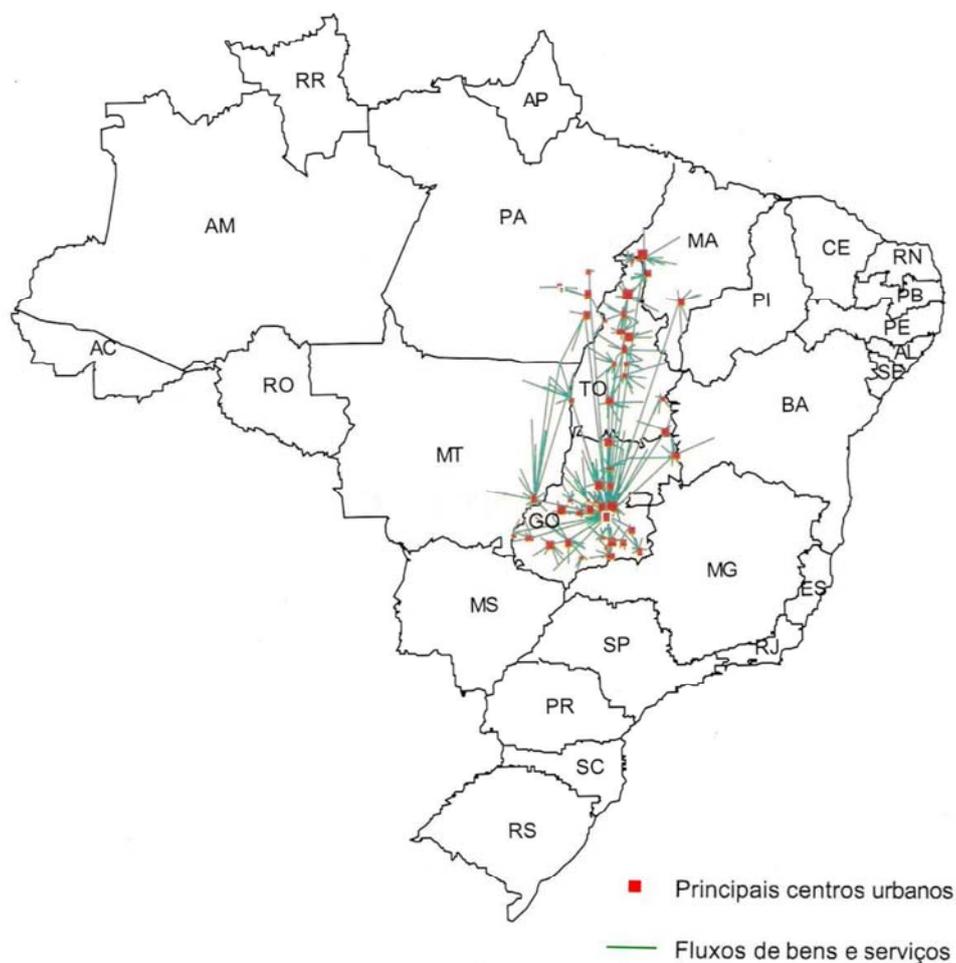
Figura 3.1



A figura 3.1 mostra os níveis de centralidade, segundo a Regic (1993). Nota-se que Goiânia, exerce uma centralidade máxima, ou seja, é considerada pela pesquisa como uma “cabeça-de-rede”, onde é maior a procura de atendimento das necessidades de consumo de bens e serviços pela população de outros centros. No

cartograma 3.1 pode se observar a área de influência de Goiânia, com os principais centros urbanos e os fluxos de bens e serviços. Tal área compreende praticamente todo o estado de Goiás e Tocantins, leste e nordeste de Mato Grosso, oeste da Bahia, sul do Pará e do Maranhão.

Cartograma 3.1
Goiânia - Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades - 1993

Como no caso dos estudos de redes de relações espaciais e de hierarquia dos centros urbanos, o IBGE vem desde a década de 1970 ampliando também os estudos para delimitação das aglomerações urbanas, ou seja, grandes áreas urbanas contínuas, que podem englobar, ou não, diferentes núcleos.

Nesse sentido,

Essas aglomerações podem ser identificadas em seus mais diferentes estágios, conforme a escala que o processo de urbanização assume em determinado local. Em sua manifestação mais completa, as aglomerações atingem a escala metropolitana, constituindo nós de diferentes tipos de redes, com ampla complexidade de funções e, sobretudo, expressiva concentração populacional (IPEA, IBGE, UNICAMP, 2002).

Alguns critérios foram estabelecidos para que fosse possível a delimitação destas áreas. Para a definição do núcleo da aglomeração é utilizado o tamanho populacional mínimo, que no caso desta pesquisa é de 200 mil habitantes. Para estabelecer o conjunto de municípios que constituem o entorno desse núcleo identificam-se as características urbanas e o nível de integração desses municípios.

No que se refere às características urbanas foram considerados dois indicadores, um que indica a concentração urbana (densidade demográfica de 60 habitantes por quilômetros quadrado) e outro que indica a predominância de atividades urbanas (índice de 65% para os setores secundário e terciário na População Economicamente Ativa – PEA).

Quanto ao grau de integração entre os municípios utiliza-se com muita freqüência o movimento pendular de população, todavia até a conclusão dos estudos do projeto Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil não se dispunham destes dados, pois tal movimento só foi pesquisado no Censo demográfico de 2000.

De acordo com esses critérios, a pesquisa identificou 53 aglomerações no Brasil. Entre estas estão Goiânia e Brasília (que abarca municípios goianos), que, em maiores detalhes serão apresentadas a seguir.

3.2 Dimensão da Rede Urbana, segundo IPEA, IBGE e NESUR/UNICAMP

Dentre estes esforços o estudo ***Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil*** constitui um dos mais completos estudos sobre a configuração e as transformações ocorridas na rede urbana brasileira nos últimos anos. Esse esforço conjunto de IPEA, IBGE e NESUR/UNICAMP, buscou

“[...] analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.” (IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP, 2002, p. 12)

Desta maneira, não se poderia deixar de mencionar esse relevante esforço de pesquisa, já que o trabalho inclui análise das redes urbanas regionais. O estudo parte de três vertentes: 1ª) considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana no Brasil; 2ª) leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões brasileiras; 3ª) refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana –

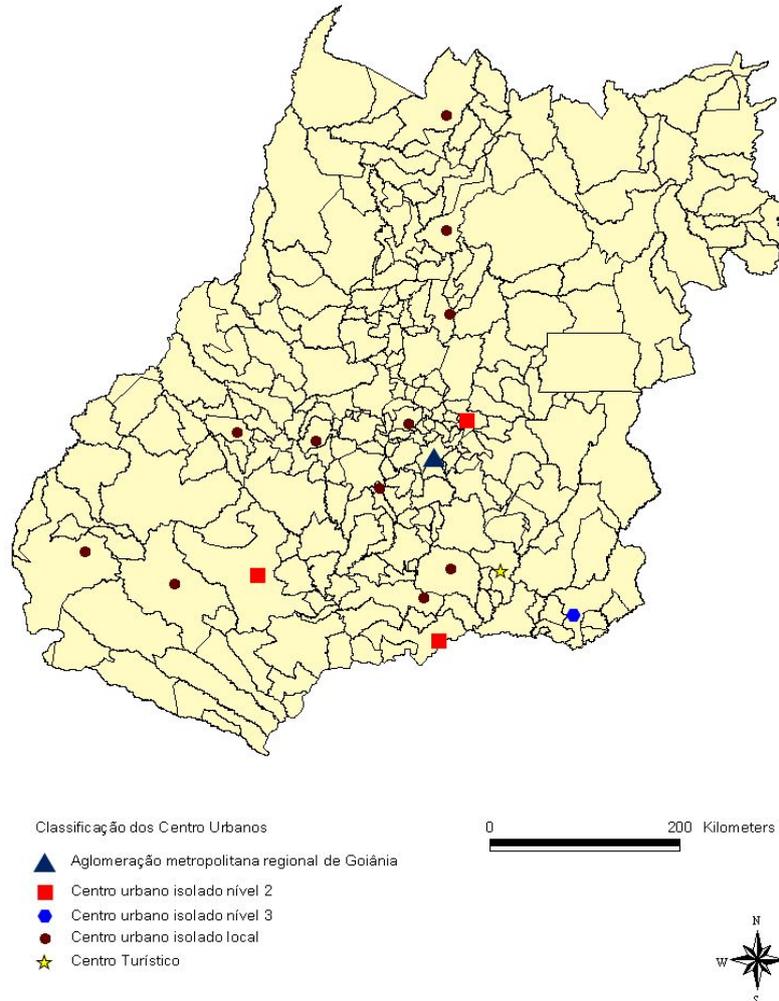
o tamanho, a função e a forma urbana -, enfocando essas manifestações seja para o país, seja para cada uma das grandes regiões geográficas (IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP, 2002).

Para o Centro Oeste foi elaborada uma classificação dos principais centros urbanos integrantes da **rede urbana regional**. Salienda-se que os resultados da pesquisa e divulgados na publicação ainda não levaram em conta os resultados do Censo demográfico de 2000. As aglomerações urbanas de Goiás se encaixam nas seguintes categorias:

- Aglomeração metropolitana regional: Goiânia (Goiânia mais 6 municípios);
- Centro urbano isolado regional nível 2: Anápolis, Itumbiara, Rio Verde.
- Centro urbano isolado regional nível 3: Catalão
- Centros urbanos isolados locais: Jataí, Goianésia, Goiatuba, Uruaçu, Porangatu, Iporá, Mineiros, Inhumas, Ceres, São Luis de Montes Belos, Morrinhos.
- Centro Turístico: Caldas Novas

Cartograma 3.2

**Classificação dos Centro Urbanos segundo a
pesquisa Configuração Atual e
Tendências da Rede Urbana**



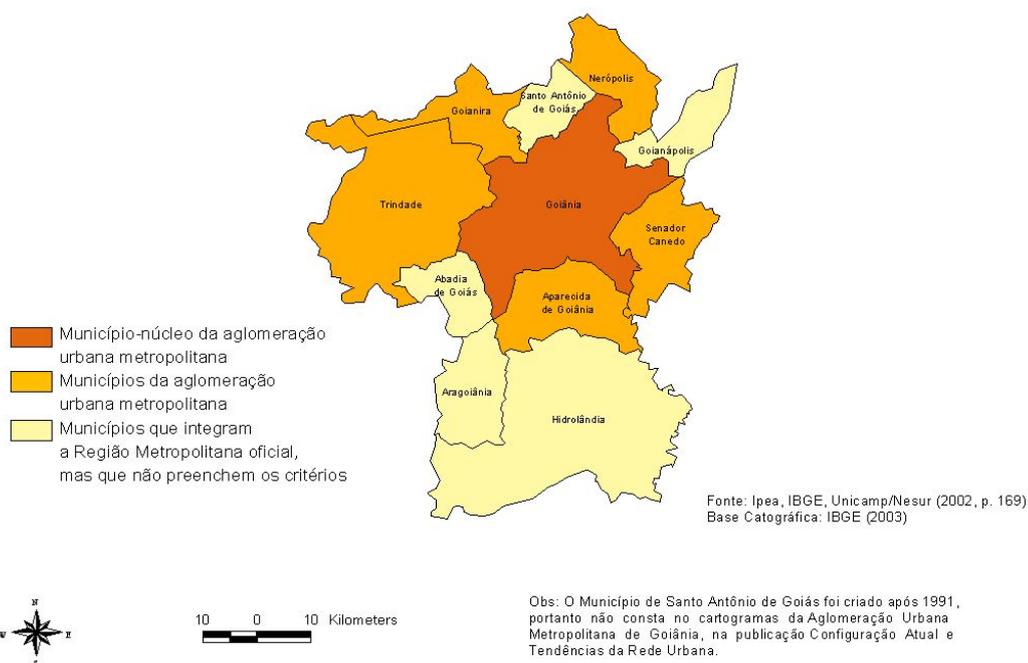
O caso de Goiás é mais interessante porque conta ainda com municípios que fazem parte de uma aglomeração metropolitana cujo núcleo faz parte de outra unidade da federação. É o caso da aglomeração urbana nucleada por Brasília, cujo recorte engloba os municípios goianos do entorno do Distrito Federal.

A mais importante aglomeração urbana, cuja sede é um município de Goiás, é a Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia, que é composta, por 6

municípios¹⁸: Goiânia (o município núcleo), Aparecida de Goiânia, Goiânia, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade. Já a Região Metropolitana de Goiânia, institucionalizada pela Lei Complementar nº. 027 de Dezembro de 1999, é constituída por mais outros 5 municípios, além dos já citados. São eles: Aragoiânia, Nerópolis, Hidrolândia, Goianápolis e Santo Antônio de Goiás.

Cartograma 3.3

Aglomerção Urbana Metropolitana de Goiânia e Região Metropolitana Oficial



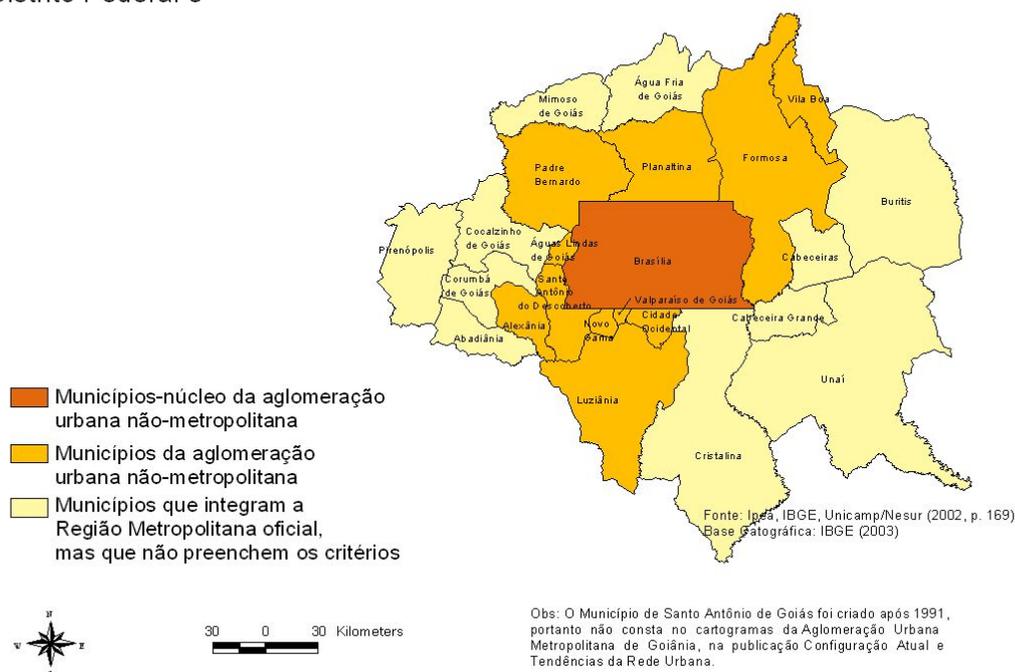
Como foi mencionado anteriormente, Goiás conta ainda com municípios que fazem parte de uma aglomeração metropolitana, mas que tem como núcleo um município de outra unidade da federação. De acordo com a pesquisa de IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP, a Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília é composta além do Distrito Federal pelos municípios goianos: Padre Bernardo, Planaltina, Formosa, Santo Antônio do Descoberto, Alexânia e Luziânia, Águas

^{18 18} Segundo o IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP.

Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Vila Boa¹⁹. Ressalta-se que o Distrito Federal juntamente com esses e outros municípios goianos e mineiros, integram a chamada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Além dos municípios já citados, integram essa área de planejamento os seguintes municípios de Goiás: Água Fria de Goiás, Mimoso de Goiás, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Cocalzinho de Goiás, Alexânia, Cristalina e Cabeceiras; e, os municípios de Minas Gerais: Buritis, Unai e Cabeceira Grande.

Cartograma 3.4

Aglomeración Urbana Metropolitana de Brasília e Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e



¹⁹ Na publicação *Configuração Atual e tendências da Rede Urbana* os cartogramas que representam as Região de Desenvolvimento Integrado do Distrito Federal e Entorno e Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília foram confeccionados a partir da Base Cartográfica do IBGE de 1991, portanto não incluem os municípios criados a partir desse ano, que são os seguintes: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Vila Boa.

Este esforço de pesquisa consiste em um dos mais importantes e consistentes mapeamentos da rede urbana brasileira, constituindo uma das principais fontes para os estudos urbanos e regionais.

3.3 A visão alternativa de José Eli da Veiga

No centro das tentativas da compreensão da relação entre o rural (ou o “novo rural”) e o urbano (ou o “novo urbano”) está a compreensão da dinâmica demográfica desses espaços e da classificação desses territórios. Diante disso, alguns estudiosos, principalmente aqueles comprometidos com a questão do desenvolvimento rural, vêm questionando uma possível superdimensão do que seria urbano no Brasil.

Neste sentido, o entendimento do processo de urbanização passa também por um esclarecimento a respeito das abordagens alternativas que procuram clarificar²⁰, conforme suas concepções, o que vem a ser o rural e o urbano no estado. Logo, se faz necessária uma breve revisão da bibliografia sobre essa discussão, uma vez que a maioria dos estudos já realizados adota apenas a concepção normativa do IBGE²¹.

Veiga (2001) faz uma análise do processo de urbanização do Brasil questionando uma regra muito peculiar e única no mundo. Na sua visão, essa regra é um empecilho, pois se considera urbana, por convenção, toda sede de município e de distrito, abandonando as demais características do território. Segundo o autor, a

²⁰ Em trabalho mais recente Veiga vem usando esse termo.

distinção entre população urbana e rural, na conceituação metodológica do IBGE, é arbitral e vai de encontro com a concepção adotada na maioria dos países desenvolvidos. Isto no geral prejudica a compreensão da realidade socioeconômica dos territórios.

A partir das experiências de classificação de outros países, principalmente os que compõem a OCDE, deve se considerar, também, o tamanho populacional, a localização e a densidade demográfica dos municípios (Veiga, 2001).

Partilhando da mesma opinião, Abramovay (2003, p. 19) afirma:

Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente atraso, carência e falta de cidadania. A definição do IBGE, para usar a expressão de Elena Sarraceno (1996/1999), é de caráter residual: áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para a população se torne “urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida – como “urbanização do campo”.

Na verdade, não existe uma definição mundialmente aceita do que seja o território rural e suas implicações para a divulgação das estatísticas. O que Veiga (2001) procura ressaltar é que qualquer plano de desenvolvimento territorial, principalmente no que tange à sustentabilidade do Brasil rural, ficaria comprometido por essa concepção, pois, o estatuto que rege a dinâmica das cidades²² é o mesmo para todas.

²¹ A definição do IBGE segue um regimento com base no Decreto-Lei nº 311/38 vigente desde o Estado Novo.

Partindo destes questionamentos Veiga (1991, 2001) afirma que o Brasil é menos urbano do que se calcula. Para chegar a essa afirmativa, o autor toma como ponto de partida as aglomerações urbanas identificadas pela pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Nessas aglomerações estavam 57% da população brasileira em 2000, segundo ele, esse é o “Brasil inequivocamente urbano” (Veiga, 2003, p. 33). A partir disso o autor preocupa-se em definir não só aqueles municípios que pertenceriam ao Brasil rural, mas também com aqueles que estão no “meio-de-campo”, para usar a mesma expressão utilizada por Veiga. Para fazer essa distinção, o critério ideal seria a densidade demográfica, pois “ela que estará no âmago do chamado índice de pressão antrópica’, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resulta de atividades humanas” (Veiga, 2003, p. 33).

Ainda segundo o autor:

Nada pode ser mais rural que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização (Veiga, 2003, p. 33).

Adotando a classificação derivada da visão de Veiga (2001,2003) e atestada por outros (Abramovay, 2003) Goiás seria menos urbano do que se afirma. A generalização do fenômeno urbano, admitida quando se usa a classificação de urbano e rural tradicional, não seria constatada. Todavia não é objetivo deste trabalho a mera aplicação da classificação de José Eli da Veiga para o conjunto de

²²Estatuto das Cidades

municípios de Goiás.

Como já se mencionou, a distinção entre urbano e rural oficial, ou seja, a do IBGE, na ótica de Veiga (2001,2003) transforma em cidades todas as sedes municipais existentes, independentes de suas características estruturais e funcionais, prejudicando, assim, a compreensão da realidade socioeconômica de qualquer território ocupado.

É claro que este questionamento é consistente, válido e legítimo. Isto posto, afirma-se que a classificação tem estas características por possuir uma finalidade bem clara, ou seja, a clarificação de Veiga é uma proposta que subsidiaria o planejamento rural com a maior coerência possível, já que não colocaria no mesmo patamar lugares com características bem distintas.

No caso do Estado de Goiás, tem-se como um exemplo emblemático o município de Anhanguera. Dos 895 habitantes, 840 habitantes são considerados urbanos por, simplesmente, residirem na sede municipal (em 2000).

Já foi dito que a classificação (clarificação) dos territórios urbanos e rurais apresentado por Veiga parte da classificação da rede urbana realizada por IBGE/IPEA/NESUR-UNICAMP. Como afirmado anteriormente, essa visão parte do princípio de que para compreender a configuração territorial devem se combinar, além do tamanho populacional do município outras duas características: a densidade demográfica e a localização dos municípios. Veiga classifica os municípios em inequivocamente urbanos, Ambivalentes, e rurais. Os rurais ele classifica quando à perda de população: estáveis, aqueles em que a taxa de crescimento anual se aproxima de zero, os letárgicos, municípios que perdem população, apresentando

taxas negativas de crescimento anual, e, os municípios atraentes, que apresentam altas taxas de crescimentos populacional anual.

3.4 Breve caracterização da configuração urbana de Goiás

No Estado de Goiás, a população residente nos seis (6) municípios da Aglomeração Metropolitana Regional de Goiânia e nos dez (10) municípios goianos pertencentes à Aglomeração Metropolitana Nacional de Brasília representa 46% da população do Estado (tabela 3.1), perfazendo um total de 2.303.526 habitantes.

A concentração da população nos municípios que fazem parte dessas duas aglomerações é evidente. A aglomeração de Goiânia ocupa menos de 1% do território do estado e abarca 32% da população em 2000.

Os municípios goianos que pertencem a Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília ocupam uma área maior do que a aglomeração de Goiânia (os municípios pertencentes à AUMB abrangem 18.126,1Km² ou 5,3% do território goiano) e concentra 14% da população do estado. Vale destacar o crescimento da população desses municípios, pois em 1991 a população era 376.498 (9,4% da população) habitantes e em 2000 chegou a mais de 700 mil habitantes.

A população dos Centros Urbanos Regionais²³, ou seja, das cidades médias goianas, (Anápolis, Itumbiara, Rio Verde e Catalão) soma 550.414, abarcando 10,9%

²³ Veiga (2001) não considera alguns centros regionais, pois não analisa a Rede Urbana Regional, produto também da pesquisa Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. A publicação analisa as mudanças nas redes urbanas regionais, para isso incorpora outros estudos importantes do IBGE, como: Regiões de influência das cidades (Regic); Tipologia dos municípios brasileiros; e

da população do estado. Alguns desses centros enquadrariam no que Veiga (2003) chama de ambivalentes ou “rurbanos”, é o caso de Catalão e Itumbiara.

O 11 Centros Urbanos Locais tem uma população de 428.627 pessoas, representando 8,5% da população. A população destes centros em 2000 varia de 22.874 habitantes (Ceres) a 62.640, que é a população de Jataí, município localizado no sudoeste de Goiás.

A pesquisa *Caracterização e Tendências da Rede Urbana Brasileira* classifica a cidade Caldas Novas como um centro turístico. De fato o é, pois constitui ao lado do município de Rio Quente (embora a pesquisa tenha ignorado este município) o principal pólo turístico do Centro Oeste. Os dois municípios concentram as principais atrações turísticas da estância hidrotermal, com populações de 49.660 habitantes e 2.097, respectivamente, representam juntos 1% da população estadual.

Os demais municípios, ou seja, aqueles que não enquadram em nenhuma das categorias apresentadas acima e que Veiga (2003) chamaria de essencialmente rurais abarcam mais de 1,6 milhões de habitantes, ou 33,7% da população de Goiás em 2000. A sede desses municípios, cujo perímetro urbano é estabelecido por lei municipal, possui uma limitada área de influência, que muitas vezes, atinge limitadamente sua *interlândia*²⁴, ou a área rural do município ou de municípios limítrofes e mentores. Na verdade são Centros Rurais, isolados, cuja população

Aglomerções urbanas para fins estatísticos. Desta forma, no volume 4 da publicação, intitulado *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste*, a classificação da rede urbana é diferente da etapa do estudo que classificou a rede urbana do país, entretanto, como afirma a publicação “os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais”. Por isso, consideramos todas as classificações adotadas nesta parte do estudo (Vide cartograma 3.5).

²⁴ A Interlândia (*hinterland*) pode ser entendida como as áreas agrícolas que cedem à cidade parte de seu excedente e consomem em alguma medida, bens e serviços da cidade (Singer 1968).

alcança geralmente o valor máximo de 50 ou 60 mil habitantes e possuem, relativamente, uma centralidade mínima.

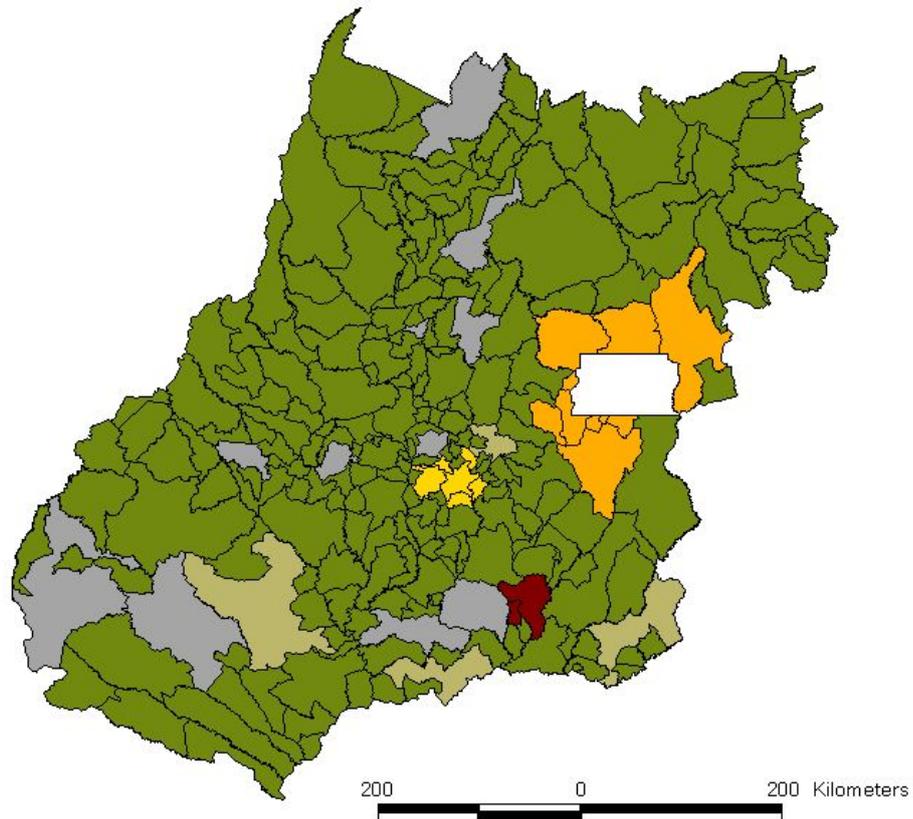
Tabela 3.1 - Estado de Goiás: População residente - 1991 e 2000

Municípios	1991		2000	
	Pop.	Pop. (%)	Pop.	Pop. (%)
AMB	376.041	9,3	702.268	14,0
Águas Lindas de Goiás	23.819	0,6	105.746	2,1
Alexânia	16.472	0,4	20.047	0,4
Cidade Ocidental	28.900	0,7	40.377	0,8
Formosa	59.685	1,5	78.651	1,6
Luziânia	78.684	1,9	141.082	2,8
Novo Gama	48.939	1,2	74.380	1,5
Padre Bernardo	16.500	0,4	21.514	0,4
Planaltina	40.201	1,0	73.718	1,5
Santo Antônio do Descoberto	11.690	0,3	51.897	1,0
Valparaíso de Goiás	51.151	1,3	94.856	1,9
AMG	1.199.092	29,7	1.601.258	31,8
Aparecida de Goiânia	178.483	4,4	336.392	6,7
Goiânia	919.823	22,8	1.093.007	21,7
Goianira	11.084	0,3	18.719	0,4
Nerópolis	12.987	0,3	18.578	0,4
Senador Canedo.	23.905	0,6	53.105	1,1
Trindade	52.810	1,3	81.457	1,6
Centros Urbanos Isolados regionais	458.357	11,3	550.414	10,9
Anápolis	239.378	5,9	288.085	5,7
Itumbiara	74.698	1,8	81.430	1,6
Rio Verde	89.756	2,2	116.552	2,3
Catalão	54.525	1,3	64.347	1,3
Centro Urbanos Isolados locais	388.267	9,6	428.667	8,5
Jataí	62.640	1,5	75.451	1,5
Goianésia	43.535	1,1	49.160	1,0
Goiatuba	30.072	0,7	31.130	0,6
Uruaçu	33.929	0,8	33.530	0,7
Porangatu	38.386	0,9	39.593	0,8
Iporá	29.688	0,7	31.300	0,6
Mineiros	31.144	0,8	39.024	0,8
Inhumas	38.368	0,9	43.897	0,9
Ceres	22.874	0,6	22.209	0,4
São Luis de Montes Belos	25.039	0,6	26.383	0,5
Morrinhos	32.592	0,8	36.990	0,7
Centro Turístico	24.996	0,6	51.757	1,0
Caldas Novas	24.159	0,6	49.660	1,0
Rio Quente	837	0,0	2.097	0,0
Demais Municípios	1.595.870	39,5	1.693.170	33,7
ESTADO DE GOIÁS	4.042.623	100,0	5.027.534	100,0

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000.

Cartograma 3.5

Configuração do Urbano em Goiás - 2000



- AMB
- AMG
- Centros Regionais
- Centros Locais
- Centro Turístico
- Demais municípios/Centros Rurais



3.5 Desigualdades regionais: Mosaico produtivo e demográfico

O estado de Goiás, acompanhando o desempenho do Centro Oeste entre 1970 e 2000 experimentou níveis consideráveis de crescimento econômico. Nas décadas de 80 e 90 superou o desempenho macroeconômico brasileiro. Nos últimos 30 anos do século XX a economia goiana cresceu a 5,4% ao ano. Durante essa época chegou a atingir uma taxa de crescimento de 12%, entre os anos de 1975 e 1980.

Tabela 3.2 - Estado de Goiás: Produto Interno Bruto (PIB) 1970,1975,1980, 1985, 1996, 1996, 1999, 2000

1970	1975	1980	1985	1996	1999	2000
3.980.058	6.813.810	12.008.342	15.633.785	20.451.597	19.417.587	21.665.359

Fonte: IPEA

Para os anos de 1999 a 2003 - elaboração IBGE, e para os anos 1970 a 1996 - elaboração IPEA. Estão incluídos no PIB, a custo de fatores, os Setores Agropecuário, Industrial e de Serviços

Sobre as desigualdades regionais no crescimento econômico entre as regiões, Hirschman (1979, p. 35) considera que “o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte e que, uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia”.

Portanto, do ponto de vista geográfico, o crescimento econômico é desequilibrado, forjando uma topologia desigual da distribuição das atividades econômicas, da população e da renda. No caso de Goiás a complexidade do sistema urbano é concomitante à desigualdade entre as regiões do estado, tornando-se a expressão maior dessa desigualdade espacial nas dimensões econômica, social e populacional. Ou seja, a disposição dos núcleos e a dimensão da rede urbana

estadual podem ser consideradas a síntese do modelo de desenvolvimento experimentado por Goiás, principalmente a partir da década de 1960.

Dito isto, podemos afirmar que as principais áreas urbanas concentram problemas e propriedades positivas que expressam os desequilíbrios entre as diferentes partes do território goiano. Estevam (1997), ao refletir sobre esta questão, afirma que Goiás deve ser visto, primeiramente, como um mosaico produtivo, em que cada “pedaço” do território estadual apresenta estruturas produtivas distintas. Complementando tal idéia, Goiás também constitui desta forma, um mosaico social e populacional, refletido na própria heterogeneidade da rede urbana estadual.

Tabela 3.3 - Estado de Goiás: População, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, segundo as Microrregiões - 2000

Microrregião	População		PIB		PIB per capita (R\$ 2000)
	Pop(abs.)	Pop. (%)	PIB (abs.)	PIB (%)	
São Miguel do Araguaia	74.419	1,5	342.781	1,6	4.606
Rio Vermelho	91.716	1,8	357.319	1,6	3.896
Aragarças	53.766	1,1	170.918	0,8	3.179
Porangatu	226.510	4,5	930.067	4,3	4.106
Chapada dos Veadeiros	56.011	1,1	206.811	1,0	3.692
Ceres	212.668	4,2	667.459	3,1	3.139
Anápolis	465.292	9,3	1.896.775	8,8	4.077
Iporá	62.363	1,2	182.344	0,8	2.924
Anicuns	102.002	2,0	383.816	1,8	3.763
Goiânia	1.693.784	33,8	8.150.739	37,6	4.812
Vão do Paranã	91.975	1,8	184.373	0,9	2.005
Entorno de Brasília	815.481	16,3	1.872.096	8,6	2.296
Sudoeste de Goiás	344.377	6,9	2.251.941	10,4	6.539
Vale do Rio dos Bois	101.450	2,0	606.980	2,8	5.983
Meia Ponte	314.391	6,3	1.682.828	7,8	5.353
Pires do Rio	86.223	1,7	344.379	1,6	3.994
Catalão	118.263	2,4	959.765	4,4	8.116
Quirinópolis	93.504	1,9	479.962	2,2	5.133
Estado de Goiás	5.003.228	100	21.671.353	100	4.331

Fonte: IBGE, IPEADATA

Não se precisa ir muito além no que diz respeito à escala geográfica para captar as desigualdades no espaço Goiano. A partir de algumas variáveis pode-se detectar essas diferenças analisando o estado de Goiás dividido nas 18 microrregiões delimitadas pelo IBGE (Tabela 3.3).

Da maneira mais geral, as desigualdades resultantes do crescimento econômico espacialmente desequilibrado é expresso principalmente pela distribuição regional do PIB. No caso concreto de Goiás, como a população urbana, a riqueza produzida no estado também está concentrada em poucas microrregiões. Portanto, Goiânia, que abarca mais de 30% da população em 2000, era responsável por 37,8% do PIB estadual. É a força da capital do estado, que como afirma Milton Santos é o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, mas é também “um pólo da pobreza (a periferia como pólo) o lugar com mais força e capacidade de atrair gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas” (Santos, 1996, p.10)

Goiânia é também um centro de serviços, onde o comércio é extremamente importante e, embora a indústria não tenha a primazia da economia urbana, não deixa de ter a sua importância. Nesse sentido, nas últimas décadas, Aparecida de Goiânia, como apêndice desse "núcleo capital" cresce em termos populacionais e econômicos, amenizando seu papel de "cidade dormitório", função essa que é transferida lentamente para outros municípios do entorno da capital, como Senador Canedo, Trindade, Aragoiânia, Abadia e Goianira.

No que diz respeito ao Sudoeste Goiano, outra importante microrregião do estado do ponto de vista da economia, a história econômica de Goiás conta que desde os primeiros tempos de sua ocupação, a região se despontou como

importante pólo agropecuário. Na verdade, essa região apresentou diferenciadas etapas em sua formação econômica.

Primeiro, a exploração agropecuária extensiva no início de sua ocupação, logo depois começou a se destacar no cenário estadual na produção de arroz, milho e feijão (Estevam, 1997, p. 250). Com a modernização agrícola, a região agora se destaca como um dos pólos mais avançados do estado no setor agropecuário e agroindustrial. No Censo 2000 foi contada uma população 344.379 pessoas, o que representava 6,9% da população de Goiás.

No que diz respeito à riqueza econômica, a região é responsável por 10,4% do PIB estadual o que resulta em um PIB per capita de 6.539 reais, o segundo maior entre as microrregiões do estado e maior que a média estadual, que é de pouco mais de 4.300 reais. A região se destaca ainda na produção de soja e milho, além disso, nos últimos anos, atraiu importantes empresas agroindustriais, o que impulsionou ainda mais o crescimento da produção regional com destaque para a criação de aves e suínos.

De acordo com os dados do censo de 2000, as duas microrregiões mais populosas do estado de Goiás são as que mais concentram pessoas de baixa renda. Isso quer dizer que a microrregião de Goiânia, que abarca 33% da população, concentra 31% das pessoas que recebem menos de 2 salários mínimos. O entorno de Brasília, com uma população acima dos 800 mil habitantes, abarcando 16,3 % da população do estado, concentra 13,5% das pessoas que recebem até 2 salários mínimos. A microrregião de Goiânia, por outro lado, além de concentrar 56,4 % da população com remuneração acima de 20 salários mínimos no estado, é a que,

internamente, concentra o maior número de pessoas nessa faixa de remuneração (3,2%).

Tabela 3.4 - Estado de Goiás: Participação da população residente e pessoas de 10 anos de idade e mais ocupadas na semana de referência do Censo, por faixas de salário mínimo, segundo as microrregiões - 2000

Microrregião	População		PEA ocupada					
			Faixas de salário mínimo					
	Pop.	Pop. (%)	até 2	+ de 2 a 5	+ 5 de a 10	+ 10 de a 20	+ de 20	Total
São Miguel do Araguaia	74.419	1,5	1,6	1,1	1,0	0,9	1,2	1,4
Rio Vermelho	91.716	1,8	2,3	1,3	1,2	1,0	0,9	1,9
Aragarças	53.766	1,1	1,2	0,8	0,6	0,6	0,6	1,0
Porangatu	226.510	4,5	4,9	3,0	2,9	2,8	2,3	4,1
Chapada dos Veadeiros	56.011	1,1	1,2	0,5	0,4	0,3	0,4	0,9
Ceres	212.668	4,2	5,2	3,1	2,7	2,8	2,2	4,3
Anápolis	465.292	9,3	9,9	8,6	8,8	8,0	7,6	9,4
Iporá	62.363	1,2	1,4	0,9	0,9	0,8	0,7	1,2
Anicuns	102.002	2,0	2,3	1,4	1,4	1,2	1,0	2,0
Goiânia	1.693.784	33,8	31,0	42,0	47,0	51,6	56,4	36,5
Vão do Paranã	91.975	1,8	2,2	0,8	0,6	0,5	0,5	1,6
Entorno de Brasília	815.481	16,3	13,5	15,6	14,0	10,0	6,3	13,8
Sudoeste de Goiás	344.377	6,9	7,3	7,5	6,5	6,6	7,3	7,2
Vale do Rio dos Bois	101.450	2,0	2,3	1,6	1,4	1,4	1,3	2,0
Meia Ponte	314.391	6,3	7,0	6,1	5,8	6,1	6,4	6,6
Pires do Rio	86.223	1,7	1,9	1,4	1,5	1,7	1,8	1,7
Catalão	118.263	2,4	2,6	2,5	2,0	2,3	1,6	2,5
Quirinópolis	93.504	1,9	2,3	1,6	1,4	1,5	1,5	2,0
Total	5.003.228	100,0	100,0	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000, microdados da amostra

No que diz respeito a essa mesma faixa de remuneração, a PEA ocupada do Entorno de Brasília representa 6,6% do total dessa faixa no âmbito estadual. Em parte isto pode ser explicado pela provável presença de funcionários públicos federais nos municípios dessa microrregião e que exercem sua ocupação em Brasília; por outro lado, pode ser explicado pela presença de “empresários rurais”, pois a região se destaca não só pela pobreza, mas também por sua produção agrícola, principalmente de feijão.

Tabela 3.5 - Estado de Goiás: População residente e pessoas de 10 anos de idade e mais ocupadas na semana de referência do Censo, por faixas de salário mínimo, segundo as microrregiões - 2000

Microrregião	População		Pessoas de 10 anos de idade e mais ocupadas na semana de referência					Total
	Pop.	Pop. (%)	Faixas de salário mínimo					
			até 2	+ de 2 a 5	+ 5 de a 10	+ 10 de a 20	+ de 20	
São Miguel do Araguaia	74.419	1,5	69,5	19,6	6,5	2,6	1,8	100
Rio Vermelho	91.716	1,8	73,8	17,2	5,8	2,0	1,0	100
Aragarças	53.766	1,1	72,0	19,3	5,5	2,1	1,1	100
Porangatu	226.510	4,5	71,7	17,9	6,7	2,6	1,1	100
Chapada dos Veadeiros	56.011	1,1	78,3	14,8	4,6	1,4	1,0	100
Ceres	212.668	4,2	73,0	17,5	5,9	2,5	1,0	100
Anápolis	465.292	9,3	64,0	22,3	8,8	3,3	1,7	100
Iporá	62.363	1,2	70,9	18,6	6,9	2,4	1,2	100
Anicuns	102.002	2,0	72,0	17,6	6,9	2,4	1,1	100
Goiânia	1.693.784	33,8	51,4	27,9	12,1	5,4	3,2	100
Vão do Paranã	91.975	1,8	82,5	12,1	3,5	1,2	0,7	100
Entorno de Brasília	815.481	16,3	59,3	27,5	9,5	2,8	0,9	100
Sudoeste de Goiás	344.377	6,9	60,9	25,1	8,4	3,5	2,1	100
Vale do Rio dos Bois	101.450	2,0	69,8	19,7	6,4	2,8	1,3	100
Meia Ponte	314.391	6,3	64,0	22,3	8,2	3,5	2,0	100
Pires do Rio	86.223	1,7	66,4	20,0	7,9	3,7	2,1	100
Catalão	118.263	2,4	63,6	24,1	7,5	3,5	1,3	100
Quirinópolis	93.504	1,9	69,1	19,8	6,5	3,0	1,6	100
Total	5.003.228	100,0	60,5	24,3	9,4	3,8	2,1	100

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000, microdados da amostra

A desigualdade intraestadual verificada também do ponto de vista das condições de vida da população pode ser expressa pelas condições de moradia e para tal análise, como *Proxy*, utiliza-se o número de domicílios em situação inadequada de saneamento²⁵. A tabela 3.6 traz os números que revelam esse aspecto da desigualdade. Mais uma vez as microrregiões de Goiânia e do Entorno de Brasília aparecem em destaque. Neste caso, não é somente pelo fato de tais microrregiões serem as mais populosas do estado, mas também pela capacidade de

²⁵ O IBGE define como domicílios em situação inadequada de saneamentos aqueles com escoadouros ligados à fossa rudimentar, vala, rio lago ou mar e outro escoadouro; servidos de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma com destino do lixo queimado ou enterrado, ou jogado em terreno baldio.

ambas em concentrar problemas decorrentes da acelerada concentração urbana. Nessas duas regiões e no sudoeste do estado, encontram-se localizados as principais aglomerações e centros urbanos do estado.

No que tange às condições de saneamento, entretanto, o Entorno destoa em relação às demais regiões - inclusive de Goiânia e do seu entorno -, já que, em 2000, concentrava 32% de todas as pessoas no estado residentes em domicílios particulares permanentes em situação inadequada de saneamento. No que diz respeito à situação interna, 22% do total das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes na microrregião residiam em domicílios nessas mesmas situações.

Tabela 3.6 - Estado de Goiás: Pessoas e Domicílios particulares permanentes, segundo as microrregiões e a condição de saneamento - 2000

Microrregião	Domicílios particulares permanentes			
	Total	Domicílios com saneamento inadequado	Participação estadual	Participação em cada microrregião
São Miguel do Araguaia	72.773	14.823	2,6	20,4
Rio Vermelho	90.291	18.401	3,2	20,4
Aragarças	53.277	8.578	1,5	16,1
Porangatu	223.946	27.124	4,7	12,1
Chapada dos Veadeiros	54.717	4.561	0,8	8,3
Ceres	210.290	33.202	5,8	15,8
Anápolis	461.239	43.964	7,7	9,5
Iporá	62.028	10.276	1,8	16,6
Anicuns	101.112	15.226	2,7	15,1
Goiânia	1.682.449	64.564	11,3	3,8
Vão do Paranã	88.545	7.264	1,3	8,2
Entorno de Brasília	806.482	183.700	32,0	22,8
Sudoeste de Goiás	340.345	38.103	6,6	11,2
Vale do Rio dos Bois	99.745	19.214	3,4	19,3
Meia Ponte	311.805	34.717	6,1	11,1
Pires do Rio	85.163	20.817	3,6	24,4
Catalão	117.269	13.936	2,4	11,9
Quirinópolis	92.464	14.880	2,6	16,1
Estado de Goiás	5003.228	573.350	100,0	11,6

Fonte: IBGE - Censo demográfico 2000, microdados da amostra

Neste caso o entorno só é superado pela microrregião de Pires do Rio, que possuía em 2000, 24,4% dos domicílios em situação inadequada, todavia, essa microrregião representa apenas 3,6% dos domicílios com saneamento inadequado de todo o estado, portanto, embora o entorno apresente um indicador um pouco melhor a dimensão dessa precariedade é completamente diferente das microrregiões menos populosas.

Embora os domicílios nessa situação estejam localizados nas microrregiões mais populosas, outras microrregiões apresentam relativamente uma quantidade considerável de domicílios em situação inadequada de saneamento, como é o caso das macrorregiões de São Miguel do Araguaia e Rio Vermelho.

Para finalizar a análise da desigualdade sob esse ponto de vista, não se pode deixar de mencionar que a microrregião de Goiânia, embora concentre a maior parte de domicílios, é a que apresenta menor percentagem de domicílios em situação de adequação; isso se deve provavelmente ao peso de Goiânia, que como cidade planejada, possui uma estrutura urbana diferenciada e, assim, como centro administrativo estadual, se beneficia também de tal status.

Sabe-se que cada uma das microrregiões apresenta peculiaridades, sejam elas positivas ou negativas, todavia, a análise proposta não aprofunda nessas peculiaridades. O cartograma abaixo corrobora com o entendimento das disparidades regionais no estado de Goiás. Trata-se da espacialização do que poder-se-ia chamar de um Indicador de Déficit Social, elaborado pelo IBGE, que sintetiza os indicadores apresentados anteriormente, só que neste é apresentado por município.

Este é um indicador que procura mensurar a parcela da população não

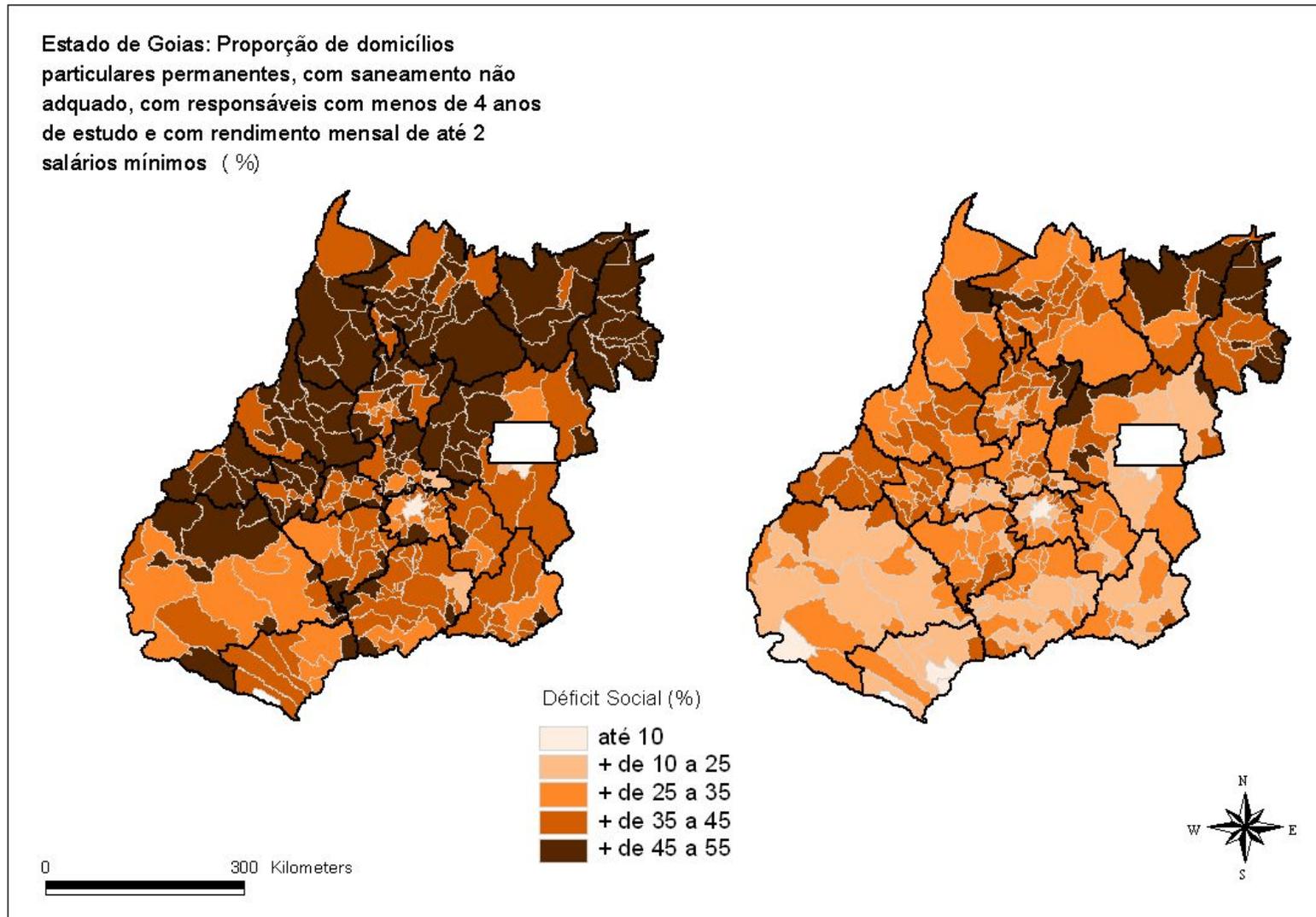
atendida adequadamente em termo de programas sociais ou de bens públicos e privados, segundo um padrão normativo de bem estar (Jannuzzi e Martigoni, 2002).

Nesse sentido, percebe-se uma significativa melhora nesse indicador, no que se refere aos municípios goianos no período 1991-2000. Isso quer dizer que, por outro lado, que o número de municípios com alto grau de domicílios particulares permanentes, com saneamento não adequado, com responsáveis com menos de 4 anos de estudo e com rendimento mensal de até 2 salários mínimos, caiu consideravelmente, por um lado. Por outro, aqueles que já apresentavam Déficit Social intermediário também apresentaram uma expressiva queda no indicador, principalmente os municípios localizados na faixa sul do estado.

Entende-se esse indicador como uma “medida do mínimo” que indica as necessidades sociais a serem atendidas pelo Estado. Nesse sentido, nota-se que alguns pontos do estado ainda apresentam problemas quanto ao atendimento das políticas públicas, sobretudo aqueles localizados na metade norte do estado. No nordeste do estado, principalmente, encontra-se o maior número de municípios com Déficit Social acima de 45% em 2000.

Essas melhorias estão relacionadas, sobretudo ao maior alcance dos programas sociais estatais, que partem de todas as esferas de governo.

Cartograma 3.7



CAPITULO IV

Espaços Urbanos em Goiás: mercado de trabalho e estrutura social

Até agora as análises se concentraram na configuração temporal e espacial do urbano em Goiás, ou seja, procuramos entender as mudanças ocorridas no território goiano, sobretudo no final do século XX, quando as transformações econômicas no território goiano foram mais “radicais” no período 1970 a 2000.

Todas essas transformações econômicas refletem-se na estrutura social das cidades, portanto propõem-se a pensar a partir deste momento na sociedade urbana forjada a partir da urbanização experimentada pelo estado de Goiás, no contexto das transformações na economia estadual. Tal análise será feita a partir de uma categorização sócio-ocupacional, que permite entender as relações que definem as posições no mercado de trabalho e na estrutura produtiva das cidades. Todavia, antes serão apresentadas mudanças mais gerais no mercado de trabalho goiano.

4.1 Aspectos Gerais das Mudanças no Mercado de Trabalho estadual

A partir da década de 1970 também ocorreram importantes mudanças na estrutura econômica de Goiás refletidas, sobretudo, na estrutura setorial do mercado de trabalho. Não se trata de uma análise da evolução da economia nesse intervalo,

mesmo porque a comparação entre esses dois pontos está comprometida por questões metodológicas do levantamento censitário, que sofreu consideráveis modificações nos levantamentos de 1970 e 2000 no que tange a classificação dos setores de atividade econômica.

Em 1970 havia o que se poderia chamar de uma estrutura do mercado de trabalho predominantemente rural. Palacín e Moraes (2001), em pesquisa sobre a história de Goiás, que abrange o período 1722-1972, fazem uma análise da distribuição da população ocupada por setor de atividade ao final desse período estudado.

Analisando a distribuição da população ocupada por setores de atividades, percebe-se algumas características importantes. A primeira delas é a mesma constatação de Palacín e Moraes (2001) que se refere à predominância do setor agrícola na economia, pois em 1970 concentrava mais de 60% da população ocupada.

Nesse ano a população ocupada em atividades industriais não chegava a 9%. A indústria incipiente, pouco contribuía para uma maior distribuição de renda. Primeiro porque sua contribuição à produção era bastante modesta, em segundo lugar porque se tratava de empreendimentos de pequenas dimensões, de baixo nível técnico e sem mão-de-obra especializada (Palacín e Moraes, 2001).

Vale ressaltar que era ainda tímida a participação do que já poder-se-ia chamar de setor de serviços, já que 5,8% da população ocupada estava empregada no comércio e 11,3% estava na categoria que no censo de 1970 classificava-se

como "Prestação de Serviços"²⁶.

Diante do arranjo da população ocupada nos diversos setores de atividade, Palacín e Moraes destacam a presença de uma incipiente classe média, bastante reduzida e marcada pela presença de profissionais liberais, técnicos e administradores de empresas, o que eles chamam de funcionários de alto nível, comerciantes e proprietários de tipo médio. Isso justificava o pouco desenvolvimento do setor de serviços (Palacín e Moraes, 2001).

Desta forma,

“a quase inexistência de técnicos de nível médio, e a grande disparidade dos salários dificultavam a constituição de uma verdadeira classe média. A camada superior deste estrato social, por seus rendimentos, mentalidade, relações e gênero de vida, tendiam a identificar-se com a classe alta; os empregados e funcionários que recebiam com base no salário mínimo, embora multiplicado por três ou por quatro, dificilmente poderiam ser considerados a base para uma verdadeira classe média” (Palacín e Moraes, 2001, p. 121).

Outra importante característica é a baixa participação do sexo feminino no mercado de trabalho. Como pode-se constatar na tabela 4.1, 86% das pessoas ocupadas eram do sexo masculino; essa predominância masculina se deve essencialmente às atividades agropastoris, já que 98% das pessoas ocupadas neste setor eram homens. Esta situação de primazia masculina só não acontece na prestação de serviços e nas atividades sociais. No caso da prestação de serviços, 67% dos ocupados eram mulheres, o que se deve provavelmente ao fato de aí

²⁶ Enquadra-se nesse grupo as seguintes atividades: Higiene pessoal (barbearias, cabeleireiros, etc.), Serviços de alimentação (bares, cafés, restaurantes e similares), Serviço de hospedagem (hotéis, pensões, etc.), Serviço domésticos (empregados domésticos), serviço do vestuário (alfaiatarias, conserto de sapatos, lavanderias, tinturarias, etc.), Diversões (teatros, cinemas, clubes desportivos e recreativos, radiodifusão, televisão).

estarem inseridos os trabalhos domésticos. No segundo, 70% dos ocupados eram do sexo feminino, porém essa atividade não chegava a representar 4% do total das pessoas ocupadas em Goiás.

Tabela 4.1 - Goiás: População ocupada, segundo setor de atividade -1970

Setor de Atividade	Homens (A)	% ¹	Mulheres (B)	% ²	Total (D)	% ³
Atividades Agropastoris*	515.650	98,4	8.467	1,6	524.117	60,5
Atividades industriais	74.236	96,3	2.871	3,7	77.107	8,9
Comércio de mercadorias	45.524	90,4	4.825	9,6	50.349	5,8
Prestação de serviços	32.419	33	65.698	67	98.117	11,3
Transportes, comunicações e armazenagem.	25.118	97,1	744	2,9	25.862	3
Atividades sociais	10.040	29,6	23.824	70,4	33.864	3,9
Administração pública	21.767	81,8	4.852	18,2	26.619	3,1
Outras atividades	21.969	71,7	8.681	28,3	30.650	3,5
Totais - sexos	746.723	86,2	119.962	14	866.685	100
Total (T)	746.723	100	119.962	100	866.685	100

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX

*Agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca

¹ (A)/(D)*100

² (B)/(D)*100

³ (D)/(T)*100

Apesar da restrição quanto a comparabilidade dos dados, a distribuição da população ocupada por setor de atividade econômica nesses dois momentos (1970 e 2000) não deixa de expressar as transformações na economia goiana nos últimos anos do século XX. A principal delas é que, a partir de 1970, o estado de Goiás passou a conviver com perda absoluta e relativa de postos de trabalhos no setor agrícola. Em 2000, 15% da população estava ocupada nesse tipo de atividade, onde a mão-de-obra masculina continuava predominando. Essa queda é marcante, pois como já se afirmou anteriormente, a história econômica do estado é marcado pela predominância do emprego nessas atividades.

No que diz respeito à indústria, o crescimento da chamada agroindústria

(basicamente a indústria alimentícia) e da indústria de confecções (que são responsáveis por 48% dos empregos nessa atividade e 6% no total do pessoal ocupado) impulsionou o desenvolvimento da indústria em Goiás, que em 2000 abarcava 12,3% da população ocupada.

Tabela 4.2 Estado de Goiás: População Economicamente Ativa, de 10 anos e mais, por sexo e setor de atividade - 2000

Setor de Atividade	Homens (A)	% ¹	Mulheres (B)	% ²	Total (D)	% ³
Atividades Primárias ¹	285.465	91,4	26.832	8,6	312.297	15,0
Indústria	167.958	65,8	87.318	34,2	255.276	12,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	11.101	85,1	1.938	14,9	13.039	0,6
Construção	168.061	96,5	6.134	3,5	174.195	8,4
Comércio, etc ² .	267.107	70,6	111.249	29,4	378.356	18,2
Alojamento e Alimentação	56.930	55,0	46.512	45,0	103.442	5,0
Transporte, Armazenagem e comunicações	89.071	89,6	10.373	10,4	99.444	4,8
Intermediação Financeira	11.915	59,6	8.087	40,4	20.002	1,0
Atividades Imobiliárias	73.214	70,0	31.421	30,0	104.635	5,0
Administração Pública, Defesa e Seg. Social	76.356	61,6	47.672	38,4	124.028	6,0
Educação	25.368	21,6	92.284	78,4	117.652	5,7
Saúde e Serviços Sociais	17.132	28,0	44.053	72,0	61.185	2,9
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	40.504	46,1	47.346	53,9	87.850	4,2
Serviços Domésticos	14.198	7,0	187.675	93,0	201.873	9,7
Outros ⁴	15.259	16,1	6.932	39	22.191	1,1
Total	1.319.639	63,6	755.826	36,4	2.075.465	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000

1 - Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados, Silvicultura, Exploração Florestal e serviços Relacionados e Pesca

2 - Reparação de veículos automotores, objetos pessoais

3 - Inclui aluguéis e serviços prestados à empresas

4 - Atividades de Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais

O traço marcante das mudanças na economia goiana é o significativo crescimento das atividades do setor de serviços, decisivamente o Comércio, que em 2000, representava 18,3% do total das pessoas ocupadas em Goiás. Essa atividade está presente significativamente na economia dos grandes centros urbanos do estado, a exemplo da capital Goiânia e de Anápolis.

No comércio - a atividade que mais emprega no estado - o sexo feminino

representa 29,4% da mão-de-obra total em 2000. No que diz respeito à participação das mulheres nos outros setores da economia goiana é predominante a sua presença nos setores de Serviços Domésticos (93,0%); Educação (78,4%); Saúde e Serviços Sociais (72,0%); e, Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais (53,0%).

Em 2000, constata-se, portanto, a maior presença de atividades ligadas ao urbano, além do comércio: alojamento e alimentação (5% da PO), transporte, armazenamento e comunicações (4,8% da PO), atividades imobiliárias (6% da PO) e, principalmente, o setor de construção, que em 2000 participava com 8,4% no total das pessoas ocupadas em Goiás.

É interessante notar que atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços (alojamento, alimentação, transporte, armazenagem, comunicações, intermediação financeira, atividades imobiliárias) e serviços domésticos, têm pesos diferentes nas regiões do estado. Estas atividades estão mais presentes nas microrregiões mais urbanizadas, como as microrregiões de Goiânia, Anápolis, Sudoeste Goiano e Entorno de Brasília.

4.2 Espaços Urbanos de Goiás: três espaços e a heterogeneidade da rede urbana

Diversas pesquisas têm procurado captar os efeitos das mudanças globais sobre as áreas urbanas. De fato, a expansão da acumulação financeira mundial deu novos contornos ao processo de globalização, com a articulação das economias

nacionais com o mercado mundializado e a intensificação dos fluxos comerciais e financeiros internacionais.

Nesse sentido,:

As condições de vida no capitalismo avançado têm sentido o impacto tremendo da capacidade capitalista de “destruição criadora”, tornando extremamente voláteis as perspectivas econômicas locais, regionais e nacionais (a cidade ou setor industrial em plena expansão torna-se a região ou o setor em recessão no ano seguinte). (Harvey, 2002, p. 5)

Não se deve, portanto, fugir deste contexto social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades, uma vez apreendidas, possibilita resgatar aquilo que é típico de cada território, o que proporciona captar sua particularidade (Antunes, 2004, 79).

Desta forma, sobre os espaços urbanos mais densos, as mudanças, principalmente as econômicas provocam impactos territoriais de natureza múltipla. Afinal, a base territorial chave, o local estratégico na economia é a cidade - em escala mundial, nacional e regional. Sassen (1998), no clássico estudo sobre as “*Global City*”, menciona que apesar de muitos proclamarem o fim da cidade, novas formas de centralização territorial continuam a surgir simultaneamente à dispersão das atividades econômicas. A autora exemplifica, dizendo que “as densidades alcançadas por cidades, centros internacionais de negócios – Nova York, Londres, Tóquio, São Paulo, Hong Kong e Sidney – durante a década de 1980 é algo como jamais se tinha visto, apesar dos avanços e da difusão em larga escala das telecomunicações” (Sassen, 1998, p. 55).

Segundo Sassen (2003, p. 199) “o rápido crescimento da indústria financeira e

das empresas de serviços altamente especializados não geram apenas empregos técnicos e administrativos de alto nível, mas também empregos especializados e com baixos salários”. Desta forma a estrutura social tenderia à dualização.

Faria (1991), apresenta, em linhas gerais, as mudanças na estrutura ocupacional brasileira, no contexto da urbanização e das variações cíclicas que são intrínsecas à expansão do capitalismo no Brasil. Segundo ele a expansão do capitalismo no país

“[...] teve força suficiente para criar um volume considerável de novos empregos na indústria de transformação, nos transportes, na produção de energia e em outras atividades correlatas (5,6 milhões), na construção civil (2,6 milhões), nas telecomunicações e no comércio moderno, nos serviços de intermediação financeira e de apoio às atividades produtivas, na administração pública direta e indireta e nos serviços sociais, desenvolvendo as ocupações modernas e diferenciando a estrutura social urbana” (Faria, 1991. p. 104).

Por outro lado, o autor chama a atenção para o fato de que “esse dinamismo aliado às características do desenvolvimento brasileiro com exclusão foi acentuado, ao contrário das esperanças explícitas na teoria dos estágios de modernização” (Faria, 1991, p. 104). Desta forma houve também a expansão do pequeno comércio urbano, dos serviços pessoais, dos trabalhos domésticos, da pequena indústria e na construção civil marginal, ou seja, “em múltiplas formas de organização da produção intensivas em trabalho, com reduzida densidade de capital por trabalhador e de baixíssima produtividade” (Faria, 1991, p. 105).

É óbvio que quando formulou tal histórico Faria (1991) estava olhando para a porção sul do território brasileiro, talvez no máximo para as primeiras regiões

metropolitanas²⁷. Assim, sendo o tempo de urbanização de Goiás outro, tais impactos sobre a estrutura social urbana também tem tempo e forma diferente.

A estrutura social urbana, portanto, expressa por um lado o modelo mais perverso de urbanização da sociedade onde expandiu o contingente de trabalhadores em subempregos, expostos às incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável, cujo funcionamento foi alimentado pela existência desse exército ativo de reserva (Faria, 1991, p. 105).

Por outro lado, a estrutura social expressa também a heterogeneidade do sistema urbano, pois “cidades de um mesmo porte, dependendo de sua posição e função no sistema urbano e na divisão territorial do trabalho social, apresentam-se como profundamente diferentes do ponto de vista de sua estrutura ocupacional e social “ (Faria, 1991, p. 105).

Nesse sentido pretende-se atentar sobre os espaços urbanos de Goiás partindo do pressuposto de que “a sociedade urbana brasileira resultante do processo de crescimento, urbanização e mudanças nos últimos trinta anos apresenta-se, estruturalmente, como uma sociedade complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, unificada, mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual, apesar de ter passado por seu ‘trente glorieuse’ de que fala Hirschman” (Faria, 1991, p. 105).

A categorização utilizada neste trabalho tem inspiração francesa e é utilizada em estudos sobre o os impactos das transformações econômicas sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles (Ribeiro e Lago, 2000). Idealizadores de

²⁷ As 9 estabelecidas por lei federal: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Porto Alegre e Curitiba.

uma pesquisa comparativa entre as metrópoles brasileiras Ribeiro e Lago (2000, p. 112), explicam:

O modelo metodológico aqui proposto tem como princípio básico a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Tal centralidade torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento, etc. Nesse sentido, a estrutura social é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligado às suas histórias²⁸.

Portanto feito algumas ressalvas²⁹, as ocupações apurada no censo demográfico do IBGE são agrupadas obedecendo alguns princípios (Lago e Ribeiro, 2000, p. 113):

- Capital X Trabalho, trata-se da principal divisão da sociedade capitalista, portanto foi feita a distinção entre empregadores e empregados;

- Grande x Pequeno Capital, parte do pressuposto de que a economia capitalista atual é segmentada entre as grandes corporações e os pequenos e microcapitalistas, utiliza-se neste caso a discriminação entre os empregadores que utilizam mais ou menos dez empregados.

- Autonomia X Subordinação, com o objetivo de distinguirem empregados (subordinados) e trabalhadores autônomos, nas suas diversas modalidades (empreendedor individual, trabalhador do setor de subsistência urbana e auto-emprego – prestadores de serviços, principalmente);

- Manual X Não-manual, “expressa as separações da divisão técnica do

²⁸ Inspirado e fundamentado em Bourdieu (1989).

trabalho que produziram, historicamente, no desenvolvimento do capitalismo, a distinção social entre *blue X white color*. Mesmo com toda a polêmica em torno da interpretação a respeito da natureza e dos impactos da transição produtiva, em que um dos epicentros são justamente as posições médias da estrutura ocupacional, acreditamos que na sociedade brasileira a divisão manual X não-manual ainda expresse posições ocupacionais hierarquicamente diferenciadas, cujos efeitos se prolongam para além da hierarquias técnica e salarial” (Ribeiro e Lago, 2000, p. 114). ;

- Controle X Execução, visa identificar a hierarquia ocupacional entre as ocupações não-manuais, segundo o grau de maior ou menos responsabilidade,

- Secundário X Terciário, segundo os autores “o *proletariado secundário* tende a formar uma posição específica na estrutura social brasileira, por nele ser mais freqüente a existência de profissões que representam tradições fabris e organização sindical, os quais dotam as ocupações de maior grau de reconhecimento social” (Ribeiro e Lago, 2000, p. 114).

- Moderno X Tradicional, o *proletariado secundário* engloba algumas ocupações que podem ser separadas segundo a sua inserção nos setores que fazem parte da chamada *Segunda Revolução Industrial* (petroquímica, metalurgia, bens de consumo duráveis, etc.). Nesses setores imperam ocupações de maior qualificação, maior grau de proteção social, maiores níveis de assalariamento e maior grau maior de sindicalismo.

Tal metodologia de construção das categorias sócio-ocupacionais faz parte

das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Observatório das Metrôpoles³⁰ um estudo³¹ comparado de diversas metrópoles brasileiras, que, começou por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, congregando posteriormente as metrópoles de Porto Alegre, Curitiba, Goiânia, Recife, Belém e aglomeração urbana não metropolitana de Maringá.

Em termos práticos, as categorias sócio-ocupacionais são construídas a partir da combinação das variáveis de renda, ocupação, posição na ocupação, setor de atividade e grau de instrução. Chega-se a 25 categorias³² que se resumem em oito agregações.

A partir da diversidade e da especificidade das regiões do estado pode-se apontar que existem, na divisão espacial urbana, três áreas urbanas diferentes e que representam simultaneamente as mudanças socioeconômicas no tempo e no espaço.

Nesse contexto, optou-se por escolher três espaços urbanos que marcam a heterogeneidade da rede urbana de Goiás e o caráter multifacetado da sua estruturação.

³⁰ “O Observatório das Metrôpoles é um grupo que funciona em rede, reunindo pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e não-governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre 11 metrópoles e uma aglomeração urbana - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá -- identificando as tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos” (Observatório, 2005).

³² A descrição básica das 25 categorias pode ser encontrada em Ribeiro, L. C. Q. e Lago, L. *O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº3. São Paulo: ANPUR, 2000.

4.2.1 Espaço Metropolitano: Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia

Segundo a *Caracterização e Tendências da Rede Urbana*, a Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia é composta por seis municípios: Goiânia³³, Aparecida de Goiânia, Nerópolis, Trindade, Senador Canedo e Goianira

4.3 - AMG: População residente e taxa de crescimento da população, segundo os municípios - 1980 a 2000

Municípios	População			Taxa de crescimento		Área urbana (Km ²)
	1980	1991	2000	1980/1991	1991/2000	
Aparecida de Goiânia	42.627	178.483	336.392	5,9	7,3	137,0
Goiânia	717.519	919.823	1.093.007	1,6	1,9	256,8
Goianira	7.488	11.084	18.719	4,9	6,0	4,7
Nerópolis	9.368	12.987	18.578	3,3	4,1	4,5
Senador Canedo	-	23.905	53.105	7,5	9,3	12,7
Trindade	30.609	52.810	81.457	4,0	4,9	19,6
AMG	807.611	1.199.092	1.601.258	2,7	3,3	435,5

Fonte: IBGE
EMBRAPA

O espaço urbano nucleado por Goiânia, com taxa de crescimento populacional elevado, onde a periferia cresce mais que o núcleo nas últimas décadas³⁴ e com uma presença marcante do capitalismo mercantil fundiário, consolida-se como uma metrópole, uma Metrópole Regional que procura definir seu papel no espaço geoeconômico nacional a partir de uma extensa área de influência.

Na década de 1980 o crescimento de Goiânia se caracterizou pela periferização, conforme afirma Bernardes e Campos (1991). Nessa década, já se notava o crescimento dos municípios periféricos, principalmente os três mais populosos: Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo.

³⁴ Sobretudo a década de 1990.

Na década 1990 a dinâmica urbana de Goiânia se caracteriza também pela expansão da periferia, pelo surgimento de espaços físico-territorialmente segregados nessas periferias e pela concentração das camadas sociais de nível social mais elevado em parte das regiões sul e central do núcleo metropolitano. Nessa década a³⁵ metrópole materializa-se no processo de conurbação ao sul do núcleo, com Aparecida de Goiânia, a oeste, com Trindade, e, a leste, com o município de Senador Canedo (Rodrigues, 2003).

Em 2000, a população urbana destes 6 municípios somava mais de 1,5 milhões de habitantes distribuídos em uma área urbana de 435,5 Km²³⁶, o que representa 18% da área total da aglomeração urbana de Goiânia. Nesse sentido, o surgimento deste espaço urbano metropolitano é uma das principais marcas da urbanização experimentada no território goiano nas três últimas décadas do século XX.

4.2.2 Rio Verde: a força urbanizadora do Agronegócio

O município de Rio Verde está localizado no sudoeste do estado de Goiás. Nos últimos anos consolidou-se como um pólo agropecuário e agroindustrial.

O município é classificado como centro urbano regional³⁷, é o pólo, o município mais populoso e que concentra as principais indústrias da região sudoeste, ao mesmo tempo, sente os impactos da reestruturação econômica sobre o local. Isto

³⁶ EMBRAPA (2005).

³⁷ Segundo a classificação de IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP

acontece, sobretudo, a partir da década de 1980, com a expansão da soja e da agroindústria, quando a dinâmica econômica e social local fica mais que vulnerável à dinâmica global³⁸.

Rio Verde é o caso, no estado de Goiás, que mais se aproxima de uma transformação e de um crescimento urbano que acompanha o processo de reestruturação produtiva e crescimento da indústria moderna.

A microrregião sudoeste, cujo pólo é Rio Verde, aparece como uma das principais áreas da expansão da indústria no país. Entre 1996 e 2002 o emprego industrial na região cresceu em 64,7 %. Isto, de certa forma, muda o perfil do migrante, pois passa a atrair um perfil mais produtivo, qualificado e em idades jovens e adultos, diferente das tradicionais áreas de fronteira agrícola que apresenta uma estrutura etária do tipo familiar. (Rodrigues, 2005).

4.2.3 O urbano periférico de uma metrópole nacional: o caso de Águas Linda de Goiás

Águas Lindas de Goiás foi elevado à condição de municípios pela Lei Estadual nº. 12797, de 27-12-1995, desmembrado de Santo Antônio do Descoberto, o município atingiu em 2000 uma população de 105.746, com uma densidade de

³⁸ Estima-se que empresas multinacionais movimentam 55% da produção de soja brasileira e desempenham importante papel na cadeia produtiva da agroindústria, pois, participam da compra de cereais, das vendas de insumos, das exportações e da produção de alimentos (Folha Dinheiro, 06 de março de 2005).

552,52 hab/Km².³⁹

A área urbana do município é de 24,39 Km², o que corresponde a 12,71% do território municipal. Com uma população total de 105.746 habitantes, e urbana de 105.583, é um dos municípios goianos em que o grau de urbanização aproxima-se de 100%

Essa população é formada na sua maioria por imigrantes, vindos principalmente do Distrito Federal. Como se nota na tabela 4.4, o volume total de imigrantes em Águas Lindas de Goiás entre 1995 e 2000 foi de mais de 50 mil pessoas, o que corresponde a aproximadamente 60% da população com 5 anos e mais de idade. Destes migrantes, 59,8% são originários do distrito federal. Esses números expressam a realidade do entorno, quando o distrito federal fecha seu espaço urbano para se defender das correntes migratórias e os migrantes são expulsos da “ilha utópica” e se deparam com a realidade do estado de Goiás (Aubertin, 1987).

4.4 - Águas Lindas de Goiás: População de 5 anos ou mais, volume e percentual da migração, saldo e taxa migratória - 2000

População de 5 anos ou mais	89.145
Imigrantes	53.640
Percentual de Imigrantes	60,17
Emigrantes	304
Percentual de Emigrantes	0,34
Saldo Migratório	53.336
Taxa Migratória	59,83

Fonte: IBGE , Censo demográfico 2000 - microdados da amostra

Característica marcante do mercado de trabalho da Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília, o deslocamento pendular é caracterizado pelo

deslocamento por motivo de trabalho ou estudo de para outro município. Como se⁴⁰ pode ver na Tabela 4.1, 25,9% dos habitantes de Águas Lindas que trabalham ou estudam se deslocam para exercer tais atividades em Brasília.

4.5 - Águas Lindas de Goiás: População segundo o local de trabalho ou estudo - 2000

Local	População	%
Distrito Federal	27.397	25,9
Outros municípios	918	0,9
Neste município	34.531	32,7
Pessoas ocupadas	62.846	59,4
Não trabalha, nem estuda	42.897	40,6
Total	105.743	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 - microdados da amostra

Desta forma, o desenvolvimento de uma economia urbana própria fica comprometido, pois, “a população não consome onde mora, mas em Brasília, onde trabalha, e por isso não cria nenhum efeito induzido, nem impostos sobre o consumo ou produção” (Aubertin, 1987). Isto caracteriza uma cidade dormitório, resultado de uma peri-urbanização, onde o tecido urbano cresce nas franjas de uma metrópole terciária, geradora de empregos e renda.

4.2.4 Perfil sócio-ocupacional dos Espaços Urbanos de Goiás

A tabela 4.6 apresenta a estrutura sócio-ocupacional dos três espaços selecionados. Nos municípios de Goiânia e Rio Verde, onde o setor de serviços é mais dinâmico e sofisticado, verifica-se uma presença maior das ocupações médias. Dentro desta categoria destacam-se as ocupações de escritório tanto em Goiânia

como em Rio Verde, onde essa categoria participa, respectivamente com 9,4% e⁴¹ 8,2%. Em contrapartida, nota-se também a importância dos trabalhadores do terciário não especializados nestes dois espaços, onde a participação dessa categoria é bem semelhante.

Por outro lado, a estrutura social de Águas Lindas apresenta baixa participação das ocupações médias, em relação à Goiânia e Rio Verde. Neste espaço destaca-se o peso dos trabalhadores do terciário não especializados, com participação de 31,5% e com densidade relativa de 1,69%, o que indica que é 70% maior a representatividade desta categoria na estrutura social em relação à média dos três espaços urbanos selecionados. Isso se deve principalmente à enorme presença de trabalhadores domésticos, que representam 17,9% das ocupações em Águas Lindas. Essa é uma ocupação típica do entorno de Brasília, onde boa parte das pessoas realizam deslocamento para trabalhar e estudar no Distrito Federal. Vale ressaltar também que nos outros dois espaços também é relevante a participação dos trabalhadores domésticos, sendo que em Goiânia o peso desta categoria é de 8,4% e em Rio Verde de 8,7%. A presença dos trabalhadores domésticos em Goiânia e Rio Verde se assemelha bastante com o percentual de participação desta categoria nas estruturas ocupacionais de metrópoles como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Enquanto Goiânia conta com um peso maior de ambulantes (3,5%), Águas Lindas é maior a participação de e biscateiros. Esta última categoria engloba os catadores de sucata e trabalhadores do sexo.

4.6 - Estruturas sociais dos espaços urbanos selecionados, Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás, 2000

Categorias Sócio-ocupacionais	Distribuição por espaço urbano (%)			Total	Densidade Relativa		
	AMG	Rio Verde	Águas Lindas		AMG	Rio Verde	Águas Lindas
DIRIGENTES	1,4	1,0	0,2	1,3	1,06	0,73	0,15
Grandes Empregadores	0,8	0,5	0,0	0,8	1,08	0,59	0,00
Dirigentes do Setor Público	0,3	0,2	0,1	0,3	1,05	0,87	0,36
Dirigentes do Setor Privado	0,3	0,3	0,1	0,3	1,03	0,98	0,35
PEQUENOS EMPREGADORES	10,1	6,6	1,7	3,3	3,02	1,98	0,51
Pequenos Empregadores	3,5	3,6	0,6	3,3	1,04	1,07	0,18
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	6,6	3,0	1,1	6,1	1,08	0,50	0,18
Profissionais Autônomos de Nível Superior	1,5	1,0	0,3	1,4	1,06	0,67	0,21
Profissionais Empregados de Nível Superior	2,5	1,1	0,4	2,3	1,08	0,48	0,17
Profissionais Estatutários de Nível Superior	0,7	0,3	0,2	0,6	1,08	0,41	0,32
Professores de Nível Superior	1,9	0,7	0,2	1,7	1,09	0,40	0,12
OCUPAÇÕES MÉDIAS	24,9	20,8	12,5	24,0	1,03	0,86	0,52
Ocupações de Escritório	9,4	8,2	4,7	9,1	1,03	0,89	0,51
Ocupações de Supervisão	3,6	3,3	1,3	3,5	1,04	0,94	0,37
Ocupações Técnicas	5,2	3,6	2,5	5,0	1,05	0,73	0,50
Ocupações Médias da Saúde e Educação	3,4	3,7	2,0	3,3	1,01	1,13	0,60
Ocup. de Segurança Pública, Justiça e Correios	1,7	1,0	1,3	1,6	1,04	0,65	0,80
Ocupações Artísticas e Similares	1,6	0,9	0,7	1,5	1,06	0,61	0,46
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPEC.	19,1	16,8	21,4	19,1	1,00	0,88	1,12
Trabalhadores do Comércio	9,7	9,1	7,5	9,6	1,02	0,95	0,78
Prestadores de Serviços Especializados	9,4	7,6	13,9	9,5	0,99	0,81	1,47
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	24,9	24,2	31,5	25,2	0,99	0,96	1,25
Trabalhadores da Indústria Moderna	3,9	4,9	5,2	4,0	0,97	1,21	1,29
Operários dos Serviços Auxiliares	5,0	6,4	5,0	5,1	0,98	1,26	0,98
Trabalhadores da Indústria Tradicional	7,9	3,4	2,7	7,4	1,07	0,46	0,37
Operários da Construção Civil	8,1	9,5	18,6	8,7	0,93	1,09	2,14
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO ESPEC.	18,1	17,0	31,5	18,6	0,97	0,91	1,69
Prestadores de Serviços Não Especializados	5,3	4,6	9,1	5,5	0,98	0,84	1,66
Trabalhadores Domésticos	8,4	8,7	17,9	8,8	0,95	0,98	2,02
Ambulantes	3,5	2,6	3,2	3,4	1,02	0,76	0,93
Biscateiros	0,8	1,1	1,3	0,9	0,96	1,26	1,48
AGRICULTORES	1,5	13,7	1,4	2,3	0,65	6,07	0,62
Agricultores	1,5	13,7	1,4	2,3	0,65	6,07	0,62

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000 - microdados da amostra

Elaboração do Autor

No que tange aos trabalhadores do secundário, ou seja, das atividades

industriais, é importante a participação da categoria nos três espaços selecionados, sendo que, em Águas Lindas a o peso desta categoria é um pouco maior (31,5%). Mais uma vez Goiânia e Rio Verde apresentam semelhanças, pois, em ambos os lugares, a participação dos trabalhadores do secundário aproxima-se de um quarto das pessoas ocupadas. Neste caso, enquanto Goiânia apresenta uma participação maior de trabalhadores da indústria tradicional (7,2%), Rio Verde apresenta peso relevante dos operários dos serviços auxiliares (6,4%), Águas Lindas destoa exageradamente no que tange aos operários da construção civil (17,9%).

No que diz respeito às ocupações que ocupam o topo da hierarquia social há diferenças consideráveis entre os três espaços selecionados. A participação da categoria dirigente é mais expressiva em Goiânia, onde participa com 1,4%, com destaque para os grandes empregadores. Em Rio Verde essa categoria agrega 1% dos ocupados, enquanto em Águas Lindas é incipiente a participação desta categoria na estrutura sócio ocupacional e onde praticamente não ocorre a presença de grandes empregadores. Em Goiânia, vale ressaltar, que a participação da categoria dirigente é bem semelhante à participação desta categoria na estrutura social de outras metrópoles, como São Paulo (3,3%), Rio de Janeiro (2,6%) e Belo Horizonte (2,8%).

Quanto à categoria dos profissionais de nível superior, mais uma vez a aglomeração urbana metropolitana nucleada pela capital estadual destoa das demais áreas urbanas selecionadas. Enquanto em Rio Verde e Águas Lindas a participação desta categoria é de 3% e 1,1%, respectivamente, em Goiânia o peso desta categoria é de 6,6%. Isso se explica pelo fato da grande concentração de serviços sofisticados e especializados, principalmente na área de saúde e educação.

Apêndice: Fontes e Métodos

Para a elaboração das tabelas do primeiro capítulo utilizou-se principalmente as informações contidas na publicação do IBGE: Estatísticas do Século XX, de 2003. Esta publicação oferece estatísticas populacionais, sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil publicadas durante o século XX. A partir daí foi possível extrair os dados necessários para se traçar, com dados estatísticos, a história da urbanização na região Centro Oeste do Brasil.

A elaboração de cartogramas foi realizada com a utilização do *software* Arqview 3.2. As bases cartográficas foram fornecidas pelo IBGE e estão disponíveis na página eletrônica do instituto.

Para a construção dos cartogramas foi utilizada a malha municipal de 2001, que “retrata a situação da divisão político-administrativa do Brasil, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais e municipais”. (IBGE, 2006).

Foram também utilizados dados extraídos do banco de microdados da amostra, dos censos de 1991 e 2000. Esses dados foram usados basicamente para construção das tabelas que trazem as informações sobre migração, rendimento, ocupação e mercado de trabalho.

A construção das categorias sócio-ocupacionais segue a metodologia do Observatório das Metrôpoles. Utilizou-se o *software* SPSS 10.0 para o tratamento dos dados.

As figuras que mostram alguns dos importantes núcleos populacionais de Goiás ao final do século XIX foram extraídas da obra: “Planalto Central do Brasil” de Luiz Cruls, 1958.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *O Futuro das Regiões Rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ANDRADE, M. C. *O Nordeste e a questão regional*. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.
- ANTUNES, R. Trabalho, Reestruturação Produtiva e os Desafios do Sindicalismo e dos Movimentos Sociais no Brasil. In: FERNANDES, E, VALENÇA, M. M (Org.). *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
- AUBERTIN, C. Peri-Urbanização e expansão agrícola no entorno de Brasília. In: LAVINAS, L. *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 2, 1987. (Série Monográfica, 5)
- BERNARDES, G, CAMPOS, F. I. Goiânia: *Sociabilidade na Periferia*. Ciências Humanas em Revista, v. 2, n. 1. Ed. UFG: Goiânia, 1991.
- BORGES, B. G. *Goiás nos Quadros da Economia Nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Editora UFG, 1990.
- CASTELLO BRANCO, M. L. G. *Espaços Urbanos: uma proposta para o Brasil*. (Tese de Doutorado – UFRJ/IGEO/ Programa de Pós-Graduação em Geografia). Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- CHAUL, N. F. *A Construção de Goiânia e A transferência da Capital*. Editora UFG. 2 ed:Goiânia, 2001
- CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás*. Goiânia: Editora UFG/Editora UCG, 1997
- CRULS, L. *Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957

ESTEVAM, L. *O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Edição do Autor, 1997.

ESTEVAM, L. *Economia Política em Goiás*. ESTUDOS, Goiânia, v.27, n. 3, , Jul. Set. 2001.

FARIA, Vilmar. Cinquenta anos de urbanização no Brasil (tendências e perspectivas). São Paulo: Cebrap, 1991. (Novos Estudos Cebrap, n. 29).

FERNANDES, A. C e NEGREIROS, R. Desenvolvimento Econômico, Divisão do Trabalho e Mudanças na Rede Urbana Brasileira: Do desenvolvimentismo ao Plano Real. In: FERNANDES, E, VALENÇA, M. M (Org.). *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

EXAME. *Goiás em Exame, um retrato do estado*. São Paulo: Editora Abril

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J (Org.) *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1979.

IBGE. *Indicadores Sociais Municipais 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Campinas:IE-Unicamp (2 vols), 1999.

JARDIM, A. P. Aspectos do Processo de Urbanização recente na Região Centro-Oeste. In: LAVINAS, L. (org). *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, V. 1, 1986. (Série Monográfica, 5).

GUIMARÃES, E. N; LEME, Heládio José de Campos. *Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste*. Campinas: NEPO-UNICAMP (Textos NEPO 33), 1997.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdade e Políticas Regionais do Brasil: Caminhos e descaminhos. Planejamento e Políticas Públicas, IPEA: Brasília, 1997.

LAVINAS, L. *A agro-urbanização da fronteira*. In: LAVINAS, L. (org). A urbanização da fronteira. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, V. 1, 1986. (Série Monográfica, 5).

MAGNAGO, A. A. *A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica*.

MARTINE, G. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. Editora Caetés: 1987.

MARTINE, G. *As Migrações de Origem Rural no Brasil: uma Perspectiva Histórica*. In: História e População: Estudos Sobre a América Latina. São Paulo: ABEP, 1987.

MORAES, L. M. *A Segregação Planejada, Goiânia, Brasília e Palmas*. Editora UCG: Goiânia, 2003.

MOYSÉS, A. A Atuação do Estado como resposta à luta coletiva pela posse da terra urbana. Revista Estudos. Goiânia, v.24 n. 3/4, p. 249-278, jul/dez, 1997.

MOYSÉS, A. *Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central Brasileiro: Segregação Sócio-Territorial em Goiânia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/SP: 2001.

OLIVEIRA, J. S. *Brasil mostra a tua Cara: Imagens da População Brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: ENCE, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

PASSOS, D. J. *Teogonias Urbanas, os pentecostais na passagem do rural ao urbano. São Paulo em perspectiva*, v. 14, n.4. São Paulo, 2000

PATARRA N. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. IBGE, Textos para discussão: Rio de Janeiro, 2003.

PEREIRA, L. C. B. P. *Pobres elites iluminadas*. Estudos Avançados. v. 14, n. 14. São Paulo, 2000

PRÉTECEILLE. E. *A construção social da segregação urbana: convergências e divergências*. Espaço&Debates. São Paulo, v.24, n. 45, p. 11-23, jan/jul, 2004.

REIS FILHO, N. G. . *Evolução Urbana do Brasil 1500/1720*. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2ª edição revista e ampliada, 2001. v. 1. 239 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro*. In: QUEIROZ, Luiz Cezar de. *O futuro das Metrôpoles*. Rio de Janeiro: FASE/REVAN, 2000.

RODRIGUES, J. M. *Novas áreas industriais e alguns aspectos da imigração no período 1995/2000*. Rio de Janeiro: ABEP, 2005. Disponível em: www.abep.org.br.

RODRIGUES, J. M. *Economia e Dinâmica Urbana na década de 1990*. Goiânia: Economia/UCG, 2003. (Monografia).

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. 3ª ed. São Paulo. Ed. Hucitec:1996.

SAWYER, D. R. *Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, n. 1/2, Campinas, 1984.

SAWYER, D. *Urbanização da Fronteira Agrícola no Brasil*. In: LAVINAS, L. *A urbanização da fronteira*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. 1, 1987. (Série Monográfica, 5)

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional/Ed. USP, 1968

SINGER, P. *A Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SELCHER, W. *O futuro do federalismo na Nova República*. Revista de Administração Pública. v. 24, n. 1. Rio de Janeiro, 1990.

STEINBERGER, Marília. *Região Centro-Oeste: Uma visão Geopolítica*. Sociedade e Cultura: revista de ciências sociais. v. 3, n 1/2. Goiânia, jan./dez. 2000.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Territorial do Brasil: Do Entulho Varguista ao Zoneamento Ecológico-Econômico*. www.fea.usp.br/professores/zeeli/ , 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)